

Além do carnaval

A HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA NO BRASIL DO SÉCULO XX

James N. Green

Editora
UNESP

Copyright © 1999 by James N. Green
Título original em inglês: *Beyond Carnival. Male Homosexuality
in Twentieth-Century Brazil.*

Copyright © 1999 da tradução brasileira:

Fundação Editora da UNESP (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 232-7171
Fax: (0xx11) 232-7172
Home page: www.editora.unesp.br
E-mail: feu@editora.unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Green, James Naylor, 1951-

Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil
do século XX / James N. Green; tradução Cristina Fino e Cássio
Arantes Leite. – São Paulo: Editora UNESP, 2000.

Título original: *Beyond carnival.*

Bibliografia

ISBN 85-7139-317-6

1. Homossexualidade masculina 2. Homossexualidade
masculina – Brasil I. Título II. Título: A homossexualidade
masculina no Brasil do século XX.

00-2918

CDD-306.76620981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Homossexualidade masculina: Sociologia 306.76620981

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias



Sumário

Prefácio	9
Agradecimentos	17
Introdução	21
1 Os prazeres nos parques do Rio de Janeiro na <i>belle époque</i> brasileira, 1898-1914	51
2 Sexo e vida noturna, 1920-1945	119
3 Controle e cura: reações médico-legais	189
4 Novas palavras, novos espaços, novas identidades, 1945-1968	251
5 A apropriação homossexual do carnaval carioca	329
6 “Abaixo a repressão: mais amor e mais tesão”, 1969-1980	391
7 Conclusão	451
Bibliografia	461
Índice remissivo	503

Prefácio

Conheci James Green nos anos 70. Ambos recém-chegados ao Brasil. James, mais jovem, dando aulas de inglês em São Paulo; eu, um pouco mais velho, dando aulas de antropologia em Campinas. Meu amigo e então aluno Edward MacRae estava muito ativo no incipiente movimento gay de São Paulo e o apartamento dele, na Praça da República, virou um ponto de encontro de muita gente, entre os quais James. Naqueles tempos idos do regime militar a “política de identidades”, desenvolvida por feministas, negros, índios e gays, tinha não pouca dificuldade em ganhar a simpatia dos amigos da esquerda “marxisante”. Estes pregavam que a vitória da “luta maior”, ou seja, do socialismo, resultaria inexoravelmente no fim da opressão das assim chamadas “minorias” sexuais, étnicas e de gênero. Dessa óptica, os movimentos das “minorias” eram desqualificados como uma forma de “luta menor.” James era um entre vários que tentavam construir pontes entre as duas posições.

Eu não tinha muito jeito para militância. Tinha tentado me envolver com o movimento gay nos Estados Unidos, mas descobri que não me identificava com a aparente necessidade de subordinar tudo a uma única identidade. Uma das minhas identidades, a de antropólogo, vinha consolidar uma dificuldade de me conformar com aquelas identi-

dades fixas e naturalizadas que supostamente governam ou devem governar toda nossa sociabilidade. A antropologia me ajudava a pensar essas identidades em sua gênese social e histórica, ou seja, como construções nascidas, consolidadas, enfraquecidas e mortas ao longo do tempo e nos espaços sociais.

Tentei reconciliar minha simpatia pela luta contra o preconceito em relação à homossexualidade com minhas restrições à militância por meio da pesquisa de campo e da escrita, até mesmo como membro fundador do jornal *Lampião da Esquina*. Comecei a entender que o mundo que conhecera na Inglaterra, dividido entre homossexuais e heterossexuais, representava apenas uma maneira de organizar as relações sexuais. Aqui no Brasil, ficou cada vez mais claro que para muita gente era demasiado importante saber da “atividade” ou “passividade” sexual dos homens, e que, para alguns, o parceiro sexual ideal deveria ser um “homem mesmo”, de preferência com mulher e filhos. Mais importante do que o sexo dos parceiros era a sua relativa “masculinidade” ou “feminilidade.” Assim, “bicha” com “bicha” seria uma forma de lesbianismo. Numa pesquisa sobre os cultos afro-brasileiros, facilitada pela minha amiga e então aluna Anaiza Vergolino e Silva, pude ver esse “sistema” na sua forma mais acabada. Com o tempo, porém, ficou também claro que essa não era a única maneira de organizar as relações sexuais e afetivas entre homens no Brasil. Surgia nas classes médias urbanas uma forma de pensar e praticar relações sexuais e afetivas entre homens que era muito semelhante ao que me era familiar na Inglaterra. Nesse meio, todos os homens que mantinham relações com outros homens, independentemente do que faziam na cama, eram considerados homossexuais. Além disso, havia um certo repúdio à divisão entre “ativos” e “passivos” e uma ênfase crescente na igualdade entre parceiros. Essa posição foi mais ou menos predominante no movimento homossexual que espelhava o movimento feminista com sua crítica aos papéis de gênero convencionais. Eu identificava essa nova forma de pensar as relações entre gente do mesmo sexo (o mesmo movimento se dava entre as mulheres) como mais um aspecto da formação da ideologia individualista nas classes médias urbanas já identificada por an-

tropólogos amigos meus, principalmente no Museu Nacional, onde lecionava à época. Mas depois de escrever alguns artigos, parti para outras bandas. Entre outras coisas, tinha medo de me tornar um “homossexual profissional”. Vi que a antropologia pós-moderna estava rumando para uma espécie de solipsismo. A sua origem calcada no encontro entre uns e outros diferentes estaria dando lugar a um novo *ethos* que privilegiaria encontros entre semelhantes; mulheres escrevendo sobre mulheres; homossexuais sobre homossexuais; negros sobre negros; subalternos sobre subalternos, e assim por diante. Pode ser que estivesse enganado, mas pressentia que essa tendência sinalizava mais uma etapa na concretização e naturalização das identidades sociais.

Mas, evidentemente, nunca deixei de me interessar por pesquisas sobre sexualidade, e fico cada vez mais feliz com a qualidade das pesquisas sobre sexualidade, em geral, e sobre homossexualidade, em particular, no Brasil. E é por isso que felicito James Green pela sua esplêndida história dos homens que gostam de outros homens no Rio de Janeiro e em São Paulo do fim do século XIX até 1980, agradecendo-lhe a honra de escrever este prefácio.

Depois da sua passagem por São Paulo na década de 1970, James Green voltou para os Estados Unidos e para a academia, cursando o seu doutorado em história na Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Mas James não é apenas um narrador de histórias. Combina o afã do historiador de adentrar o passado por meio de cuidadosa pesquisa de arquivos, literatura de época e entrevistas com os sobreviventes de tempos idos, com clara preocupação “antropológica” em entender a lógica cultural de cada situação histórica e as continuidades e transformações que podem ser detectadas entre cada uma delas. Isso ele faz não procurando verificar uma “identidade homossexual” perene e imutável ao longo do tempo, mas justamente verificando a maneira pela qual os seus “nativos” (e aqui inclui os homens que gostaram de outros homens, e todos os outros, médicos, jornalistas, policiais, religiosos, psiquiatras que opinaram sobre o assunto) conceituaram o sexo entre homens e a natureza dos homens, eles próprios envolvidos nessa atividade. E, para evitar que a sua própria linguagem se im-

ponha ao material pesquisado, mantendo, dessa forma, uma saudável distância entre os conceitos do narrador e os dos seus personagens, James Green lança mão de termos como “homens que procuraram outros homens para aventuras sexuais”, “erotismo do mesmo sexo”, “homens que gostam de relações sociais e eróticas com outros homens” para descrever o “objeto” do seu estudo. Perfeito! Como o leitor verá, este livro tem a seriedade que se exige de uma tese de doutorado, mas é escrito numa linguagem direta e acessível a todos.

Além do carnaval vai muito mais adiante que as minhas primeiras intuições sobre a estruturação da homossexualidade no Brasil. Embora verifique a presença de um movimento geral do modelo “ativo-passivo”, “bicha-bofe” para “homossexual-homossexual” ao longo do século, James demonstra a existência de uma certa identidade entre homens que gostam de outros homens, independentemente da sua suposta “atividade” ou “passividade”, anterior ao surgimento de uma identidade de “entendidos” na década de 1940, e, mais tarde, de “gay”, na década de 1970. Na sua descrição da sociabilidade homoerótica no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX, James identifica a presença da figura do fanchono, que teria sido um homem associado ao papel de “ativo” nas relações sexuais, mas com uma distinta preferência para sexo com outros homens, e não *faute de mieux*. Todos, argumenta James, compartilhavam o mesmo mapa moral da cidade e as regras que subentendiam as relações sexuais e eróticas entre eles. E, embora não sendo o seu material disponível para a descrição e análise desse período relativo aos frescos e fanchonos, eles próprios, mas sim aos agentes de polícia, médicos, escritores e chargistas, a maioria deles do lado de fora do mundo das relações homoeróticas, há fortes evidências de que o que se fazia sexualmente nem sempre estava de acordo com as regras estabelecidas no modelo “ativo-passivo”. Mas como poderia ser de outra forma? Afinal, são as regras que definem as contravenções e, como James nota, os médicos ficaram um tanto perplexos com os homens que se declararam simultaneamente “ativos” e “passivos”. Quebrando a taxinomia estabelecida se tornam, evidentemente, anômalos.

Uma outra virtude deste livro está nas relações que o autor estabelece entre o mundo dos homens que gostam de outros homens e as grandes mudanças sociais, políticas e econômicas ao longo desses oitenta anos. James Green incorpora a história de homens que gostam de outros homens à história geral desse período. Primorosa é a sua análise da relação entre as migrações rural-urbana e Nordeste-Sudeste que acompanharam a industrialização do país, e a importância desta para a trajetória de jovens com gostos homossexuais. Estes puderam encontrar uma vibrante sociabilidade dos grandes centros urbanos, particularmente Rio de Janeiro e São Paulo, mesmo que, escapando do opróbrio familiar, corressem o risco de cair nas garras das autoridades policiais e da medicina legal. Embora a homossexualidade *per se* nunca tenha sido considerada ilegal no período que James estuda, havia leis que permitiam a repressão policial, entre as quais a da vadiagem e a do atentado ao pudor. Há uma análise extensiva da produção científica dos médicos e legistas sobre o assunto, e o autor demonstra claramente a dívida destes para com os produtores de teorias da Europa enquanto tentavam dar conta do que observavam no Brasil. Não chega a ser surpresa que a maioria dos que caíam nas mãos da polícia e dos médicos eram os sempre mais vulneráveis nesta sociedade: os negros e os pobres em geral. É por essa razão que o historiador tem mais acesso a informações sobre a homossexualidade entre pobres e negros do que entre as camadas médias e altas. Essa concentração de negros e pobres nos gabinetes de polícia, argumenta James, permite uma associação entre “doença” e “perversão sexual” com os “atavismos” associados aos descendentes de africanos no Brasil, comum na literatura médico-legal.

Outro ponto alto deste livro é a reconstrução de vida de homens que gostaram de outros homens pela análise da sua produção jornalístico-caseira ao longo das décadas de 1960 e 1970. Esse material, somado aos depoimentos de quem fez esses jornais, reproduzidos por meio de copiadores, resulta num rico entendimento da sociabilidade da época, bem como das regras implícitas que a governavam. E o que chama a atenção do autor, e do leitor também, é a capacidade que

essa gente possui de criar uma solidariedade baseada em preocupações e gostos compartilhados. Essa solidariedade não é, sem dúvida, ausente de tensões internas e brigas de ciúmes, por um lado, nem, por outro, de posturas divergentes perante a homossexualidade. Ainda assim, essa solidariedade revela uma enorme capacidade para a criatividade e produção de prazer, apesar de estar rodeada pela hostilidade de grande parte do mundo. Penso, até, que a malícia, como que ritualizada, poderia ser interpretada contra-intuitivamente como mais um ingrediente da solidariedade. Fale mal, mas fale de mim...

A parte final do livro trata do período militar. Apesar de ataques moralizantes sobre a imprensa homossexual e investidas dos policiais contra os travestis de São Paulo, esse período também viu o nascimento de música e teatro populares, que vão colocar em questão os papéis de gênero convencionais, viu o nascimento de uma identidade e de grupos militantes “gay”, bem como o surgimento de uma imprensa profissional que vai esmagar a produção caseira anterior, e o crescimento de uma pletera de bares e boates para atender ao “mercado gay”. É justamente aqui que vamos encontrar a tensão, à qual me referi no início deste prefácio, entre um socialismo convencionalmente marxista e um de viés mais libertário. Há também uma tensão entre o estilo “leve”, malicioso e espalhafatoso da sociabilidade homossexual revelada no carnaval e na imprensa caseira e um novo estilo “sério” e reivindicatório que surge junto com o movimento gay.

É evidente que este livro muito interessará aos homens que gostam de outros homens. Mas não só a esses. As relações que James Green estabelece entre as mudanças na vida social dos homens que gostam de outros homens e as transformações na sociedade como um todo fazem que esta obra tenha uma importância muito mais abrangente. É de esperar que agrade também a todos aqueles que se interessam pela história recente do Brasil, afinal, acrescenta uma dimensão da história social do Brasil que não pode ser ignorada por ninguém.

A narrativa de *Além do carnaval* termina no ano de 1980. Resta ainda um outro livro a ser escrito: a calamidade da Aids, por um lado, e, por outro, a vertiginosa expansão das redes e serviços para homens

que gostam de outros homens, tal como se observa ao longo dos últimos vinte anos do século XX. É de esperar que James Green tenha vontade e tempo de trazer a sua história para os dias de hoje. Creio que vai encontrar muitas das mesmas tensões que notou anteriormente, pois sabemos que o processo social não descarta o passado quando inaugura o aparentemente novo. A Aids veio para ressuscitar as velhas relações entre homossexualidade e doença. Preocupações com “atividade” e “passividade” continuam a permear o campo das relações sexuais entre homens. Há ainda os desentendimentos entre aqueles que imaginam uma identidade “gay” transcultural e transecular e aqueles que preferem pensar na particularidade dos arranjos de cada lugar e cada tempo. E é também impossível não ver no presente a mesma tensão entre o ódio homófobo, que resulta em chantagem e morte, e a persistente produção de um “mundo vibrante” pelos homens que gostam de outros homens. Viva!

Peter Fry

Agradecimentos

De certo modo, iniciei este livro por volta de vinte anos atrás, durante os seis anos em que vivi no Brasil, nos quais testemunhei a queda em câmara lenta do regime militar e, ao mesmo tempo, o nascimento de um movimento de gays e lésbicas. Os amigos dessa época tornaram-se o principal esteio da minha vida no Brasil quando voltei, em 1994, para desenvolver o grosso da pesquisa para este projeto. Sem o apoio de Edmea Jafet, de Henrique Carneiro, de Martinha Arruda e seus dois filhos maravilhosos, Suiá e Yama, eu jamais teria sobrevivido àquele ano. Devo também mencionar outros velhos amigos que se tornaram novos amigos outra vez: Cristina Ribeiro, Edward MacRae, Gilda Penteado, Hélio Goldsztejn, Hilda Machado, Hiro Okita, Jean-Claude Bernardet, John McCarthy, Jorge Beloqui, Jussara Florêncio, Luiz Amorim, Luiz Mott, Marcelo Abboud, Marisa Fernandes, Marquinhos, Paula Maffei, Ricardo Silva, Robson Camargo, Rosa Parolari, Rosely Aparecida de Moraes, Tony Panciarelli e Veriano Terto Júnior. De incontáveis maneiras, eles ofereceram apoio pessoal e logístico para tornar minha pesquisa possível.

Uma nova geração de ativistas do movimento de gays, lésbicas e transexuais no Brasil forneceu-me assistência imprescindível no estabelecimento de contatos e na realização do meu trabalho. Eles in-

Agradecimentos

cluem Augusto Andrade, Cláudio Nascimento, Cláudio Roberto da Silva, David Harrad, Elias Ribeiro de Castro, Joaquim Posse, João Vargens, José Edwardo F. Braunschweiger, Karim Aïnour, Luiz Carlos Barros de Freitas, Luiz Ramires, Marcelo Cerqueira, Rosana Zaiden, Toni Reis e Wilson da Silva.

Por temer que o assunto da minha tese de doutorado fosse encontrar obstáculos na consulta aos arquivos brasileiros, trouxe comigo uma carta introdutória que discorria vagamente sobre um estudo da masculinidade brasileira durante a Era Vargas. Minhas ansiedades se dissiparam quando fui encontrando, uma a uma, as pessoas que me assistiram na garimpagem das fontes. No Arquivo do Estado de São Paulo, Lauro Ávila Pereira e Daniela Palma me apresentaram a um grupo amável e profissional de arquivistas que incluía Ady Siqueira de Noronha, Maria Zélia Galvão de Almeida e Rosimeire dos Santos. Laura Guedes, Sátrio Nunes e Georgina Kaufman, do Arquivo Nacional, direcionaram-me para documentos-chave e sugeriram estratégias alternativas de pesquisa. O pessoal do Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp demonstrou entusiasmo e dedicação incansáveis ao me ajudar a utilizar o material pertencente ao arquivo. Ângela M. C. Araújo, Elaine Marques Zanatta, Miriam Manini e Marisa Zanatta prestaram-me auxílio imensurável, e todos trabalharam para desenvolver um importante acervo sobre gays e lésbicas no arquivo.

Um dos benefícios mais prazerosos da minha pesquisa no Brasil foi a construção de uma nova rede de amigos e estudiosos que valorizaram meu trabalho e me apoiaram de inúmeras formas. Estes incluem Afonso Carlos Marques dos Santos, Beatriz Kushnir, Carlos Baccelar, Carlos Soares, Celeste Zenha, Celso Ricardo Blanco, Cristiana Schettini Pereira, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Iara Lis Carvalho Souza, João Roberto Martins Filho, Joana Maria Pedro, Jorge Schwartz, Marcelo Florio, Luciana Gandelman, Marcos Luiz Bretas, Magali Engel, Margareth Rago, Maria Clementina Pereira Cunha, Maria Izilda Santos de Matos, Mary del Priore, Olívia Gomes da Cunha, Paulo Roberto Ottoni, Sílvia Miskulin, Simonne Martins, Tânia Pellegrini e Zilda M. Grícoli Iokoi. José Carlos Sebe Bom Meihy e Raquel Glazer

também contribuíram com comentários valiosos sobre uma monografia baseada em minha pesquisa inicial e apresentada na Universidade de São Paulo.

Devo prestar reconhecimento especial a várias pessoas que faleceram no decorrer dos seis anos que trabalhei neste projeto. Adauto Belarmino Alves, Alcir Lenharo, Ederzil Camargo, Eduardo Toledo, James Kepner, João Antonio de Souza Mascarenhas, Juan Carlos Nagel e Rick Turner, todos eles me inspiraram e seu espírito está embutido neste trabalho. Duas outras pessoas prestaram ajuda essencial em aspectos cruciais da pesquisa: Agildo Guimarães facilitou-me o acesso ao mundo de *O Snob* e gentilmente colocou-me em contato com sua rede social no Rio de Janeiro; José Fábio Barbosa da Silva, por sua vez, generosamente cedeu-me as cópias originais de seu estudo sociológico pioneiro sobre a homossexualidade em São Paulo.

Durante meus estudos de pós-graduação em história latino-americana na UCLA, Bebe Bernstein, Hien McKnight, Nina Moss e Sheila Patel ajudaram-me a vencer obstáculos burocráticos e incentivaram o progresso dos meus estudos. O apoio generoso que recebi do UCLA Latin American Center, da Tinker Foundation e da Pauley Fellowship permitiu que eu conduzisse minha pesquisa no Brasil. John O'Brien e Walter Williams, do Center for Scholars in Residence, situado na University of Southern California, em cooperação com o ONE Institute, um programa do International Gay and Lesbian Archives, ofereceu assistência inestimável e um ambiente acadêmico fértil durante a fase da redação da tese. O Ken Dawson Award, do Center for Lesbian and Gay Studies (CLAGS), um programa de pós-graduação da City University of New York, uma bolsa da UCLA Lambda Alumni Association, uma bolsa de pesquisador-professor visitante da Comissão Fulbright e um prêmio da Fundação Monette-Hurowitz forneceram grande parte do apoio financeiro durante diversas fases deste trabalho. Daryle Williams e Phyllis Peres, diretores do 1998 National Endowment of the Humanities Summer Institute in Brazil, demonstraram flexibilidade na organização do programa de modo a permitir que eu cingisse melhor os elementos finais da minha pesquisa.

Agradecimentos

Minha banca de doutorado, José C. Moya, Ellen C. DuBois, Ramón Gutiérrez e Karen Brodtkin, ofereceu constante incentivo ao meu potencial acadêmico e reconhecimento da importância da história social e cultural gay. Os membros do conselho editorial da *Latin American Perspectives*, especialmente Marjorie e Donald Bray, Fran e Ron Chilcote, e Timothy Harding, deram apoio essencial na formação da minha carreira acadêmica.

John D'Emilio, Donna J. Guy, Jeffrey Escoffier, Robert Howes, Daniel Hurewitz, Daniel Kiefer e Robert Levine forneceram sugestões cuidadosas e valiosas para melhorar meu manuscrito. Meu editor Doug Mitchell e seus assistentes Matthew Howard e Robert Devins, da University of Chicago Press, foram impecáveis em sua atenção ao processo de produção do livro como um todo. Carlisle Rex-Waller editou meticulosamente o manuscrito em inglês e Paulo Simões ajudou cuidadosamente na revisão do texto original. A equipe da Editora UNESP – Christine Röhrig, Maria Dolores Prades e Maristela Garmes – abraçou com entusiasmo a idéia de uma edição de *Beyond Carnival* em português. Cristina Fino e Cássio Arantes Leite, cuidadosamente e em tempo recorde, transformaram a edição em inglês numa elegante prosa em português, e Fábio Gonçalves dedicou especial atenção aos detalhes sutis, buscando captar a linguagem precisa do texto original. Quero agradecer a Áureo Silva por seu auxílio no desenho dos mapas do Rio de Janeiro e São Paulo. Sharon Sievers, chefe do Departamento de História da California State University, Long Beach, Karen Lau, gerente-administrativa, e meus colegas foram extremamente compreensivos com meus esforços para me tornar um professor e acadêmico.

Devo mencionar ainda três outras pessoas. Minha mãe, Miriam D. Green, sempre incitou-me a ir em busca de meus sonhos e seu amor foi incessante durante todos esses anos. Minha irmã, Marycarolyn G. France, deu o empurrão inicial para que eu voltasse à universidade e permaneceu sempre uma amiga próxima e leal. Finalmente, o agradecimento mais importante é para Moshé Sluhovsky, meu companheiro, editor e colega. Sem seu apoio intelectual, emocional e logístico em todas as fases deste projeto, ele jamais teria se realizado.

Introdução

Em 1938, a cantora popular Carmen Miranda estrelava o filme brasileiro *Banana da terra*,¹ como uma baiana que cantava e dançava com uma pequena cesta de frutas presa de forma precária à sua cabeça. Seu modo de atuar era uma imitação exagerada das tradições das mulheres afro-brasileiras dos mercados da Bahia.² Logo depois, durante os quatro dias de festas do carnaval, centenas de homens tomaram as ruas do Rio de Janeiro. Vestidos com saias brancas rodadas e turbantes limpos e reluzentes, como faziam as famosas mulheres da Bahia, esses homens excederam a própria paródia da baiana encenada por Carmen Miranda.³

O costume, entre certos homens brasileiros, de travestir-se com roupas típicas das mulheres afro-brasileiras há muito fazia parte do carnaval. Contudo, esses foliões não eram os usuais maridos ostentando jóias e vestidos chamativos emprestados de suas irmãs, mães e namoradas, no intuito de atirar-se a quatro dias de festas e desinibição.⁴ Suas personificações coloridas da cantora popular mais famosa da década, e de suas roupas estilizadas, inequivocamente excederam as transgressões carnavalescas do sexo masculino da época. Essas falsas baianas *à la* Carmen Miranda engajaram-se numa subversão festiva

que arremedava tanto o comportamento sexual normativo quanto o tradicional hábito de travestir-se durante o carnaval.⁵ Sua *performance* festiva nas ruas do Rio de Janeiro era uma afirmação pública das próprias noções de masculinidade e feminilidade desses homens, noções que desafiavam e ao mesmo tempo reforçavam os padrões de gênero no Brasil na primeira metade do século XX.⁶

A *persona* Carmen Miranda tornou-se um dos símbolos brasileiros internacionalizados durante a Segunda Guerra.⁷ Nas décadas seguintes, os gays brasileiros e norte-americanos recriaram a imagem da extravagante musa brasileira. Ao longo dos anos, inúmeras revistas musicais elevaram Carmen Miranda ao pedestal das estrelas cultuadas, e ela permanece até hoje na galáxia dos ícones hollywoodianos.⁸ Em 1984, mais de 45 anos após a primeira aparição cinematográfica de Carmen como a “baiana” com seus balangandãs, e depois que seus seguidores masculinos tomaram as ruas para imitá-la, foliões de rua no Rio de Janeiro ainda utilizavam sua imagem para expressar uma ambigüidade sexual e uma sensibilidade gay. Durante as festas carnavalescas daquele ano, um grupo de homossexuais masculinos formou a Banda Carmen Miranda, uma dissidência da famosa Banda de Ipanema.⁹ Organizando sua própria celebração de rua, eles criaram centenas de paródias de Carmen Miranda com trajes ainda mais extravagantes e desfilaram pelas ruas de Ipanema numa festa pré-carnavalesca. A folia liderada pela Banda Carmen Miranda tornou-se um acontecimento anual nas programações do carnaval carioca, uma crítica do comportamento sexual tradicional e um fórum público para as manifestações tanto humorísticas quanto sérias do orgulho gay.¹⁰

Se os trejeitos e acessórios excessivos de Carmen Miranda, em seus filmes de Hollywood, simbolizavam para o público norte-americano e europeu a feminilidade brasileira nos anos 40 e 50, a figura da menina “cheia de graça”, “do corpo dourado, do sol de Ipanema” alimentou as fantasias eróticas heterocêntricas sobre a mulher tropical no início dos anos 60. Ela foi logo substituída por imagens de mulatas-claras com roupas escassas, eleitas pelas organizações turísticas estatais e privadas para promover o carnaval carioca. Nos últimos anos,

homens bronzeados juntaram-se às mulatas plumadas, vestindo tangas de lantejoulas e uma indumentária *camp à la* Carmen Miranda. Uma indústria turística gay em franca expansão nos Estados Unidos produz hoje prospectos sofisticados e dirigidos a homossexuais de classe média, apresentando o “Mardi Gras” carioca como um antro de sexo efervescente e de franca permissividade.

Já em 1970, Pat Rocco, um dos realizadores pioneiros de filmes pornô-gay em Los Angeles, usou o carnaval brasileiro como cenário para uma produção erótica em 16 mm, *Marco of Rio*.¹¹ Numa época anterior ao vídeo, o clássico de Rocco alcançou um público relativamente limitado. Nas décadas de 1980 e 1990, contudo, a produção de vídeos de sexo explícito gay tornou-se uma indústria multimilionária, empregando técnicas cinematográficas de alto padrão e edição computadorizada. O diretor-produtor Kristen Bjorn internacionalizou o gênero sediado nos Estados Unidos, com alguns vídeos de produção impecável, rodados no Leste europeu, na América Latina e em outros lugares “exóticos”, incluindo vários títulos filmados no Brasil. O primeiro longa metragem de Bjorn, *Carnival in Rio* (1989), mostra homens com uma queda pelo “tipo moreno, bem-torneado, robusto, não-circuncisado e de temperamento dócil, ao menos aparentemente”.¹² Nos filmes pornô-gay de Bjorn e de outros diretores europeus e norte-americanos, o mulato musculoso tomou das bonecas do carnaval o lugar do “outro” erótico e exótico.

Para muitos observadores estrangeiros, de Buenos Aires a São Francisco e Paris, essas imagens variadas dos homossexuais brasileiros, extrovertidos e licenciosos, que expressam a sensualidade, a sexualidade ou a atitude *camp* durante o carnaval, acabaram sendo confundidas com uma suposta tolerância da homossexualidade e da bissexualidade nesse país.¹³ A permissividade aberta do carnaval, assim diz o estereótipo, simboliza um regime sexual e social que aceita a ambigüidade sexual sem restrições, incluindo a sexualidade do homem em relação ao homem.¹⁴

Quando as fantasias do carnaval são despidas e a vida retoma seu curso normal, surge um quadro um tanto diferente da tolerância em

relação aos homossexuais no Brasil. Uma pesquisa realizada em maio de 1993, numa amostra de dois mil homens e mulheres brasileiros, revelou um persistente desconforto diante da homossexualidade. Embora 50% confirmassem ter contato diário com homossexuais no trabalho, em sua vizinhança ou nos bares e clubes que freqüentavam, 56% admitiram que mudariam seu comportamento em relação a um colega caso descobrissem que ele ou ela era homossexual. Um em cada cinco romperia de vez o contato com essa pessoa. Dos entrevistados, 36% não empregariam um homossexual, mesmo que ele ou ela fosse a pessoa mais qualificada para o cargo, e 79% não aceitariam que seu filho saísse com um amigo gay.¹⁵

A homofobia também se manifesta de formas mais violentas. Durante quase duas décadas, Luiz Mott, antropólogo e presidente-fundador do Grupo Gay da Bahia, a mais duradoura organização em defesa dos direitos dos gays, vem coletando dados sobre o assassinato indiscriminado de homossexuais homens, mulheres e travestis no Brasil. Em 1996, ele publicou os resultados de sua pesquisa em conjunto com a International Gay and Lesbian Human Rights Commission, num volume intitulado *Homofobia: a violação dos direitos humanos de gays, lésbicas & travestis no Brasil*. Esse estudo revelou a assustadora estatística de que “um homossexual é brutalmente assassinado a cada quatro dias, vítima da homofobia que impregna a sociedade brasileira”.¹⁶ Muitos dessas vítimas são profissionais do sexo – travestis – ou homens gays que “pegaram” alguém para uma “transa” fortuita e acabaram sendo alvo de roubos seguidos de assassinatos sádicos.¹⁷ A maioria desses homicídios foi cometida por grupos ou indivíduos não-identificados. Apenas 10% desses crimes denunciados resultam em prisões. Numa entrevista em 1995, Toni Reis, secretário-geral fundador da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis observou que em sua cidade natal, Curitiba, havia ocorrido vinte assassinatos documentados de homossexuais nos dez anos anteriores a essa data, com apenas duas condenações.¹⁸ Aduauto Belarmino Alves, ganhador do prêmio Reebok Human Rights, documentou o assassinato, em 1994, de 23 homens homossexuais no Rio de Janeiro.¹⁹ O relatório do Departamen-

to de Estado norte-americano sobre os direitos humanos no Brasil, em 1993, também apontou essa violência: “Continua a haver registros de assassinatos de homossexuais. Os jornais de São Paulo publicaram que três travestis foram assassinados em 14 de março; outros relatórios alegam que dezessete travestis foram mortos nos primeiros três meses de 1993. Um policial foi acusado dos assassinatos de 14 de março e estava aguardando o julgamento para o fim do ano. No entanto, os grupos gays organizados afirmam que a grande maioria dos praticantes de crimes contra homossexuais permanece impune”.²⁰

O caso que exemplifica de forma mais dramática a violência contra homossexuais no Brasil envolveu o assassinato de Renildo José dos Santos, vereador do município de Coqueiro Seco, no Estado de Alagoas. Em 2 de fevereiro de 1993, a câmara municipal aplicou-lhe uma suspensão de suas atividades por trinta dias porque ele havia declarado num programa de rádio que era bissexual. Ele foi acusado de “praticar atos incompatíveis com o decoro parlamentar”. Quando terminou o período de sua suspensão, ele não foi readmitido e teve de pleitear a ordem de um juiz para que pudesse reassumir o posto na câmara. No dia seguinte, ele foi seqüestrado. Seu corpo foi encontrado em 16 de março. Seus braços e a cabeça haviam sido amputados e o cadáver queimado. Apesar de cinco homens terem sido presos nesse caso, incluindo o prefeito da cidade, eles foram inocentados de qualquer envolvimento no assassinato. Ninguém foi punido por esse crime.²¹

Numa atualização do relatório de Luiz Mott de 1996, o Grupo Gay da Bahia documentou 130 assassinatos de gays, travestis e lésbicas em 1997, reconhecendo que essas estatísticas estavam incompletas dada a ausência de informações sobre vários estados brasileiros. Dos assassinatos registrados, 82 eram gays, 42 travestis e 6 lésbicas.²² No relatório, *Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil – 1999*, Mott acrescenta: “Enquanto na década de 80 contabilizava-se a média de um assassinato de um gay, travesti ou lésbica a cada quatro dias, durante a década de 90 esta dramática violência subiu para um ‘HOMOCÍDIO’ a cada três dias, em 1999 a matança de gays aumentou ainda mais: a cada dois dias um homossexual é barbaramente

assassinado, vítima do ódio”. Mais recentemente, o brutal assassinato de Edson Neris da Silva, em São Paulo, por um grupo de *skinheads* na Praça da República, um local público freqüentado por homossexuais desde o início do século XX, chocou a nação e mostrou que a violência continua impune. Como resultado dessas contínuas violações dos direitos humanos, nos anos recentes mais de uma dúzia de gays brasileiros pediu asilo político nos Estados Unidos com a justificativa de sua orientação sexual.²³

As imagens contraditórias das festas permissivas do carnaval e a brutalidade dos assassinatos são alarmantes, assim como as tensões entre tolerância e repressão, aceitação e ostracismo estão profundamente arraigadas na história e cultura brasileiras. Da mesma forma que o mito – bastante disseminado – de que o Brasil é uma democracia racial obscurece os padrões enraizados de racismo e discriminação, também a noção de que “não existe pecado ao sul do Equador” esconde um amplo mal-estar cultural diante dos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, no maior país da América Latina.²⁴

Abundam os fenômenos paradoxais quando o assunto é erotismo e ligações homossexuais. João do Rio, célebre jornalista carioca da virada do século, era bastante conhecido por apreciar o sexo com outros homens. Seus modos efeminados eram atacados por seus inimigos na imprensa. Ainda assim, estima-se que cem mil habitantes do Rio de Janeiro compareceram ao seu funeral, em 1921.²⁵ Mais recentemente, Dener e Clodovil, famosos estilistas; Clóvis Bornay, o mais assíduo campeão dos concursos de fantasias de luxo do carnaval carioca; Rogéria, o famoso travesti dos anos 60 e 70, e a sedutora transexual Roberta Close, todos tornaram-se personalidades públicas. Essas figuras femininas e efeminadas, que personificam o oposto dos traços comportamentais normativos de virilidade e masculinidade esperados dos homens brasileiros, alcançaram ampla aceitação popular e circulam confortavelmente na alta sociedade. Seus modos efeminados e comportamento provocativo, contudo, servem como um parâmetro contrastante, representando um modelo divertido mas inapropriado, *não* para ser imitado. As mulheres podem acolher esse tipo de celebri-

dade desde que seus filhos ou namorados não manifestem comportamentos similares. Do mesmo modo, é possível que os homens vejam essas estrelas como figuras atraentes pelo fato de atuarem como imitações perfeitas dos arraigados estereótipos da mulher ideal no universo masculino. Travestis escandalosos ou beldades peitudas podem desfrutar uma relativa aceitação social, desde que sejam os filhos de *outras* mães e pais. Por vários aspectos, elas mais reforçam do que desconcertam o sistema de gêneros, rigidamente definido.

Quando uma família descobre que um filho é gay, pais e parentes podem vir a tolerar esse fato, contanto que ele não seja abertamente efeminado e que as pessoas fora da família não saibam. Muitas vezes, está implícita uma política do “não pergunto, não me conte”. Ainda é comum que um homem adulto continue a viver com seus pais, contribuindo para a renda familiar e saindo com amigos gays nos fins de semana, sem jamais mencionar a existência de um namorado ou detalhes de sua vida social à sua família. Se ele sai de casa para montar seu próprio apartamento, buscando maior liberdade e independência, é possível que ainda continue a contribuir com as despesas familiares. A família aprende a suprimir as eternas perguntas sobre namoradas ou planos de casamento, para não ter de ouvir muitos detalhes que possam romper essa trégua silenciosa ou pôr em risco a renda suplementar que um filho solteiro pode prover. Para tantos outros homens, o casamento e os filhos, escapadas homossexuais à parte, tornam-se a resposta às constantes pressões sociais para que constitua uma família e se conforme às normas sociais.

Até muito recentemente, quando um incipiente movimento político de gays e lésbicas começou a desafiar os estereótipos reinantes, a mídia dos brasileiros confundia homossexualidade masculina com efeminação. Segundo antropólogos, a preponderância dessa idéia é resultado do sistema de gêneros brasileiro, hierarquicamente estruturado, que divide os homens que se envolvem em atividades homoeróticas em duas categorias – o *homem* (o homem “verdadeiro”) e o *bicha*. Essa oposição binária espelha as categorias de gênero predominantes e definidas heterossexualmente, o *homem* e a *mulher*, nas

quais o homem é considerado o participante “ativo” numa relação sexual e a mulher, por ser penetrada, o elemento “passivo”. O antropólogo Richard G. Parker observou: “A realidade física do próprio corpo divide assim o universo sexual em dois. As diferenças anatômicas conhecidas são transformadas, através da linguagem, nas categorias hierarquicamente relacionadas de gênero definido social e culturalmente: nas classes de masculino e feminino ... construída com base na percepção da diferença anatômica, é essa distorção entre atividade e passividade que estrutura mais claramente as noções brasileiras de masculinidade e feminilidade e que tem servido tradicionalmente como o princípio organizador para um mundo muito mais amplo de classificação sexual da vida brasileira atual”.²⁶

Segundo esse modelo, em atividades eróticas homossexuais tradicionais, o *homem*, ou, na gíria, o *bofe*, assume o papel “ativo” no ato sexual e pratica a penetração anal em seu parceiro. O efeminado (*bicha*) é o “passivo”, o que é penetrado. A “passividade” sexual desse último atribui-lhe a posição social inferior da “mulher”. Enquanto o homem “passivo”, sexualmente penetrado, é estigmatizado, aquele que assume o papel público (e supostamente privado) do *homem*, que penetra, não o é. Desde que ele mantenha o papel sexual atribuído ao homem “verdadeiro”, ele pode ter relações sexuais com outros homens sem perder seu *status* social de homem.²⁷

Os papéis sexuais, portanto, são significativamente mais importantes do que o parceiro sexual que alguém possa ter. Os termos *homem* e *bicha*, baseados em papéis, definem esse universo sexual. Assim, dois “homens” não podem fazer sexo um com o outro, uma vez que um deles supostamente deve assumir o papel daquele que penetra. Da mesma forma, uma relação sexual entre dois bichas não pode ser consumada, pois se presume que cada um espere ser penetrado pelo outro, que deve assumir o papel “masculino”. O antropólogo Peter Fry, ao mapear pela primeira vez esse sistema de gêneros no Brasil, afirmou que ele predominava não apenas nas áreas pobres e de classe operária da região amazônica, onde ele desenvolveu uma pesquisa no início da década de 1970, mas em toda a sociedade brasileira, coexis-

tindo e às vezes competindo com outros sistemas. Fry supôs que o modelo *homem/bicha* ainda prevalecia nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, nas áreas rurais e entre os pobres das grandes cidades. A esse respeito, o candomblé ofereceu um relativo espaço social e um certo *status* na sociedade brasileira para muitos *bichas* de origens humildes.²⁸ O candomblé é amplamente praticado pela população de baixa renda, em geral de origem africana, especialmente na cidade de Salvador. Nos últimos anos, muitos homens e mulheres de classe média tornaram-se adeptos dessa religião. Já nos anos 40, a antropóloga Ruth Landes observou que muitos pais-de-santo no candomblé eram homens efeminados ou homossexuais.²⁹ Mais recentemente, Patrícia Birman estudou as relações de gênero e a homossexualidade no candomblé e na umbanda, no Rio de Janeiro.³⁰

Fry também afirmou que em algum momento dos anos 60 uma nova identidade sexual surgiu. Ela tomou forma inicialmente entre os homossexuais masculinos de classe média nos centros urbanos brasileiros e era baseada mais numa escolha do objeto sexual do que em papéis de gênero.³¹ A urbanização, a expansão da classe média, uma contracultura endógena, mudanças nas relações de gênero, influências culturais gays internacionais, tudo isso contribuiu para a construção dessa nova identidade, que era semelhante à identidade gay que se desenvolveu nos Estados Unidos nas décadas de 1930 e 1940.³² Segundo Parker, os dois padrões coexistem atualmente no Brasil. Homens de origens culturais pobres e operárias ainda moldam seu comportamento sexual segundo a tradicional díade *homem/bicha*, e os homossexuais urbanos de classe média, em geral, abraçaram o que é conhecido como uma identidade gay.³³ De fato, pode-se pensar nas múltiplas homossexualidades ou sexualidades, já que também permanece comum uma forma de bissexualidade, o fenômeno do homem casado que pratica sexo com outros homens e ainda assim mantém relações heterossexuais.³⁴

Desde o fim do século XIX, quando médicos, advogados e outros profissionais no Rio de Janeiro começaram a escrever sobre o erotismo entre pessoas do mesmo sexo, a tendência tem sido a de enfatizar

o indicador supostamente mais óbvio de tal comportamento. Homens efeminados que freqüentam lugares públicos, vestidos de modo extravagante e adotando maneirismos e vestuário associados à mulher, figuram de modo destacado nessa literatura precoce. No entanto, o que *parece* ser o sistema sexual/de gêneros dominante, que molda a percepção e a construção da homossexualidade pela sociedade, não define o quadro como um todo. O comportamento dos papéis sexuais e de gênero têm sido muito mais fluidos e mutáveis entre os homens brasileiros, mesmo entre aqueles cujo desejo sexual primário se expressa em relação a outros homens. Na virada do século, médicos, advogados e outros profissionais desenvolveram ou confirmaram suas teorias sobre a homossexualidade baseadas nas características e atividades dos homens efeminados que estudaram. Contudo, a quantidade limitada de dados que coletaram às vezes contradizia suas próprias afirmações sobre a homossexualidade. Ao examinar os materiais que eles ignoraram, podemos detectar um sistema sexual operante muito mais variado. Isso se torna particularmente óbvio quando revemos os estudos médico-legistas dos anos 30, nos quais uma reserva muito mais rica de fontes fornece exemplos de pessoas que não se encaixavam no estereótipo do bicha efeminado, e que se articulavam livremente numa subcultura já em formação.

Um observador estrangeiro de história e cultura brasileiras deve ter um cuidado especial para não criar uma dinâmica “nós-eles” ao tentar entender o paradigma predominante num dado momento histórico. É muito fácil simplesmente notar que o sistema de gêneros que opera nos Estados Unidos é construído de modo diferente daquele enraizado no Brasil ou na América Latina, e que a organização ativa/passiva da vida sexual descrita aqui varia consideravelmente do comportamento homossexual no norte da Europa e nos Estados Unidos. Ao operar com essa estrutura bipolar, corre-se facilmente o risco de criar um falso “outro” e, conseqüentemente, esconder as complexidades e inconsistências de um modelo muito genérico. O mesmo pode ser dito sobre os que identificam uma certa similaridade nas construções da sexualidade no Brasil e nos Estados Unidos nas últimas décadas. Para

entender o surgimento de uma nova identidade gay entre os brasileiros da classe média urbana nos anos 60, talvez seja correto afirmar que houve uma lacuna entre a representação e a experiência social. Os homens nos anos 30 (e anteriormente) muitas vezes simplesmente não se adaptavam à representação social e aos estereótipos do binário ativo/passivo. Certos homens desfrutavam de múltiplas experiências sexuais, incluindo receber e praticar a penetração anal. As mudanças culturais nos anos 60 apenas forneceram um contexto social para que múltiplas representações pudessem coexistir e mesmo desenvolver um novo espaço ou valor na subcultura.³⁵

Além disso, há sinais evidentes de que uma subcultura de homens efeminados e não-efeminados que desejavam e mantinham relações sexuais com outros homens existia *antes* da introdução das idéias médicas da Europa Ocidental sobre a homossexualidade no fim do século XIX. Os membros da elite brasileira recebiam as mais recentes idéias estrangeiras sobre sexualidade e sobre classificações sociosexuais relativamente rápido e as transmitiam ao público por intermédio da imprensa e das relações intrincadas entre médicos, advogados, jornalistas e outros setores da elite. No entanto, as subculturas e identidades eróticas homossexuais precederam essas construções importadas.

Donna J. Guy, em “Future Directions in Latin American Gender History”, observou que a pesquisa sobre a masculinidade, a homofobia e a dominação de sistemas de gênero heterocêntricos era negligenciada em comparação com outras áreas de investigação sobre gênero na América Latina.³⁶ De fato, a literatura sobre o comportamento homossexual e as atitudes em relação a ele na América Latina espanhola é ainda escassa e centrada principalmente em estudos antropológicos, sociopolíticos e literários.³⁷ No campo da história, há alguns poucos artigos sobre a homossexualidade, a sodomia e a Inquisição durante o período colonial na América Latina espanhola e no Brasil, e um número mais minguado ainda de obras relativas aos séculos XIX e XX.³⁸ No entanto, o escritor argentino Daniel Bao observou a construção da homossexualidade em Buenos Aires ao longo de cinco décadas. Bao mostrou que, entre 1900 e 1950, desenvolveu-se uma subcultura ho-

mossexual em que os homens mantinham “locais de encontro, seu próprio vocabulário, moda e preferências e hábitos sexuais”.³⁹ Segundo ele, na virada do século, outras grandes cidades latino-americanas que mantinham contato com os Estados Unidos e a Europa podem ter desenvolvido subculturas similares. Jorge Salessi documentou o crescimento dessa subcultura em Buenos Aires no fim do século XIX e início do século XX, e discutiu a elaboração taxinômica de categorias de homossexualidade definidas pela profissão médico-legista argentina para estudar e medicalizar esse fenômeno.⁴⁰ Nenhuma outra obra histórica tão substantiva foi produzida sobre outros países latino-americanos.

Os estudos iniciais das relações românticas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, assim como na América Latina espanhola, em sua maioria provêm de cientistas sociais, especificamente antropólogos, embora recentemente tenham se ramificado nos campos da história, cinema e literatura.⁴¹ Peter Fry inaugurou os estudos na área com artigos sobre a relação entre a homossexualidade e o candomblé, tentando explicar por que tantos líderes do culto eram homossexuais efeminados.⁴² Os textos de Fry delineando o sistema de gênero no Brasil guiaram a obra de inúmeros antropólogos e outros estudiosos que se dedicaram ao tema da homossexualidade nas duas últimas décadas.⁴³

Outra contribuição importante ao estudo dos homossexuais no Brasil no século XX é a obra do antropólogo Carlos Alberto Messeder Pereira, que examinou os escritos de médicos e criminologistas no contexto da modernização da sociedade brasileira, nos anos 20 e 30. Pereira afirma que esses profissionais transferiram o debate sobre a homossexualidade do âmbito legal, religioso e moral para a esfera da medicina, e advogaram seu direito de controlar ou curar suas manifestações.⁴⁴ Mais recentemente, a historiadora Talisman Ford, ao rever os trabalhos desses peritos médicos, concluiu que “a compreensão popular, tradicional da sexualidade, baseada numa hierarquia de gênero, sobreviveu à introdução de um modelo médico porque no Brasil os dois não são assim tão diferentes”.⁴⁵ Ford argumenta que os sexologis-

tas nos anos 30 adotaram seletivamente teorias européias que consideravam a homossexualidade patológica, embora mantendo um construto analítico que pressupunha a dicotomia ativo/passivo. Ela ainda afirma que os membros da classe médica falharam em sua tentativa de implantar uma ideologia baseada no sistema de gêneros brasileiro e por isso malograram também seus esforços para regular e disciplinar o erotismo entre pessoas do mesmo sexo. O historiador Peter Beattie contextualizou o comportamento homoerótico no âmbito político, e não médico. Ele sugeriu que o crescimento do nacionalismo e do militarismo no fim do século XIX evocava um desejo por parte do Estado brasileiro de definir a sexualidade masculina apropriada e, portanto, de reprimir o comportamento “não-natural” do homoerotismo.⁴⁶

Minha própria pesquisa atua como uma ponte entre as análises históricas dos discursos médico-legistas dos anos 30 e os estudos antropológicos de homossexuais brasileiros contemporâneos. Ele revela os mundos vibrantes de homens que desfrutaram relacionamentos sociais e eróticos com outros homens durante o século XX. Procuro mostrar que uma subcultura similar àquelas que floresceram em Nova York e Buenos Aires na virada do século também existiram no Rio de Janeiro e em São Paulo. Um fator importante do desenvolvimento dessa subcultura homossexual, eu proponho, foi a apropriação do espaço urbano. Embora percebido por um reduzido grupo de geógrafos, sociólogos e antropólogos, o fenômeno não foi examinado com profundidade.⁴⁷ Um aspecto importante dessa questão diz respeito à conexão entre a ocupação de áreas públicas e das supostas esferas tradicionais da vida social brasileira, ou seja, a casa e a rua.⁴⁸ Como veremos, uma acessibilidade maior dos homens ao espaço público, a rua, facilitou os encontros eróticos homossexuais entre eles. Entretanto, a estigmatização cultural dessa atividade às vezes incentivou a criação de uma “contra-casa”, um espaço privado onde os homens podiam interagir livremente e que servia como uma alternativa à família tradicional. Quando bares identificáveis como gays começaram a surgir no fim dos anos 50 e início dos 60 no Rio de Janeiro e em São Paulo, eles passaram a funcionar como esses espaços, localizados entre o privado (a

casa) e o público (a rua), protegendo seus frequentadores de uma sociedade agressiva e hostil. Da mesma forma, os bailes de carnaval serviam como uma oportunidade anual para que o privado se tornasse mais público.

Outro aspecto deste projeto de pesquisa, a análise das formas pelas quais a raça e a classe afetam os homens que apreciam atividades eróticas com outros homens explica como diferentes posições raciais e de classe estruturaram a sociedade brasileira. As relações homoeróticas muitas vezes forneceram a oportunidade para uma interação das classes e das raças, mas situações econômicas e *status* sociais desiguais geraram graves tensões e reforçaram uma relativa segregação social e racial. O nível de intersecção de classes entre homens envolvidos em relacionamentos sexuais com outros homens revela os parâmetros da segregação econômica e racial na sociedade brasileira. Este estudo pode, talvez, oferecer um meio adicional para compreender as contradições encobertas pela imagem pública do Brasil como uma democracia racial.

Além disso, esta investigação lança uma nova luz sobre a família brasileira, considerada por tanto tempo o resultado de uma herança rígida, monolítica, do passado patriarcal colonial.⁴⁹ Como veremos, algumas famílias brasileiras rejeitaram, e até mesmo hospitalizaram, membros masculinos que se desviaram das normas sociais aceitas por uma sociedade heterocêntrica, enquanto outros lares mantiveram filhos transviados em seu seio. Outros homens, ainda, fosse por sua marginalidade ou pelo distanciamento dos sistemas de apoio familiares tradicionais, construíram redes sociais alternativas do tipo familiar e encontraram apoio econômico e psicológico com amigos que compartilhavam seus desejos sexuais. Além do mais, as correntes migratórias de homossexuais masculinos do Nordeste para o Rio e São Paulo, ou do campo para a cidade, desafiam o modelo padrão apresentado por sociólogos e historiadores, segundo o qual as pessoas dependem essencialmente de laços familiares para mudar-se de uma área do Brasil para outra. Para muitos jovens que fugiram do controle e condenação da família, dos parentes e de uma cidade pequena em busca do

anonimato das metrópoles, a amizade baseada numa identidade compartilhada e em experiências eróticas similares propiciou laços mais fortes que os sangüíneos.

Enquanto tentava encontrar um título apropriado para este trabalho, um acadêmico sugeriu que o subtítulo fosse: “Homossexualidade masculina no Brasil urbano do século XX” ou “Homossexualidade masculina no Rio de Janeiro e em São Paulo”. De fato, o Brasil é um país de dimensões continentais com variações regionais bem marcadas. A maioria das transferências da população rural para os centros urbanos só foi ocorrer nos anos 50. Os sistemas sexuais e de gênero nas pequenas cidades e áreas rurais operam num contexto de diferentes estruturas sociais, culturais e econômicas. No decorrer do século XX, literalmente centenas de milhares de homens jovens que se conscientizaram de seus desejos e fantasias sexuais por outros homens deixaram suas famílias e amigos nas cidades do interior e migraram para a capital de seu estado, ou mudaram-se para o Rio de Janeiro ou São Paulo. Essas cidades se tornaram dois dos mais importantes centros para o surgimento de subculturas homossexuais. Este estudo combina a história da homossexualidade nessas duas cidades, em vez de tentar compor uma história da vida urbana gay no país todo. Escolhi focar quase que exclusivamente essas duas cidades por vários motivos. Os estereótipos populares correntes no Brasil definem os cariocas como despreocupados e amantes da diversão, que vivem para a praia, a cerveja e o carnaval. Ao contrário, os paulistas são considerados sérios, trabalhadores e empreendedores.⁵⁰ Contudo, as duas cidades compartilham muitas características não encontradas em outros centros urbanos no Brasil. São Paulo tem ocupado a liderança econômica do país desde que o *boom* do café na virada do século alçou-o a uma posição proeminente no cenário nacional. No fim da Primeira Guerra, São Paulo superou o Rio de Janeiro em força industrial.⁵¹ Nos anos 50, a população da cidade de São Paulo ultrapassou a do Rio, que permaneceu como o segundo centro econômico mais importante do país e foi a capital da nação até 1960.⁵² As duas cidades competem há longa data pela preponderância na produção cultural e excelência acadêmica,

atraindo artistas e intelectuais de outras partes do país. De certa maneira, Rio de Janeiro e São Paulo juntas tecem vários padrões culturais para o país todo.

As experiências de homossexuais masculinos em ambas as cidades têm sido similares sob muitos aspectos. Durante todo o século XX e especialmente após 1930, quando houve uma melhora no sistema de transportes, esses homens passaram a transitar com maior facilidade entre as subculturas do Rio de Janeiro e de São Paulo. A comunicação rápida entre esses dois centros urbanos criou expressões culturais semelhantes, assim como códigos, gírias e comportamentos sexuais similares. Entretanto, diferenças entre as duas cidades influenciaram alguns aspectos da formação das subculturas homossexuais. As tradições e a cultura afro-brasileiras tiveram maior influência no Rio de Janeiro, enquanto a imigração européia e japonesa em grande escala para São Paulo gerou uma diferente composição étnica, social e cultural. O acesso fácil às praias e as possibilidades físicas e sensuais nesses espaços públicos deram forma à subcultura homossexual carioca. Na industrial São Paulo, o carnaval é uma imitação pobre das festividades no Rio de Janeiro. As manifestações públicas da homossexualidade, como as expressas nos bailes carnavalescos de travestis, as celebrações de rua, escolas de samba e concursos de fantasias são mais comuns no Rio do que em São Paulo. Apesar dessas e de outras diferenças, as fontes históricas disponíveis em ambas as cidades permitiram a textura de uma história social rica e complexa. Como mostrou George Chauncey em *Gay New York*, um trabalho de investigação imaginativo, a paciência esmerada e um emprego criativo das fontes nos arquivos podem produzir resultados surpreendentes.⁵³ Espero que este trabalho também inspire futuros estudos sobre a história da sexualidade e socialização entre indivíduos do mesmo sexo em outros centros urbanos brasileiros, bem como nas áreas rurais. Deve ser ressaltado que neste estudo, como um todo, os registros históricos existentes revelaram muito mais sobre a vida de homens pobres, da classe operária e da classe média-baixa que buscaram a satisfação sexual em lugares públicos, do que incidiram sobre a vida de gays da classe alta, que podiam se dar

ao luxo de viver de modo mais circunspeto. Quanto mais baixo o *status* econômico ou social de uma pessoa, mais vulnerável ela se tornava aos abusos policiais. Nos anos 20 e 30, médicos e criminologistas estavam interessados em conduzir sua pesquisa entre os homens de classe média e baixa, em razão das teorias eugenistas em voga que ligavam a pobreza à degeneração, à violência, ao perigo e à desordem. Em geral, os homens da classe alta podiam ocultar sua vida sexual sob um manto de respeitabilidade. Em vista da estrutura hierárquica das relações de classe na sociedade brasileira, os membros da elite que desejavam sexualmente outros homens estavam protegidos das inconveniências da interferência policial. Um nome familiar de prestígio e adequadas conexões políticas e sociais podiam proteger um filho ou marido transgressivo contra um escândalo público. Uma renda confortável também era capaz de fornecer a privacidade necessária para encontros românticos ou sexuais, e homens mais ricos podiam até mesmo comprar, discretamente, favores sexuais quando necessário. Contanto que não houvesse o interesse por homens das classes inferiores, as interações sexuais e sociais podiam permanecer isoladas em festas privadas e reuniões entre pessoas do mesmo círculo, longe das praças e parques onde os homossexuais mais pobres se agregavam. Portanto, este estudo inclina-se inevitavelmente para o lado dos homens dos setores sociais que compõem a maioria da população brasileira.

Considerando isso, há, de fato, um espectro amplo de documentação disponível, embora os dados brutos raramente estejam catalogados sob a rubrica “homossexualidade” nos índices do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, ou entre os arquivos policiais ou casos judiciais em São Paulo. A impossibilidade de um acesso adequado aos registros da polícia e dos tribunais tanto no Rio quanto em São Paulo demandou caminhos alternativos para conseguir penetrar nas políticas oficiais do Estado com respeito ao policiamento e controle dos encontros eróticos entre pessoas do mesmo sexo.⁵⁴ Os registros médicos, os depoimentos de travestis que haviam sido presos no centro de São Paulo e matérias recortadas de várias publicações brasileiras estavam entre as fontes de arquivo utilizadas.⁵⁵

Uma dependência exclusiva de fontes produzidas pela classe médica, pelo Estado e pela mídia tradicional, que documentam manifestações da homossexualidade, bem como noções de gênero e masculinidade no Brasil podiam apresentar uma visão altamente distorcida desses assuntos. Portanto, busquei a informação de uma outra fonte fidedigna: os próprios homossexuais. Em 70 entrevistas, homens numa faixa etária entre 35 e 85 anos contaram suas vidas, experiências e percepções sobre os relacionamentos românticos e sexuais com outros homens desde os anos 30 até os 90. Tive a preocupação consciente de assegurar que os entrevistados refletissem um perfil da sociedade carioca e paulista, representando uma ampla diversidade quanto a origem social, racial e posições políticas. As diferentes personalidades com as quais conversei trouxeram à luz muitos universos divergentes: os mundos dos ativistas dos movimentos gays dos anos 70 e 80; as pessoas que freqüentavam os bailes de carnaval nos anos 50 e 60; os intelectuais da universidade que deliberadamente evitavam os grupos políticos gays; os profissionais do sexo; travestis; e homens gays “comuns”, que viviam suas vidas e amores sem uma conexão estabelecida com nenhum dos movimentos sociais ou políticos que se desenvolveram no início dos anos 60 e durante a lenta queda da ditadura, desde 1977 até 1985. Duas gerações de revistas – produções caseiras, informais, no início dos anos 60, e publicações ligadas ao movimento, como *Lampião*, do fim dos anos 70 – ofereceram uma outra via de acesso à vida dos homossexuais brasileiros, refletindo momentos diferentes no desenvolvimento de identidades homossexuais variadas.

Finalmente, este estudo teve como referência minha própria participação nos acontecimentos em torno da fundação e das atividades do movimento de gays politizados nos anos 70. Na época em que vivi em São Paulo, de 1977 a 1981, meu papel como ativista e líder da ala progressista do movimento, em seus controversos anos de formação, colocou-me no centro do furacão. A consciência da minha proximidade com o objeto de estudo e da minha participação na forma como essa história é escrita forçou-me a agir com cautela.

De um modo significativo, esse quadro heterogêneo, desenhado com base num conjunto variado de fontes, delineou uma periodização alternativa para parte dessa história social da homossexualidade masculina no Rio de Janeiro e em São Paulo no século XX. Tradicionalmente, os historiadores do Brasil moderno dividem os períodos históricos segundo as grandes mudanças políticas nos diferentes regimes que se encadearam ao longo dos últimos cem anos: a República Velha (1889-1930); o período Vargas (1930-1945); a redemocratização (1945-1964); a ditadura militar (1964-1985); o retorno da democracia (1985 até o presente).⁵⁶ Mas as notáveis transformações sociais no Rio e em São Paulo, as quais redefiniram as relações de gênero e o uso do espaço urbano, exigiram que retornássemos ao período anterior à Revolução de 30, para que pudéssemos explicar os desenvolvimentos no Brasil desde 1930 até o fim do autoritário Estado Novo, em 1945. Da mesma forma, a mudança política no regime, em 1964, teve um impacto muito menor sobre as subculturas homossexuais do Rio de Janeiro e de São Paulo do que as medidas restritivas dos primeiros três anos do governo Médici (1969-1972).

Portanto, este livro inicia examinando o Rio de Janeiro, na época a capital nacional, durante o período 1898-1920. Esse período foi marcado pelo fim da agitação social que acompanhou a derrubada da monarquia e o estabelecimento de um governo republicano em 1889. As fontes sobre a socialização erótica homossexual no Rio de Janeiro para o fim do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX foram qualitativa e quantitativamente mais ricas que o material encontrado em São Paulo para o mesmo período. Fugindo da cronologia tradicional, escolhi examinar o período de 1920 até 1945 como um todo, com o propósito de incluir o impacto dos acontecimentos dos anos 20 nas mudanças que tiveram lugar no Brasil após a Revolução de 30.

Da mesma forma, a abordagem do período pós-Segunda Guerra desvia-se da cronologia histórica tradicional. Dividi esse período em duas partes: 1945-1968, quando se desenvolveu uma subcultura distinta, moderna e urbana; e o período pós-1968, quando mudanças sociais e culturais redefiniram os contornos dessa subcultura. Esta obra

termina quando a primeira onda do movimento brasileiro de gays e lésbicas emergiu em 1978, ano que é também associado ao início da lenta transição da ditadura para a democracia.

Inspirado na obra de John D'Emilio, *Sexual Politics, Sexual Communities: The Making of a Homosexual Minority in the United States, 1940-1970*, este estudo começou por um exame das dinâmicas que levaram ao surgimento de um movimento politizado de gays e lésbicas no fim dos anos 70.⁵⁷ Entretanto, logo ficou evidente que qualquer análise do ativismo por parte de homossexuais sob a ditadura militar requeria uma investigação mais ampla da formação de complexas subculturas urbanas encadeadas no transcorrer do século XX. Também não demorou para ficar claro que outro objetivo, o de mostrar uma história que abrangesse *ambos*, homens e mulheres, que mantêm laços sexuais e românticos com pessoas do mesmo sexo, era ambicioso demais. Se as fontes materiais sobre a homossexualidade masculina no Brasil são relativamente escassas, fontes primárias e secundárias sobre mulheres que amaram ou tiveram relações sexuais com outras mulheres são ainda mais raras. Também tive muito menos acesso às redes sociais de lésbicas no Rio de Janeiro e em São Paulo do que ao mundo gay masculino. Os dois universos se interseccionam às vezes, especialmente em algumas casas noturnas e círculos sociais, mas permanecem bastante autônomos. Além disso, a relativa invisibilidade do lesbianismo em comparação com a homossexualidade masculina requer diferentes estratégias de pesquisa. Portanto, em vez de tentar abranger um tópico demasiadamente amplo, optei por concentrar-me nas interações eróticas, românticas e sexuais entre os homens.⁵⁸

Embora imagens de licenciosidade e devassidão tropical possam marcar a aproximação inicial do leitor ao tema da homossexualidade masculina no Brasil, este trabalho pretende olhar além das transgressões de gênero e das demonstrações públicas de sexualidade que ocorrem durante o carnaval, com o intuito de examinar a realidade social e cultural mais ampla da homossexualidade ao longo do século XX. Nesse processo, de fato, os homens que se envolvem em relações eróticas e românticas com outros homens apropriaram-se das festivi-

dades do carnaval como um meio ideal para expressar suas próprias noções de gênero e manifestar sua sensualidade e sexualidade. Mas o sucesso em sua ocupação do espaço social é um resultado de conflitos retraídos durante várias décadas. Além disso, se as *drag queens*, imitando a baiana decorada com bananas, alcançaram um *status* elevado nos quatro dias de carnaval nas últimas décadas, a posição social dos homossexuais brasileiros no resto do ano tem sido bem menos favorável. Tendo de enfrentar prisões e violência nas ruas, negociar com as restrições familiares, desenvolver redes alternativas de apoio, permitir-se aventuras sexuais e manter seus relacionamentos são apenas algumas das muitas questões com as quais os homossexuais comuns têm de lidar em suas vidas cotidianas.

Este estudo de homens que cruzaram as fronteiras sexuais reflete ainda a estrutura global dos valores sociais e regras do comportamento aceitável no Brasil, e revela muito sobre as definições culturais de masculinidade e feminilidade. Portanto, uma história da homossexualidade no Brasil é uma história dos homens, das mulheres e das relações de gênero. O homossexual efeminado, o bicha, atua como um indicador que diferencia seu próprio comportamento “desviado” e o comportamento masculino “normal” de um homem “verdadeiro”. Pela natureza de sua oposição binária à norma, o estereótipo social do homem “passivo” e efeminado define o homem “ativo” e “viril”. De modo contraditório, contudo, a natureza às vezes fluida da identificação de gênero, bem exemplificada nas celebrações do carnaval, pode também gerar uma ambigüidade que subverte o sistema sexual hetero-dominante usualmente rígido. Este livro busca desembaraçar todas essas construções de gênero e masculinidade que são claramente inconsistentes e conflitantes. Mostra que o comportamento, as atividades e imagens de homens que praticam sexo com outros homens contribuem para a formação de múltiplas identidades de gênero assumidas pelos homens brasileiros. Ao examinar as várias formas pelas quais homens que experimentam o erotismo e relacionamentos homossexuais negociam numa sociedade hostil, este projeto também historiciza e contextualiza a crescente visibilidade do homem homossexual no

carnaval e nas incomparáveis manifestações de ambigüidade de gênero cujo modelo exemplar é o admirável fenômeno da *persona camp* de Carmen Miranda e seus imitadores masculinos.

Notas

- 1 Nesse filme, Carmen Miranda aparece pela primeira vez com os trajes que se tornariam sua marca registrada, cantando *O que é que a baiana tem?*. O filme estreou no cine Metro-Passeio no centro do Rio, em fevereiro de 1939, pouco antes do carnaval daquele ano.
- 2 Para uma análise das influências afro-brasileiras nas atuações de Carmen Miranda, ver Ligiéro, *Carmen Miranda: um paradoxo afro-brasileiro*, 1998.
- 3 Gil-Montero, *Brazilian Bombshell: The biography of Carmen Miranda*, 1989, p.152-3.
- 4 Ver Da Matta, *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*, 1997; o capítulo "A carnavalização do mundo", in: Parker, *Corpos, prazeres e paixões: cultura sexual no Brasil contemporâneo*, 1992, p.205-42; e o Capítulo 5, "A apropriação homossexual do carnaval carioca".
- 5 A canção popular *Falsa baiana*, de Geraldo Pereira, faz uma distinção entre a baiana "real" e a "falsa", pela habilidade da primeira em sambar, provocando o desejo de todos. A falsa baiana não inspira tal reação. A ambigüidade da mistura de gêneros durante o carnaval, bem como os prazeres eróticos derivados do conhecimento de que um homem está vestido como uma mulher sexualmente provocante serão discutidos no Capítulo 5. Com base em fotos de pessoas travestidas no carnaval dos anos 20 e 30, a falsa baiana parecia estar mais para uma paródia *camp* de gênero do que uma tentativa de evocar o desejo sexual.
- 6 Sherna Gluck ajudou-me a esclarecer esse fenômeno contraditório.
- 7 Durante a Segunda Guerra, os chefões do cinema em Hollywood, com o apoio da "Política de Boa Vizinhança" de Roosevelt, usaram a cantora brasileira para veicular e vender uma imagem mítica da mulher e da cultura latino-americanas, buscando angariar apoio na América Latina e entre o público norte-americano para as políticas de guerra do governo dos Estados Unidos. Para informações gerais sobre o tratamento do Brasil em Hollywood nesse período, ver Augusto, "Hollywood Looks at Brazil: From Carmen Miranda to Moonraker", in: Johnson & Stam (Ed.) *Brazilian Cinema*, 1995, p.51-61; Woll, *The Latin Image in American Film*, 1977; e a discussão de Martha Gil-Montero, op. cit., 1989, p.110-26, sobre o papel de Carmen Miranda nos planos da Seção de Filmes da Secretaria de Assuntos Interamericanos do Departamento de Estado.

Além do carnaval

- 8 Para citar um exemplo, os personagens da peça teatral *Beach Blanket Babylon*, de São Francisco, exibem em suas cabeças turbantes e perucas ainda maiores, mais espalhafatosos e com frutas e objetos ainda mais cômicos, numa referência direta ao visual de Carmen Miranda. A peça, ao mesmo tempo que atraiu uma vasta fileira de admiradores gays em seus mais de vinte anos em cartaz, também alcançou popularidade num público mais amplo. A cidade de São Francisco até mesmo nomeou uma pequena rua em homenagem a essa extravagante produção teatral.
- 9 A Banda de Ipanema, fundada em 1966, foi uma das várias tentativas empreendidas no período pós-64 de revitalizar o carnaval de rua e a prática das folias nas ruas. Os organizadores da Banda escolhem um samba-enredo a cada ano e contratam uma banda de percussionistas para conduzir milhares de pessoas dançando um samba lento e sincopado pelas ruas de classe média-alta do bairro de Ipanema, que fora o reduto da bossa nova e da boemia brasileira dos anos 50 aos 70. A Banda Carmen Miranda separou-se da Banda de Ipanema em 1984. Ver “Ipanema cria Banda Carmen Miranda”, *O Globo*, 15 dez. 1984, p.12.
- 10 Em junho de 1995, ativistas lésbicas e gays deram um foco mais político a essa tradição carnavalesca, organizando a Marcha pela Plena Cidadania. Usando música e influências do carnaval, mais de duas mil pessoas desfilaram pela Avenida Atlântica em Copacabana, como evento de encerramento da 17ª Conferência Anual da Associação Internacional de Gays e Lésbicas, realizada naquele ano no Rio de Janeiro. Para os organizadores veteranos, envolvidos nos grupos em defesa dos direitos de gays e lésbicas desde o início dos anos 80, a marcha simbolizou o amadurecimento do movimento e o casamento da política com a festa numa combinação tipicamente brasileira (Marisa Fernandes, Luis R. B. Mott, Wilson da Silva, entrevistados pelo autor em 25.6.1995). Da mesma forma, o *camp* brasileiro permeou o movimento gay nos Estados Unidos. Ativistas contra a Aids em São Francisco, por exemplo, adotaram a imagem de Carmen Miranda, completa, com sapatos de plataforma exagerada, jóias espalhafatosas e vestidos absurdos, desfilando nas áreas gays como “Condom Mirandas” [Camisinhas Mirandas], e distribuindo preservativos aos passantes perplexos.
- 11 Rocco, *Marco of Rio*, 1970.
- 12 Bjorn, *Carnival in Rio*, 1989. Outros filmes de Bjorn cujo cenário é o Brasil tropical incluem *Tropical Heat Wave* (1990), *Jungle Heat* (1993), *Paradise Plantation* (1994), *A World of Men* (1995) e *Amazon Adventure* (1996).
- 13 Um ótimo exemplo da identificação da homossexualidade brasileira com o carnaval no Rio de Janeiro encontra-se em Gomes, *A bomossexualidade no mundo*, 1979, p.153-92.

Introdução

- 14 Ver Parker, op. cit., 1992, p.70. Pelo menos um estudo empírico conduzido em 1973 indica que os brasileiros eram menos tolerantes em relação à homossexualidade do que as imagens populares podem sugerir. Após entrevistar 112 estudantes de Campina Grande, Paraíba, o estudo conclui que os brasileiros são mais preconceituosos com respeito à homossexualidade do que os canadenses, e aponta uma probabilidade bem maior da suposição de que um homem “feminino” seja homossexual do que entre os canadenses (Dunbar, Brown, Vuorinen, “Attitudes toward Homosexuality among Brazilian and Canadian College Students”, 1973, p.173-83).
- 15 Segundo a pesquisa, no Nordeste do Brasil o nível de não-aceitação de que um filho saia com um amigo gay cresce para 87% (“O mundo gay rasga as fantasias”, *Veja*, 1993, p.52-3).
- 16 Mott, *Homofobia: a violação dos direitos humanos de gays, lésbicas & travestis no Brasil*, 1997.
- 17 Um estudo de caso de vários desses assassinatos que ocorreram em São Paulo foi feito por Spagnol, *O desejo marginal: violência nas relações homossexuais na cidade de São Paulo*, 1996. Sobre a cobertura jornalística da onda de assassinatos de homossexuais de 1987-1988 no Rio de Janeiro e em São Paulo, ver Venciguerra & Maia, *O pecado de Adão: crimes homossexuais no eixo Rio-São Paulo*, 1988. Outros exemplos de violência contra homens gays no Rio no fim dos anos 60 e durante a década de 1970 estão em Machado, *Descansa em paz, Oscar Wilde*, 1982.
- 18 Reis, entrevistado pelo autor em 20.1.1995.
- 19 Alves, entrevistado pelo autor em 18.7.1995.
- 20 US. Congress, House, Senate, Committee on Foreign Relations and International Relations, *Country Reports on Human Rights Practices for 1993*, 1994, p.376.
- 21 US. Congress, House, Senate, Committee on Foreign Relations and International Relations, *Country Reports on Human Rights Practices for 1993*, 1997, p.372-3; US. Congress, House, Senate, Committee on Foreign Relations and International Relations, *Country Reports on Human Rights Practices for 1995*, 1996, p.348; US. Congress, House, Senate, Committee on Foreign Relations and International Relations, *Country Reports on Human Rights Practices for 1993*, 1994, p.376; Amnesty International Nova York, *Breaking the Silence: Human Rights Violations Based on Sexual Orientation*, 1994, p.13-4; Dignidade, Grupo de Conscientização e Emancipação Homossexual, 1994, p.2-3; “Reclamando nossos direitos”, *Folha de Parreira*, 1995, p.2.
- 22 Mott, *Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil – 1997*, 1998, p.32-48.

- 23 O brasileiro Marcelo Tenório, na época um pintor de casas de 32 anos vivendo em São Francisco, foi a primeira pessoa a quem o asilo político nos Estados Unidos foi concedido, em razão de anos de perseguição por causa de sua orientação sexual. Brooke, "In Live-and-Let-Live Land, Gay People Are Slain", 1993, p.3.
- 24 O debate sobre o Brasil ser ou não uma democracia racial tem uma longa história que remonta aos anos 30. A clássica obra de Gilberto Freyre, *Casa grande e senzala* (1933), questiona as noções da elite dominante sobre a inferioridade dos afro-brasileiros e das pessoas descendentes de misturas raciais. Freyre afirmou que o legado dos padrões coloniais de miscigenação gerou uma tolerância social entre os descendentes de africanos, portugueses e índios que era bastante diversa das formas de discriminação que ele observou ao estudar nos Estados Unidos nos anos 10 e 30. Freyre também insistiu que a sensualidade, licenciosidade e promiscuidade dos colonos portugueses que levaram a ligações sexuais com as mulheres africanas e índias estabeleceram os moldes dos elementos libertinos da cultura brasileira contemporânea. Ao fundir a tolerância racial e a licenciosidade sexual, ele delineou a estrutura da maior parte das suposições comumente aceitas no Brasil sobre as atitudes locais em relação à raça e ao sexo. Desde os anos 60, estudiosos teceram críticas meticulosas a noções de Freyre sobre a propensão dos brasileiros para a tolerância racial, embora suas teorias sobre a permissividade sexual tenham gerado muito menos questionamentos. Ver Needell, "Identity, Race, Gender, and Modernity in the Origins of Gilberto Freyre's", 1995, p.51-77. Para uma discussão das noções da elite brasileira no fim do século XIX e início do século XX sobre raça, ver Skidmore, *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, 1989; e Borges, *The Family in Bahia, Brazil, 1870-1945*, 1992. Entre as obras que questionam a tese de Freyre sobre a tolerância racial no Brasil estão: Degler, *Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States*, 1971; Conrad, *Children of God's Fire: A Documentary History of Black Slavery in Brazil*, 1984; Andrews, *Blacks and Whites in São Paulo, Brasil, 1888-1988*, 1991; e Fontaine (Ed.) *Race, Class, and Power in Brazil*, 1985. Costa, "The Myth of Racial Democracy: A Legacy of the Empire", in: *The Brazilian Empire: Myths and Histories*, 1985, p.234-46.
- 25 Rodrigues, *João do Rio: uma biografia*, 1995, p.255.
- 26 Parker, *Corpos, prazeres e paixões: cultura sexual no Brasil contemporâneo*, 1992, p.70. Boa parte dos modelos teóricos de Parker inspiraram-se na obra pioneira de Peter Fry, antropólogo inglês que reside há muito tempo no Brasil. Fry iniciou seu estudo acadêmico da homossexualidade e dos sistemas brasileiros de gênero na metade dos anos 70. Ver Fry, *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*, 1982; e Fry & MacRae, *O que é homossexualidade*, 1983. Ver, também, Parker, *Beneath the Equator: Cultures of Desire, Male Homosexuality, and Emerging Gay Communities in Brazil*, 1999.

Introdução

- 27 Ver Misse, *O estigma do passivo sexual: um símbolo de estigma no discurso cotidiano*, 1979. O antropólogo Stephen O. Murray questionou a afirmação de que os homens “verdadeiros” mantêm seu *status* social desde que não transgridam seu papel sexual atribuído. Ele argumenta que aventuras homossexuais praticadas por homens que assumem o papel “ativo” podem não estar tão livre de sanções como alguns observaram. Ver Murray, “Machismo, Male Homosexuality, and Latin Culture”, 1995, p.59.
- 28 Fry, “Homossexualidade masculina e cultos afro-brasileiros”, 1982, p.54-86. Uma versão desse capítulo foi publicada em inglês como “Male Homosexuality and Spirit Possession in Brazil”, *Journal of Homosexuality*, v.11, n.3-4, p.137-54, 1986. Foi também reproduzido como “Male Homosexuality in Afro-Brazilian Possession Cults”, in: Murray (Ed.) *Latin American Male Homosexualities*, 1995, p.193-220. Ver, também, Matory, “Homens montados: homossexualidade e simbolismo da possessão nas religiões afro-brasileiras”, 1988, p.215-31.
- 29 Uma avaliação de sua pesquisa antropológica sobre o candomblé, com apenas breves comentários sobre o papel dos homens efeminados nessa religião, pode ser encontrada numa reimpressão de seu estudo publicado em 1947. Ver Landes, *The City of Women*, 1994. Sua documentação da homossexualidade no candomblé foi apresentada em Landes, “A Cult Matriarchate and Male Homosexuality”, 1940, p.386-97. Para uma análise contemporânea do candomblé, em que homens homossexuais estão entre os adeptos da religião, ver Wafer, *The Taste of Blood: Spirit Possession in Brazilian Candomblé*, 1991.
- 30 Birman, *Fazer estilo criando gêneros: possessão e diferenças de gênero em terreiros de umbanda e candomblé no Rio de Janeiro*, 1995.
- 31 Fry, “Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil”, 1982, p.87-115.
- 32 Chauncey, *Gay New York: Gender, Urban Culture, and the Making of the Gay Male World, 1890-1940*, 1994, p.358-61.
- 33 Parker, “Changing Brazilian Constructions of Homosexuality”, 1995, p.241-55.
- 34 Parker, “After AIDS: Changes in (Homo)sexual Behaviour”, 1993, p.100.
- 35 Uma discussão com John D’Emilio ajudou-me a esclarecer esse ponto.
- 36 Donna J. Guy apresentou esse ensaio pela primeira vez na Conferência sobre História Latino-Americana da American Historical Association, em janeiro de 1994. Ele foi depois publicado em *Americas* 51, n.1, p.1-9, jul. 1994.
- 37 O estudo antropológico de famílias nicaraguenses de classe média-baixa após a revolução sandinista realizado por Lancaster, *Life Is Hard: Machismo, Danger and Intimacy of Power in Nicaragua*, 1992, explora noções de homossexualidade e do sistema de gêneros nesse país. Uma série de artigos em Murray, *Latin Ame-*

rican Male Homosexualities, focaliza a construção de múltiplas identidades homossexuais e homoeróticas no México e Peru, tanto nas populações indígenas quanto nas culturas dominadas pelo espanhol. Jacobo Schifter produziu várias obras sobre a homossexualidade na Costa Rica. Entre elas, *La formación de una contracultura: Homosexualismo y SIDA en Costa Rica*, 1989, e *Lila's House: Male Prostitution in Latin America*, 1998.

Ver, também, Adam, "In Nicarágua: Homosexuality without a Gay World", in: De Cecco & Elia (Ed.) *If You Seduce a Straight Person, Can You Make Them Gay? Issues in Biological Essentialism versus Social Constructionism in Gay and Lesbian Identities*, 1993, p.171-80; Argüelles & Ruby Rich, "Homosexuality, Homophobia, and Revolution: Notes toward an Understanding of the Cuban Lesbian and Gay Male Experience", 1984, p.683-99; Hidalgo & Christensen, "The Puerto Rican Lesbian and the Puerto Rican Community", 1976-1977, p.109-21; Jáuregui, *La homosexualidad en la Argentina*, 1987; Leiner, *Sexual Politics in Cuba: Machismo, Homosexuality, and AIDS*, 1994; Lumsden, *Homosexuality: Society and the State in Mexico*, 1991, e *Machos, Maricones, and Gays: Cuba and Homosexuality*, 1996; Ramirez, *Dime capitán: reflexiones sobre la masculinidad*, 1993.

A obra de Foster, *Gay and Lesbian Themes in Latin American Writing*, 1991, traça um perfil geral da homossexualidade na literatura. Foster também editou *Latin American Writers on Gay and Lesbian Themes: A Bio Critical Sourcebook*, 1994. Essa obra contém 130 verbetes elaborados por 60 pesquisadores que examinam a produção literária de escritores com assumida identidade gay ou lésbica, aqueles que escreveram sobre temas relacionados aos gays ou lésbicas e autores cuja obra reflete uma sensibilidade lésbica ou gay. Ver, também, Foster & Reis (Ed.) *Bodies and Biases: Sexualities in Hispanic Cultures and Literatures*, 1996). A antologia editada por L. Bergmann & Smith, *Entiendes? Queer Readings, Hispanic Writings*, 1995, reuniu artigos que tratam da América Latina espanhola e dos latinos vivendo nos Estados Unidos. Ver, também, Howes, "The Literatures of Outsiders: The Literature of the Gay Community in Latin America", 1987, p.288-304, e, do mesmo autor, "Literature of the Contemporary Brazilian Gay Community: A Review", 1996, p.126-38.

- 38 Bleys, *The Geography of Perversion: Male-to-Male Sexual Behavior outside the West and the Ethnographic Imagination, 1750-1918*, 1995; Gruzinski, "Las cenizas del deseo: Homosexuales novohispanos mediados del siglo XVII", in: Ortega (Ed.) *De la santidad a la perversion, o de porque no se cumplia la ley de dios en la sociedad novohispana*, 1985, p.255-81; Taylor, "Legends, Syncretism, and Continuing Echoes of Homosexuality from Pre-Columbian and Colonial Mexico", 1995, p.80-99; e Trexler, *Sex and Conquest: Gendered Violence, Political Order, and the European Conquest of the Americas*, 1995.

Ver, também, Auferherde, "True Confessions: The Inquisition and Social Attitudes in Brazil at the Turn of the Seventeenth Century", 1973, p.208-40; Belini,

Introdução

da polícia e dos tribunais em São Paulo não estão indexados, e os arquivos eram inacessíveis aos pesquisadores nessa época.

- 55 Infelizmente, dois dos jornais mais antigos e mais importantes do Rio de Janeiro e de São Paulo, o *Jornal do Brasil* e o *Estado de S. Paulo*, não possuem índices de fácil acesso disponíveis ao público.
- 56 Bello, *A History of Modern Brazil, 1889-1964*, 1966; Skidmore, *Brasil de Getúlio a Castelo (1930-1964)*, 1996; Worcester, *Brazil: From Colony to World Power*, 1973; Burns, *A History of Brazil*, 1980; Skidmore, *Brasil de Castelo a Tancredo – 1964-1985*, 1988; Penna, *Uma história da República*, 1989; Schneider, "Order and Progress": A Political History of Brazil, 1991; e Fausto, *História do Brasil*, 1994.
- 57 D'Emilio, *Sexual Politics, Sexual Communities: The Making of a Homosexual Minority in the United States, 1940-1970*, 1983.
- 58 Para obras sobre o lesbianismo no Brasil, ver Belini, *A coisa obscura*; Carvalho, *Caminhos do desejo: uma abordagem antropológica das relações homoeróticas femininas em Belo Horizonte*, 1995; Heilborn, *Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário*, 1992; Martinho, "Brazil", 1995, p.18-22; e Mott, *O lesbianismo no Brasil*, 1987; Portinari, *O discurso da homossexualidade feminina*, 1989.

Os prazeres nos parques do Rio de Janeiro na *belle époque* brasileira, 1898-1914

Quando o Brasil entrou no século XX, a cidade do Rio de Janeiro passou por profundas transformações. Durante uma década após a abolição da escravidão, em 1888, e a proclamação da República, um ano mais tarde, a nação estivera envolvida numa intensa desordem política. Segundo um historiador desse período, “A *belle époque* carioca inicia-se com a subida de Campos Sales ao poder em 1898 e a recuperação da tranqüilidade sob a égide das elites regionais. Nesse ano registrou-se uma mudança sensível no clima político, que logo afetou o meio cultural e social. As jornadas revolucionárias haviam passado. As condições para a estabilidade e para uma vida urbana elegante estavam de novo ao alcance da mão”.¹

Enquanto a elite urbana almejava a estabilidade social e política, afro-brasileiros empobrecidos continuavam a inundar a cidade, vindos das áreas rurais circundantes e de outros estados em busca de emprego. Do mesmo modo, como parte da onda de imigração europeia para as Américas do fim do século XIX, imigrantes estrangeiros, especialmente portugueses, contribuíram para o dramático crescimento da cidade. Entre 1872 e 1890, a população do Rio de Janeiro praticamente duplicou, saltando de 266.831 para 518.290 pessoas. Dezesesseis anos

mais tarde, em 1906, ela já se elevava para mais de 800 mil e, em 1920, a capital possuía 1.157.873 habitantes.² Nesse período, o número de homens era maior que o de mulheres, na cidade. No censo de 1890, o novo governo republicano registrou 238.667 homens e 184.089 mulheres residentes na capital da nação. Entre a população nativa, havia uma proporção relativamente equilibrada de 159.393 homens para 151.428 mulheres. Contudo, entre os imigrantes estrangeiros o número de homens ultrapassava em mais que o dobro o de mulheres: 79.374 para 32.561.³ Em meio ao alvoroço diário, milhares de jovens solteiros perambulavam pelas ruas do maior centro urbano do Brasil em busca de trabalho, diversão, companhia e sexo.

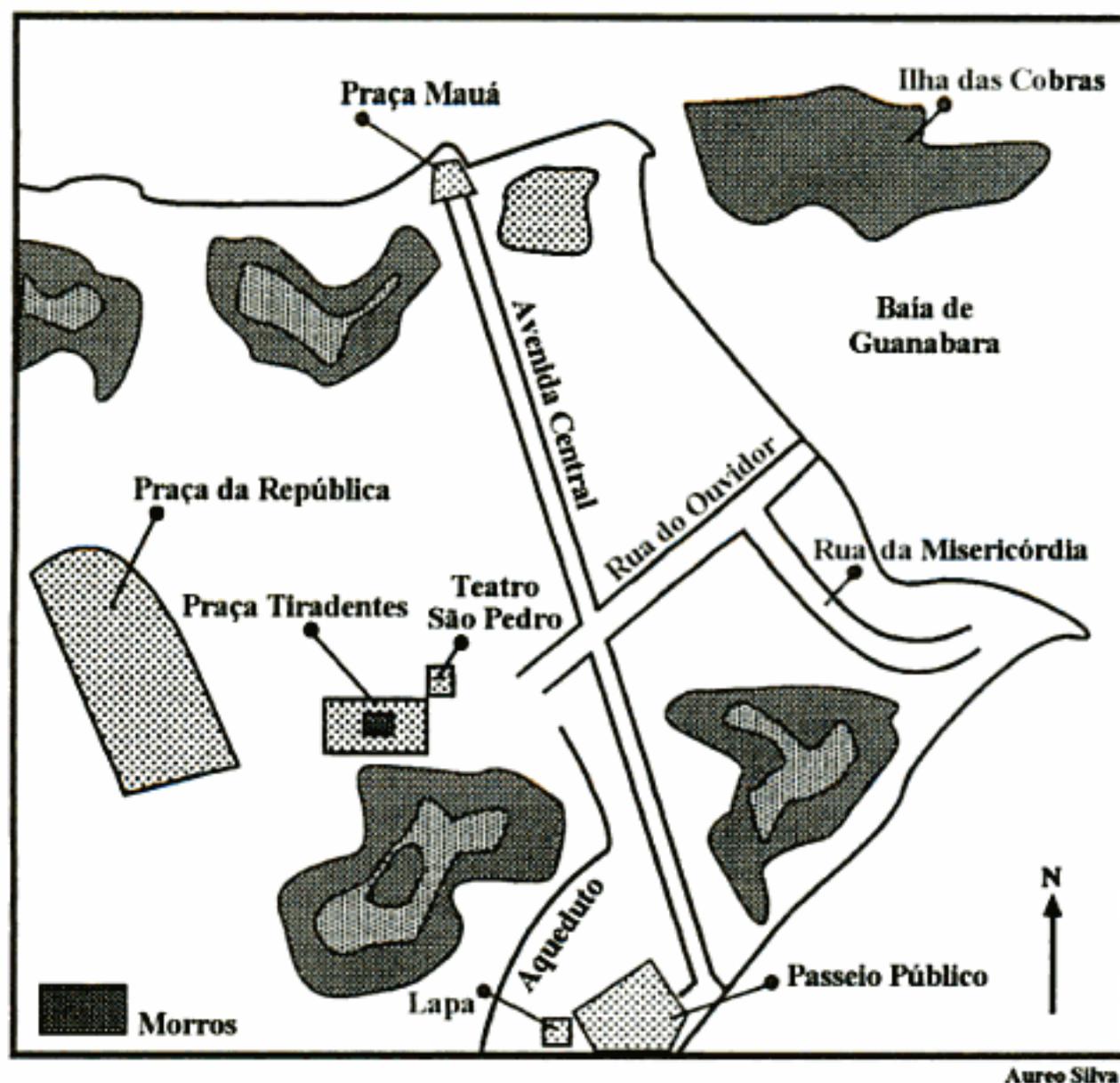
A explosão demográfica do Rio também exerceu uma enorme pressão na infra-estrutura da cidade, no abastecimento e na saúde pública. Em 1902, o prefeito da capital federal, Francisco Pereira Passos, com o apoio do presidente recém-eleito, Rodrigues Alves, encomendou um projeto radical de renovação urbana que iria transformar grande parte do centro da cidade. O Rio era promovido como uma versão tropical da moderna Paris.⁴ Elegantes edifícios no estilo da *beaux-arts* alinhavam-se em amplos bulevares iluminados, substituindo as ruas escuras, estreitas e tortuosas e as estruturas modestas. Funcionários da saúde pública elaboravam campanhas para melhorar o saneamento e eliminar a febre amarela, por meio de um programa que, entre outras medidas, envolvia a vacinação obrigatória de toda a população. A administração municipal condenou mais de 1.600 edifícios, incluindo diversas unidades para aluguel, e forçou quase 20 mil pobres e trabalhadores residentes do Rio, muitos dos quais afro-brasileiros, a encontrar novas moradias. Alguns se mudaram para lugares próximos, enquanto muitos outros foram forçados a deslocar-se para subúrbios afastados ao norte do centro da cidade.⁵ Embora protestos e tumultos populares contra os novos programas residenciais, de saúde e saneamento público revelassem um profundo ressentimento diante do plano governamental como um todo, as autoridades continuaram a implementá-lo com determinação. Em 1906, eles declararam o projeto terminado, e o Rio de Janeiro logo ficou conhecido como a *Cidade maravilhosa*.⁶ A imprensa gabava-se

de que a capital da nação se tornara um espaço público burguês comparável a qualquer cidade modernizada da Europa.⁷

A mudança forçada dos habitantes pobres de algumas áreas centrais e as fachadas arquitetônicas de influência francesa delineando a nova via pública principal da cidade, a Avenida Central (mais tarde rebatizada como Avenida Rio Branco), produziram um ambiente ainda mais prazeroso à elite carioca. Contudo, o plano de renovação não eliminou por completo as evidências de caos, pobreza e deterioração urbana consideradas impróprias pela alta sociedade carioca. A prostituição sobreviveu em algumas partes da área central. O crime continuou a ser uma ameaça àqueles que freqüentavam as áreas recém-restauradas do centro. Homens e mulheres pobres, especialmente negros, ainda mascateavam seus artigos nas ruas. E os homens que apreciavam relações sexuais com outros homens apegaram-se, obstinadamente, aos vários pontos do centro da cidade dos quais se haviam apropriado como lugares públicos para encontrar parceiros sexuais e socializar-se com os amigos.

O espaço urbano mais conhecido para tais encontros era o Largo do Rossio, uma praça nos limites do centro antigo do Rio de Janeiro. A área teve suas fachadas remodeladas na época das reformas urbanas de Pereira Passos e se manteve como um local de socialização homoerótica desde o fim do século XIX até muito recentemente.⁸ O centro do Largo do Rossio abrigava uma estátua majestosa do imperador D. Pedro I (1798-1834). Seu filho, D. Pedro II (1825-1891), mandou erguê-la em 1862 para celebrar o 40º aniversário da declaração da independência brasileira. Em 30 de março desse ano, entre pompas e clarins, o imperador e sua corte inauguraram a imagem em bronze, de cinco metros, do primeiro governante do Brasil independente, montado num corcel e levantando nas mãos um rolo de papel representando a constituição da nação. A estátua eqüestre, que pesava sessenta toneladas, repousava num pedestal de dez metros, decorado com figuras de bronze simbolizando os maiores rios do Brasil e placas de metal inscritas com os nomes das províncias do país.⁹ Mais tarde, o governo mandou executar o paisagismo da praça em torno do monu-

mento, com árvores, jardins, estátuas e bancos, fazendo dessa área um dos espaços mais agradáveis do centro e também uma representação pública dos sentimentos nacionalistas brasileiros. Bem próximo à praça estava o Teatro São Pedro, que durante todo o século XIX abrigara muitos dos maiores eventos culturais para a alta sociedade carioca e que ajudou a atrair outras casas de espetáculo para a praça (Mapa 1).¹⁰



MAPA 1 – Rio de Janeiro, c. 1906.

Logo após a inauguração da estátua do imperador D. Pedro I, a praça passou a desempenhar outra função “menos patriótica”, a de um local para as interações homossexuais. A atividade homossexual clandestina que se criou ali foi tamanha que, em 1870, o administrador da Intendência Municipal enviou um comunicado ao presidente desta informando a situação. Ele reclamava que a guarda municipal responsá-

vel pela vigilância dos jardins da praça havia “abandonado aqueles jardins na maior parte do dia à perversidade de garotos e de pessoas mal-intencionadas”.¹¹ No entanto, sua reclamação praticamente não surtiu efeito, e a área continuou a atrair homens que buscavam outros homens para fins socioeróticos. A consequência foi que, em 1878, o secretário da segurança pública teve de adotar medidas mais drásticas, “há individuos que vão a deshoras a praticar abusos contrarios a moral, obrigando assim esta Repartição a ter rondantes naquelle jardim em prejuizo da policia em outro lugar”.¹² Ele determinou que as quatro entradas para os jardins da praça fossem fechadas diariamente à meia-noite. Duas semanas mais tarde, em resposta a outra reclamação de que, na verdade, a praça não estava sendo fechada conforme fora ordenado, um funcionário do governo assegurou ao chefe de polícia que os portões dos jardins estavam, de fato, sendo fechados à noite.¹³ Além disso, as patrulhas noturnas tocavam um apito para garantir que ninguém permanecesse na área após o horário de fechamento. Apesar da vigilância e do controle da área pela polícia, os homens continuaram a usar o parque como um local de encontro com outros homens para fins sexuais (Figura 1).

Legal, mas nem tanto

No regime republicano pós-1889, a homossexualidade *per se* não era ilegal. Esse já não era o caso no Brasil colonial, quando as leis portuguesas definiam a sodomia como a penetração anal de um homem ou uma mulher. Quando dois homens estavam envolvidos, o Ofício da Sagrada Inquisição que se instalou em Portugal em 1553, assim como o código penal português consideravam tanto o penetrador quanto o receptor como sodomitas. Uma pessoa culpada por essa ofensa era condenada à fogueira e podia ter suas propriedades confiscadas.¹⁴ Entre 1587 e 1794, a Inquisição portuguesa registrou 4.419 denúncias. Estas incluíam tanto os suspeitos de terem praticado sodomia quanto os que forneciam confissões atestando o fato de terem cometido o “pecado abominável e pervertido”. Do total, 394 foram a julgamento,

dos quais trinta acabaram sendo queimados: três no século XVI e 27 no século XVII. Os que não recebiam a pena de morte podiam ser condenados a trabalhos forçados nos navios de guerra do rei ou ao exílio temporário ou perpétuo na África, Índia ou no Brasil. Em geral, essas duras punições eram decretadas após o condenado já ter tido suas propriedades confiscadas e sido brutalmente chicoteado em público.¹⁵



FIGURA 1 – Praça Tiradentes, popularmente conhecida como Largo do Rossio, c. 1900. O paisagismo e os bancos ofereciam múltiplas oportunidades para homens encontrarem outros homens com propósitos sexuais e românticos num dos mais antigos pontos de interação do Rio de Janeiro. Foto: Marco Antônio Belandi, cortesia do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Em 1830, oito anos após a Independência, D. Pedro I promulgou o Código Penal Imperial. Entre outras provisões, a nova lei eliminava toda e qualquer referência à sodomia. A legislação fora influenciada pelas idéias de Jeremy Bentham, pelo Código Penal francês de 1791, pelo Código Napolitano de 1819 e pelo Código Napoleônico de 1810, que descriminaram as relações sexuais entre maiores de idade.¹⁶ Entretanto, o Artigo 280 do Código brasileiro punia atos públicos de indecência com dez a quarenta dias de prisão e uma multa correspon-

dente à metade do tempo de reclusão.¹⁷ Essa provisão deu margem para que a polícia pudesse determinar o que constituía um ato de indecência. Deu-lhe também o poder de extorquir dinheiro daqueles ameaçados de detenção ou reclusão.¹⁸

O governo republicano de 1889 aprovou um novo Código Penal, em 1890, que mantinha a descriminação da sodomia. Embora não punindo explicitamente as atividades eróticas entre pessoas do mesmo sexo, a nova lei buscava controlar tais condutas por meios indiretos e restringia o comportamento homossexual de quatro maneiras distintas. O Artigo 266 referia-se a “attentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violencia ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral” e a punição era “de prisão cellular por um a seis annos”.¹⁹ Esse artigo foi em geral aplicado em casos envolvendo relações sexuais entre adultos e menores, incluindo homens adultos com meninos.²⁰

Adultos que praticassem atividades sexuais com outros adultos, em lugares públicos, podiam ser acusados com base no Artigo 282, “Atentado Público ao Pudor”. O crime era descrito como “Offender os bons costumes, com exhibições impudicas, actos ou gestos obscenos, attentatorios do pudor, praticados em lugar publico ou frequentado pelo publico, e que, sem offensa á honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalizam a sociedade”.²¹ Para esse delito, a sentença prevista era a prisão de um a seis meses. Essa provisão, um item importado e revisto do Código Penal imperial de 1830, fornecia a base legal para controlar qualquer manifestação pública de comportamento homoerótico ou homossexual. Com uma redação abrangente, a polícia ou um juiz tinha ampla liberdade para definir e punir, como ato impróprio ou indecente, comportamentos que não se adequassem às construções heterocêntricas.

O Artigo 379, “Do Uso de Nome Supposto, Títulos Indevidos e Outros Disfarces”, tornou o travestismo ilegal ao proibir “disfarçar o sexo, tomando trajos improprios de o seu e trazê-lo publicamente para enganar”.²² A lei previa uma pena de quinze a sessenta dias de prisão. Embora a polícia fizesse vista grossa ao travestismo durante o carna-

val, no resto do ano ela podia usar essa prerrogativa legal para prender homossexuais que tinham o hábito de usar roupas do sexo oposto.²³

O quarto método para regular as manifestações públicas de homossexualidade era prender uma pessoa por vadiagem. O Artigo 399 do Código Penal de 1890 definia a vadiagem como “deixar de exercer profissão, officio, ou qualquer mistér em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover á subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes”.²⁴ Uma pena de quinze a trinta dias de encarceramento podia ser imposta a qualquer um que fosse detido sem carteira de trabalho ou que estivesse envolvido em prostituição masculina. A pessoa também deveria encontrar emprego remunerado dentro de quinze dias após sua libertação.²⁵

Juntas, essas quatro provisões impuseram restrições legais àqueles que se congregassem em espaços públicos no intuito de encontrar pessoas de seu mesmo sexo interessadas em relacionar-se eroticamente. As provisões deram à polícia o poder de encarcerar arbitrariamente homossexuais que mostrassem em público um corportamento efeminado, usassem cabelos longos, roupas femininas ou maquiagem, ganhassem a vida com a prostituição ou aproveitassem o abrigo dos arbustos nos parques para desfrutar de um contato sexual noturno. A sodomia havia sido discriminada no início do século XIX. Contudo, códigos penais com noções vagamente definidas de moralidade e decência pública, assim como provisões que limitavam o travestismo e controlavam rigidamente a vadiagem forneciam uma rede jurídica pronta para capturar aqueles que transgredissem as normas sexuais aprovadas socialmente. Embora a homossexualidade em si não fosse tecnicamente ilegal, a polícia brasileira e os tribunais dispunham de múltiplos mecanismos para conter e controlar esse comportamento.

Esquinas do pecado

Em 21 de fevereiro de 1890, apenas três meses após a deposição do imperador D. Pedro II e da monarquia brasileira, o novo governo

republicano mudou o nome oficial do Largo do Rossio, então Praça da Constituição, para Praça Tiradentes, comemorando a aproximação do centenário da execução do mártir da Independência.²⁶ Consta que Tiradentes havia sido torturado e executado próximo daquele local, e o rebatismo da praça reafirmava os sentimentos antimonarquistas do novo regime republicano.²⁷ Apesar da mudança do nome oficial, a praça continuou a ser o Largo do Rossio no imaginário e no linguajar dos cariocas da virada do século, e ainda era associada, pela maioria das pessoas, a um lugar de encontros eróticos homossexuais.

A praça Tiradentes era circundada por edifícios públicos em processo de remodelação, nas linhas do mais recente estilo arquitetônico francês. Como as ruas próximas ao parque eram também os terminais das linhas de bonde que serviam a Zona Norte da cidade, incluindo as áreas que receberam os antigos residentes do centro deslocados com a renovação urbana, esse espaço público alvoroçava-se em movimento. A localização estratégica da praça favorecia uma combinação eclética de teatros, os recentíssimos cinemas, uma sala de concertos que apresentava números musicais e espetáculos de variedades – o chamado teatro de revista –, sem mencionar os cabarés, cafés populares, além dos bares. A burguesia carioca freqüentava o elegante e espaçoso Teatro São Pedro, enquanto os fregueses das classes média e operária tinham à mão uma série de distrações culturais, culinárias, libacionais e sexuais.²⁸

Na virada do século, Pascoal Segreto, um imigrante italiano que se tornara empresário, construiu seu império do entretenimento na Praça Tiradentes. Entre seus investimentos estava a *Maison Moderne*, um parque de diversões urbano que incluía uma pequena montanha-russa, um carrossel, roda-gigante, uma galeria de tiro ao alvo e, nos fundos, um pequeno teatro parcialmente aberto, além de um café onde os trabalhadores costumavam tomar cerveja.²⁹ Partindo desse e de vários outros estabelecimentos modestos no ramo do entretenimento, Pascoal Segreto expandiu seus negócios comprando ou alugando a maioria das casas públicas de espetáculo ao redor da praça. Quando morreu, em 1920, o humilde imigrante que começara como engraxate controlava a maioria dos teatros e cinemas do bairro, desde o elegante

São Pedro, que incluía em sua programação os maiores talentos europeus, até as salas de *shows*, que exibiam as diversões apimentadas do momento para as classes populares do Rio de Janeiro.³⁰

Bordéis e pensões aninhavam-se entre essas casas de diversão pública nos arredores da praça, em edifícios que outrora serviram como amplas moradias para as famílias da elite. O desequilíbrio demográfico da cidade em favor de homens jovens e solteiros, especialmente imigrantes, e o grande número de mulheres de baixa renda provenientes do campo e do estrangeiro favoreciam esse comércio sexual. As prostitutas variavam desde as francesas de alta estirpe, com o fascínio exercido por sua nacionalidade, e as recém-chegadas imigrantes judias da Europa oriental, conhecidas como polacas, até as mulatas claras.³¹ Os homens das classes média e alta, que se lançavam a incursões boêmias e fugazes nesse submundo, podiam unir-se às prostitutas em estabelecimentos populares como o bar e restaurante Stadt München e o Café Suíço, ambos numa rua que saía da praça.³² Quando não satisfeitos com o público desses locais de encontro, os homens cariocas podiam também perambular por mais alguns quarteirões e buscar companhia ou prazeres carnavais num outro vibrante centro da vida noturna do bairro da Lapa. Lojistas, estudantes e funcionários públicos modestos, que não podiam pagar pelos serviços sexuais de mulheres que ostentavam uma certidão de nascimento francesa, podiam ainda encontrar polacas das classes inferiores e mulatas trabalhando na vizinhança da Praça Tiradentes.³³

Embora essa não fosse a única zona de prostituição no centro do Rio, a proximidade de tantos teatros, lugares para comer e beber e casas de entretenimento populares supriam de clientes as mulheres no ramo dos negócios sexuais, que os atendiam nos bordéis vizinhos ou na privacidade de um quarto alugado. Como vimos, as renovações urbanas de Pereira Passos na primeira década do século haviam sido desenhadas para modernizar o centro do Rio e equiparar a cidade às capitais européias. Apesar da resistência popular, o governo foi bem-sucedido em expulsar dos bairros centrais grande parte da população de baixa renda, especialmente os afro-brasileiros. Contudo, o controle da prostituição na área nos dois primeiros decênios do século mante-

ve-se esporádico.³⁴ O número de jornalistas, intelectuais, artistas e políticos de famílias bem-relacionadas que procuravam mulheres nos arredores da praça Tiradentes e em outras regiões do centro era elevado demais para que a polícia pudesse efetivamente ocupar-se em livrar essas áreas da prostituição feminina.³⁵

Em meio a essa intensa atividade noturna que circundava o monumento ao primeiro imperador do Brasil, nos teatros escuros, sob as luzes oscilantes dos recém-inventados cinematógrafos, nos bancos e arbustos do parque, homens que buscavam outros homens para relações sexuais fortuitas beneficiavam-se da moralidade frouxa nessa parte da cidade para satisfazer seus próprios prazeres. O monarca montado continuava a ser um ponto de referência para os encontros sociais e sexuais entre homens. O cronista carioca Luiz Edmundo lembra uma cena típica de 1901: “Depois de oito horas da noite, moços de ares feminis, que falam em falsete, mordem lençinhos de cambraia, e põem olhos acarneirados na figura varonil e guapa do Senhor D. Pedro I, em estátua”.³⁶

Tanto os espaços públicos quanto as variadas opções de diversão ofereciam amplas oportunidades para que homens pudessem se agregar a outros homens com afinidades sexuais e sociais. A meia dúzia de teatros, a infinidade de bares, cabarés e as casas de espetáculos musicais populares também empregavam alguns desses homens como atores, dançarinos, cantores, garçons e funcionários para serviços diversos. Um local favorito de encontro para esse grupo era o Café Critérium, localizado do outro lado da rua em frente ao parque, “onde param atores e mocinhos de voz aflautada, que usam pó-de-arroz e carmim” para socializar-se.³⁷ Um desses jovens maquiados que frequentavam o Largo do Rossio era José N., um vendedor de rua de 19 anos nascido na Turquia. Em 13 de abril de 1905, seu vizinho Baudílio G., um barbeiro espanhol de 45 anos, foi preso por chamar José N. de um “puto do Largo do Rossio”.³⁸

A polícia acusou o barbeiro de ter violado o Artigo 282 do Código Penal, “Atentado Público ao Pudor”. Perante o tribunal, Maria dos Anjos, uma portuguesa que exercia a profissão de lavadeira, declarou ter testemunhado o fato de que às 10h30 da manhã daquele dia Baudílio

havia se desentendido com o turco José N. Ela afirmou que o homem mais velho o chamara de “puto, safado, puto do Largo do Rossio” e que tais palavras imorais tinham sido ouvidas por muita gente, incluindo algumas meninas novas. Três outros vizinhos, dois imigrantes e um brasileiro, repetiram o testemunho de Maria dos Anjos.

Em seguida, o jovem turco, que vivia no mesmo edifício que o acusado, foi chamado a depor, e também confirmou a versão dos fatos fornecida pela lavadeira portuguesa. José N. acrescentou que Baudílio G. o havia acusado de ter “tomado sua mulher” e que “estava com o rosto pintado”. O acusado, Baudílio G., apresentou uma versão diferente da troca de desaforos. Segundo o espanhol, ele ficara furioso com José “por motivos da honra”.³⁹ Ele ainda confirmou que chamara José de “puto”, porque o turco usava ruge em sua face. O barbeiro acabou sendo isentado das acusações.

No Rio de Janeiro da virada de século, as rivalidades raciais e nacionais entre imigrantes e escravos recém-libertos formavam um conflituoso pano de fundo para as interações sociais da classe trabalhadora.⁴⁰ Essa contenda específica, travada na arena pública de um bairro de classe operária e envolvendo tanto afro-brasileiros quanto imigrantes espanhóis, portugueses e um turco, indica que a acusação de “ser um puto” podia unir diversos grupos contra um inimigo comum da moral social – o homem efeminado que, segundo se supunha, trabalhava como prostituto. O registro não indica se José, um imigrante recém-chegado que ainda assinava seu sobrenome no registro da polícia conforme a grafia de seu país de origem, era de fato um “puto”, ou seja, que tinha relações sexuais com outros homens no Largo do Rossio em troca de dinheiro. Contudo, embora Baudílio G. fosse acusado formalmente pela ofensa de ter proferido a palavra “indecente” puto, o jovem vendedor de rua foi quem acabou sendo julgado. A indumentária pessoal de José e possível fonte secundária de renda tornou-se o objeto de escrutínio público. O fato de usar ruge e outros acessórios marcadamente femininos representava um comportamento inadequado e imoral, que merecia a condenação social. A resolução do caso isentou Baudílio, embora várias testemunhas, incluindo o próprio acu-

Do mesmo modo que o barbeiro espanhol que acusou José N. de usar maquiagem e de ser um “puto do Rossio”, o autor desse poema associa a praça à efeminação e prostituição masculinas, como se o sexo entre homens apenas fosse possível mediante a troca de dinheiro. Na charge, o almofadinha considera até mesmo a possibilidade de requerer à prefeitura algum tipo de indenização por conta da temporária interdição da praça. O estereotipado dândi, que carece de um comportamento masculino e alimenta idéias descabidas, é prontamente identificado com a prostituição homossexual. Assim como os vizinhos operários de José N. relacionaram o fato de ele usar maquiagem com o Largo do Rossio e com a prostituição masculina, podemos supor que o leitor de classe média de *O Malho* entendeu a constelação de indicadores convergindo na ridicularizada figura do *fresco*.

A conjunção entre modos particulares de se vestir, a prostituição, o comportamento exageradamente não-masculino, o termo *fresco* e a especificidade do Largo do Rossio como um espaço privilegiado para aventuras eróticas entre pessoas do mesmo sexo aparecem em outra charge publicada no mesmo período em *O Malho* (Figura 3). A ilustração, intitulada “Escabroso”, capta a cena de dois homens conversando. Um deles é um homem maduro, corpulento, quase monstruoso em tamanho, com cavanhaque, bengala, e de uma aparência masculina um tanto grosseira. O outro personagem, um homem de constituição bem mais franzina e um bigode bastante sutil, está vestido de modo estiloso e tem uma flor na lapela. Ele olha para baixo, recatadamente, e segura um leque na mão esquerda. O dedo mindinho curvado sugere efeminação. Sua outra mão acaricia a beirada do leque. O homem mais delicado comenta: “Mas que calor tem feito! Não há cajuada, nem refrescos que cheguem ... seu comendador! Calcule que todas as noites levo ... à procura de algum lugar em que possa haver fresco”. E o outro responde: “O largo do Rossio não serve?”.⁴⁵

Mais uma vez, um jogo de palavras permite que o chargista retrate as noções sociais correntes sobre o *fresco* e seu território. O cavalheiro corpulento, masculino, é capaz de classificar seu amigo pudico e reservado e de relegá-lo a um território urbano onde ele possa se refres-

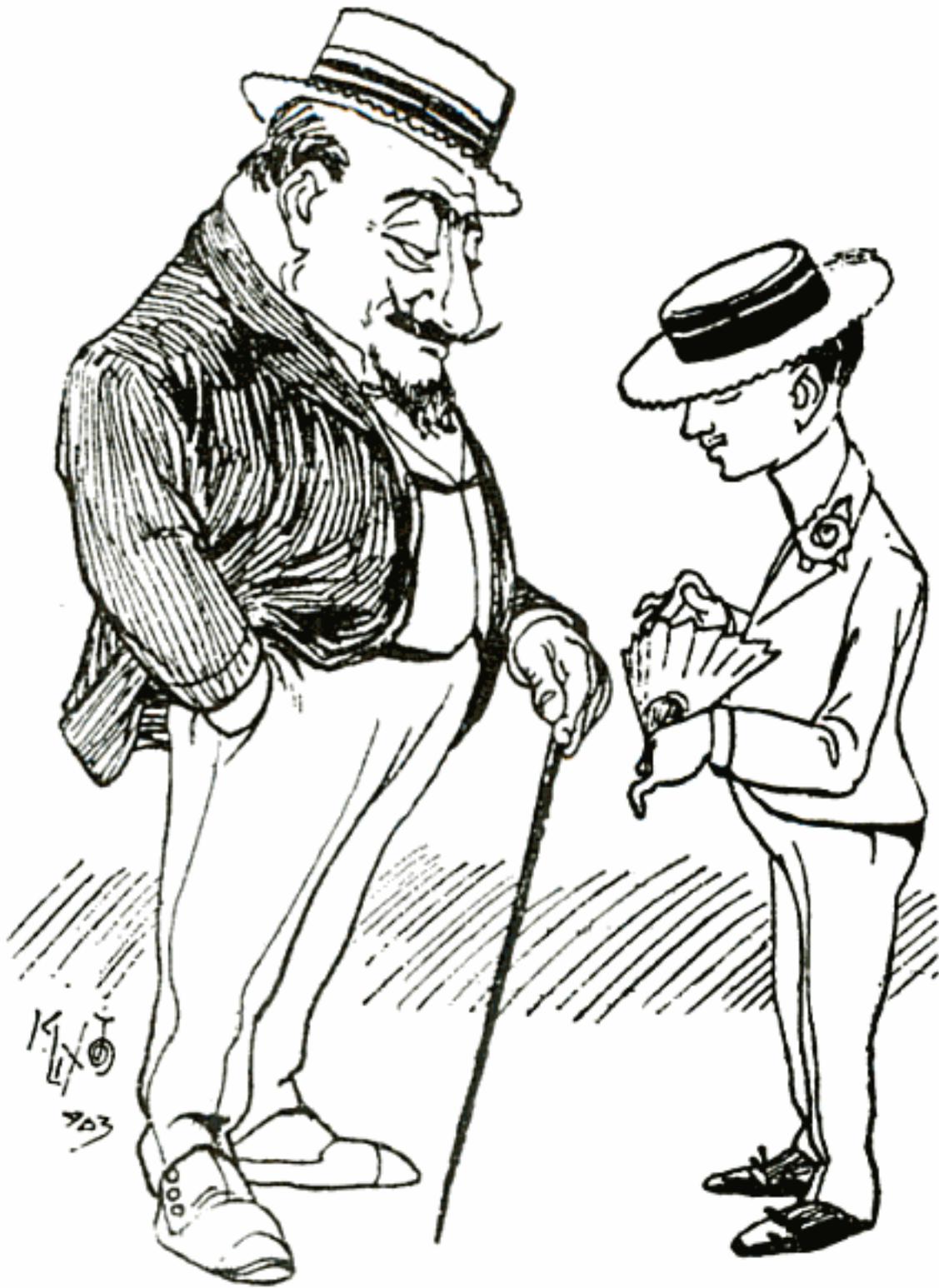


FIGURA 3 – *Homem pequeno*: “Mas que calor tem feito! Não há cajuada, nem refrescos que cheguem ... seu comendador! Calcule que todas as noites levo ... à procura de algum lugar em que possa haver fresco”. *Homem grandalhão*: “O largo do Rossio não serve?”. Ilustração de K. Lixto [Calixto Cordeiro], *O Malho (Rio de Janeiro)*, v.2, n.20, 28 mar. 1903, p.14, cortesia da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

car, e ao mesmo tempo se aquecer com alguma aventura sexual. O artista opera com a suposição de que o leitor médio conhece a gíria usada para o homem efeminado e, portanto, entende o duplo significado de seu comentário. É interessante notar que essa charge provocou um comentário em *Rio Nu*, uma publicação erótica lançada em

1898 que trazia em suas páginas mulheres seminuas, cartuns picantes, contos e colunas de fofocas.⁴⁶ Referindo-se à charge, o editor da revista comentou: “*O Malho* de sábado último trouxe uma gravura que representava um velhote conversando com um pequeno todo catita, todo apertadinho, com ares de sinhazinha (dos tais do largo do Rocio)”. Depois de reproduzir o diálogo impresso entre os dois personagens, o editor comenta de modo sarcástico: “Ora, seu *Malho*, você que tem a pretensão de jornal sério e que diz que as famílias o lêem publica inocências como esta? Se fosse n’*O Rio Nu* era pornografia, no *Malho* é humorismo”.⁴⁷

Segundo Cristina Schettini Pereira, que estudou a pornografia brasileira na virada do século, o editor de *Rio Nu* usou a charge para destacar o perfil da revista em comparação com seus concorrentes.⁴⁸ Ao caracterizar como hipócrita a atitude dos editores de *O Malho* pelo fato de ter publicado a ilustração com suas referências explícitas ao comportamento homoerótico, *Rio Nu* efetivamente traça o limite entre o aceitável e o não-aceitável na moralidade da classe média. Fazendo isso, *Rio Nu* marcou sua posição eminente na área do jornalismo satírico e ridicularizou seus concorrentes por seu moralismo de classe média. Piadas sobre *frescos*, embora apropriadas numa revista dedicada ao humor pornográfico, transgrediam os limites da respeitabilidade quando encontradas em publicações que atendiam a um público familiar, ou pelo menos assim argumentaram os editores de *Rio Nu*.

Putos e pornografia

A crítica aos padrões escorregadios de seus concorrentes não significou, contudo, que os editores de *Rio Nu* deixassem de promover uma pornografia destinada a agradar um público animado por fantasias sexuais de homens em relação a homens. De fato, propagandas para encomendas, via correio, do que parece ser a primeira história pornográfica homoerótica brasileira, *O menino do Gouveia*, apareceram na revista em 1914. O livreto de 15 páginas, dividido em quatro

capítulos e incluindo uma ilustração de dois homens praticando o intercurso anal, foi publicado como o sexto de uma série de dezesseis “contos rápidos”, que provavelmente eram produzidos para escorar a debilidade financeira da editora de *Rio Nu*.⁴⁹ Os interessados podiam adquirir tais brochuras em bancas de jornais – e outros distribuidores da revista erótica semanal – por trezentos réis, ou recebê-las pelo correio por quinhentos réis, somas modestas na época. Baratos, portanto, os livretos eram acessíveis a qualquer pessoa que ganhasse um pouco mais que o necessário à sobrevivência. A tiragem exata dessas publicações pornográficas é desconhecida, mas o simples fato de que o sexto da série reproduza um conto insolente sobre deleites eróticos entre homens indica, no mínimo, a existência de algum mercado para o tema homossexual.

Tudo indica que o autor anônimo de *O menino do Gouveia* era um participante real da vida sexual no mundo dos parques públicos do Rio de Janeiro. O título desse conto erótico faz um jogo com o termo, da gíria da época, “gouveia”, ou um homem velho que deseja garotos jovens. A incrível similaridade entre elementos dessa história e os relatos – da época e posteriores – sobre a vida pública dos homossexuais no Rio confere ainda maior valor ao conto, como uma fonte para decodificar os meandros das atividades homoeróticas dos *putos* e *frescos* no Rio de Janeiro do início do século XX. Fiel ao gênero da literatura pornográfica, *O menino do Gouveia* não é exatamente uma obra-prima de estilo ou de prosa, embora o conto seja escrito num tom agradável, positivo, destituído de qualquer condenação moralista e subliminar das relações sexuais entre homens.

O conto começa com o protagonista na cama com o autor, cujo pseudônimo, Capadócio Maluco, sugere uma devassidão incontrolável. O autor descreve o menino, que ele acabava de penetrar pela segunda vez, como um prostituto bem treinado e de voz macia, a caracterização reforçando a crença popular de que os homens efeminados que mantinham relações sexuais com outros homens eram prostitutos profissionais. O jovem, o menino de Gouveia, acaricia o membro sexual de seu companheiro mais velho, enquanto lhe conta as origens

de seus desejos sexuais: “Eu lhe conto. Eu tomo dentro por vocação; nasci para isso como outros nascem para músicos, militares, poetas ou até políticos. Parece que quando me estavam fazendo, minha mãe, no momento da estocada final, peidou-se, de modo que teve todos os gostos no cú e eu herdei também o facto de sentir todos os meus prazeres na bunda”.⁵⁰

Para o garoto, a sodomia “passiva” torna-se o elemento essencial de seu prazer sexual. Esse desejo inato se manifesta na tenra adolescência. Ao contrário de outros meninos, que tentam espiar as mulheres nuas às escondidas, ele só deseja ver o pênis do seu tio. Para alcançar seus objetivos voyeurísticos, numa manhã ele entra correndo no banheiro enquanto seu tio se prepara para tomar um banho. Mostrando suas nádegas tenras ao tio, o menino implora: “Titio, você faz comigo o que fez esta noite com titia! Faz, sim?”.⁵¹

O tio, enojado com a proposta, chama o menino de *puto* e o expulsa de casa. O menino, rejeitado, perambula pelas ruas do Rio em busca de um homem, com características masculinas, que goste de sexo com efeminados. Horas depois de examinar, em vão, os banheiros públicos da cidade à procura de um parceiro capaz de satisfazer seus desejos, o menino vai descansar num banco do Largo do Rossio. Lá, um homem mais velho chamado Gouveia pega o menino e o leva para o cinema, onde acaricia seu pênis e depois o convida para ir à sua casa no bairro da Lapa, onde pretende ter relações sexuais com o garoto. No fim da história, tanto o autor quanto Gouveia chamam o jovem de *puto*, como se o homoerotismo de jovens efeminados e a prostituição fossem sinônimos. Tanto o escritor quanto o personagem Gouveia sentem-se atraídos pela *persona* feminina do garoto, que só se satisfaz sexualmente quando seus parceiros o penetram (Figura 4).

Na gíria da virada do século e na linguagem desse conto pornográfico, Gouveia é um *fanchono*, o homem masculino que deseja relacionar-se sexualmente com homens femininos.⁵² O erotismo da história provém da disponibilidade sexual do garoto, que busca avidamente o prazer anal e se permite ser tratado como objeto de desejo pelo *fanchono*. Assim, embora papéis de gênero estejam presentes na

representação do *puto* e do *fanchono*, ambos nutrem desejos por indivíduos de seu sexo, o que os diferencia de outros homens. Além disso, o *fanchono* não é simplesmente um homem casado, ou um solteiro sexualmente frustrado, que sai pela cidade atrás de garotos porque não há mulheres disponíveis. Sua opção como objeto sexual é alguém que, embora feminilizado e jovem, não é uma mulher. O *fanchono*, portanto, é parte da subcultura homossexual, pode navegar em sua topografia sexual, e é um participante ávido nas interações sexuais com aqueles que compartilham o mesmo desejo. Contudo, como veremos adiante, o *fanchono* – definido mediante seu papel sexual, como aquele que penetra – era relativamente invisível aos observadores externos que descreviam esse mundo de putos e frescos. Isso devia ocorrer, em parte, porque sua aparência e comportamento público menos feminilizados permitiam que ele passasse despercebido. A aparente masculinidade dos *fanchonos* os protegia das prisões e do olhar dos médicos, advogados e de outros *voyeurs* responsáveis pela maior parte da documentação escrita sobre o homoerotismo na *belle époque* brasileira.

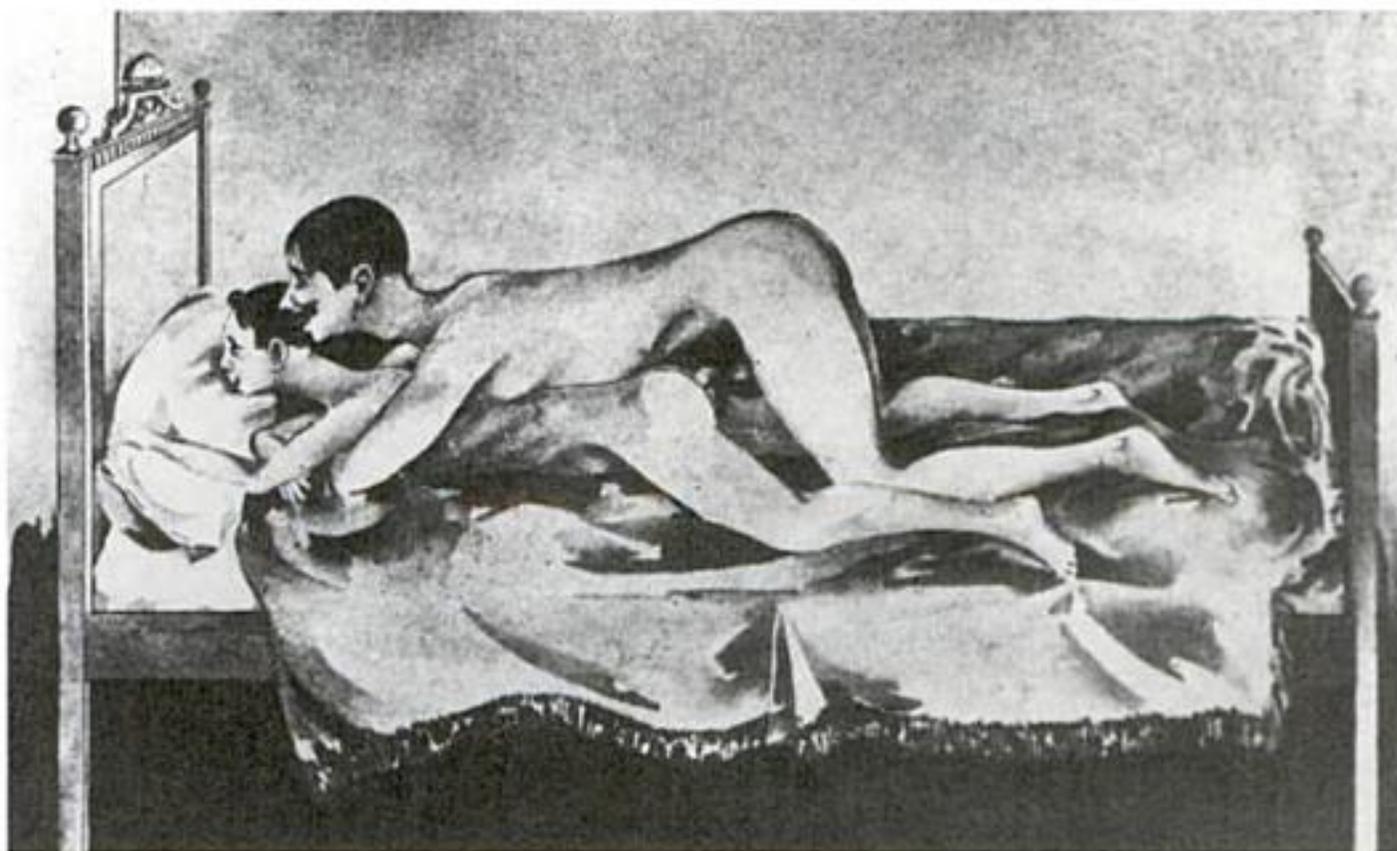


FIGURA 4 – Ilustração de *O menino do Gouveia* (1914), talvez a primeira pornografia homoerótica brasileira para homens, cortesia da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

ro, um experiente marinheiro, também podia ensinar ao jovem como sobreviver na cidade. Os aspectos do conflito de gerações no relacionamento entre Amaro e Aleixo parecem espelhar as noções do paradigma grego da homossexualidade – ao qual Caminha se refere em inúmeras ocasiões no texto – em que homens mais velhos seduzem garotos de pele tenra para obter prazeres sexuais, ao mesmo tempo que lhes oferecem uma orientação paternal para enfrentarem o mundo. Na verdade, isso não difere muito das relações descritas em *O menino do Gouveia*. Os avisos de Amaro sobre os perigos do Rio também refletem seu próprio medo de que algum homem mais abastado seduza seu grumete loiro e o leve para longe dele. Seu refúgio alugado torna-se o único lugar no Rio em que podem divertir-se juntos. Ironicamente, é nesse mesmo local, que Amaro acredita estar protegido contra a crueldade da cidade, que sua amiga Carolina rouba seu amor, provocando assim a ruína de Amaro.

Por vários motivos, Amaro não se enquadra no estereótipo do homem efeminado tal como era reproduzido por chargistas e médicos brasileiros na virada do século. O Bom-Crioulo é uma figura forte, viril, cuja masculinidade não é questionada. Como o parceiro penetrador na relação de sexo anal com o jovem Aleixo, Amaro também é similar ao fanchono Gouveia, que inicia e comanda a relação sexual. Sua homossexualidade é dirigida por condições orgânicas congênitas, sobre as quais ele tem pouco controle, se é que tem algum. Contudo, apesar das descrições feitas por Caminha dos instintos animais que comandam os desejos sexuais de Amaro, o protagonista é retratado como um ser humano piedoso. Como notou Robert Howes num ensaio introdutório à edição inglesa do romance em 1982, Caminha, com “dignidade e seriedade contidas”, constrói Amaro como “um personagem forte, vigoroso” cujo amor por Aleixo reflete seu profundo respeito e cuidado com o rapaz.⁶¹ Por outro lado, Aleixo, como o objeto do desejo sexual, é apresentado em termos menos favoráveis. O jovem delicado, que é inocentemente seduzido para as atividades homossexuais, transfere sua lealdade amorosa quando Carolina o cobre de atenções. Ao contrário do menino do Gouveia, Aleixo não tem uma

orientação sexual definida. No fim da história, quando Amaro o mata num acesso de ciúme, o autor gera uma empatia não com o jovem volúvel, mas com o nobre marinheiro, cuja paixão o conduz à própria morte.

Embora o próprio Caminha não fosse um homossexual, ele descreve realisticamente o comportamento homoerótico, e pôde fazer isso, ele próprio admitiu, porque havia observado tais atividades quando serviu como oficial na Marinha.⁶² O historiador Peter Beattie, que examinou casos julgados pela corte marcial envolvendo sodomia no Exército e na Marinha brasileiros, de 1861 a 1908, concluiu que os detalhes referentes a interações sexuais retratados nesse romance equiparam-se aos depoimentos fornecidos em audiências jurídicas reais do período. Como no romance, os papéis sexuais entre parceiros militares tendiam, caracteristicamente, a envolver um introdutor “ativo” no intercurso anal e um receptor “passivo”. Quando o sexo era consensual e os envolvidos eram considerados culpados por cometer sodomia, ambos os parceiros eram punidos pela ofensa.⁶³ Em outras palavras, os militares não estabeleciam distinção, ao menos no que se referia à punição, entre o participante “ativo” e o “passivo” na intimidade sexual. Esses registros de julgamentos de sodomia limitam-se rigorosamente aos acontecimentos que envolvem de modo direto a transgressão sexual. Os incidentes também são bastante filtrados pelos escriturários, cuja tarefa era sumarizar os testemunhos em termos técnicos ou legais. A contar pelos depoimentos, não se pode determinar se esses homens participavam do submundo sexual de lugares como o Largo do Rossio ou se identificavam a si próprios como fanchonos ou frescos.⁶⁴ No entanto, eles confirmam a descrição literária de Caminha de pelo menos um tipo de ligação sexual e romântica entre certos membros da Marinha.

A franqueza e a imparcialidade de Caminha perante o tema da homossexualidade chocaram os leitores da época.⁶⁵ As reações negativas ao seu livro afrontaram o autor e o levaram a redigir uma curta resposta no ano seguinte, intitulada “Um livro condenado”, publicada na revista literária *A Nova Revista*. Em sua réplica às críticas desfavoráveis à

sua obra, Caminha caracterizou a indignação popular como “um verdadeiro escândalo o acto inquisitorial da critica, talvez o maior escândalo do anno passado”. Caminha apontou a postura hipócrita dos comentadores literários cariocas, que louvavam escritores europeus como Flaubert, Zola, Maupassant e Eça de Queiroz, cujos romances continham adultério, blasfêmia e imoralidade, e todavia condenavam *Bom-Crioulo*: “Qual é mais pernicioso: o *Bom-Crioulo* em que se estuda e condena o homossexualismo, ou essas páginas que ahi andam pregando, em tom philosophico, a dissolução da família, o concubinato, o amor livre e toda a espécie de imoralidade social?”⁶⁶

A reação pública de Caminha aos seus críticos indica uma familiaridade com a literatura europeia sobre o erotismo entre pessoas do mesmo sexo. De fato, o uso da palavra homossexualismo em sua defesa de *Bom-Crioulo*, em 1896, era uma das primeiras aplicações literárias, no Brasil, do termo que fora cunhado em 1869 pelo escritor vienezense Karoly Maria Benkert.⁶⁷ Ele indicou aos detratores as obras de médicos e psiquiatras franceses e alemães que tratavam do assunto para mostrar que sua caracterização de Aleixo não era inventada.⁶⁸ Contudo, a aparente falta de familiaridade de Caminha com a rica subcultura homoerótica do Rio de Janeiro na virada do século (diferente das atividades que ele observara quando a serviço da Marinha) resultou num retrato unilateral dos romances homoeróticos, como casos clandestinos e enclausurados, fadados a terminar em tragédia.⁶⁹

Médicos, advogados e homens efeminados

As críticas literárias brasileiras ao conteúdo homossexual de *Bom-Crioulo* basearam seus argumentos, em última instância, numa rede intrincada de discursos religiosos, jurídicos e médicos sobre o homoerotismo, que criou uma noção coletiva do homem efeminado como um ser imoral e degenerado. Embora diferentes autores tenham articulado teorias diversas sobre a origem, a natureza e a atitude apropriada do público e do Estado diante dos homens que apreciavam o sexo

elaboração de medidas de saúde pública no intuito de conter a disseminação da sífilis. O volume incluía um levantamento detalhado dos vários tipos de comportamento homoerótico praticado pelos “sodomitas” no Rio de Janeiro. Notando a grande incidência de sodomitas na cidade, Ferraz de Macedo registrou: “em todas as idades vemos devotos dessa facção, quer por passividade, quer por actividade, quer em condições mixtas”.⁷² Ferraz de Macedo, portanto, classificou aqueles que observara em múltiplas categorias: o penetrador no intercurso anal (ativo), o receptivo nessa relação (passivo), ou a pessoa que apreciava ambas as formas de prazer sexual (misto), às vezes como o penetrador e outras como o receptor.⁷³

Ferraz de Macedo considerava o penetrador no intercurso anal um sodomita, tanto quanto seu parceiro receptor. Nesse sentido, ele acompanhava a visão tradicional da Igreja Católica e do Estado português durante o período colonial, bem como as políticas de perseguição de fato na Marinha e no Exército brasileiros durante o império. O ato sexual caracterizava *ambos* participantes como sodomitas. Ferraz de Macedo, contudo, foi mais longe ao definir esses homens por meio de uma análise de seus desejos e apresentação pessoal. Segundo o médico, o sodomita “ativo” era mais difícil de identificar do que o “passivo”, porque o primeiro tinha a aparência e a atitude de qualquer outro homem, enquanto o último era efeminado. Ambos, contudo, pertenciam claramente à subcultura carioca. Além disso, o sodomita “ativo” às vezes iniciava os relacionamentos sexuais com uma “cantada”, ou seja, palavras ou gestos indicando um interesse sexual. Ele podia entabular uma conversa com um jovem desconhecido num lugar público, dar-lhe muita atenção, oferecer-lhe entradas para o teatro e, por fim, seduzi-lo. Nesse sentido, o relacionamento permanecia hierárquico e imitativo das relações de gênero e do cortejamento entre homens e mulheres, mas tanto o homem “ativo” quanto o “passivo”, bem como aqueles que assumiam papéis sexuais mais fluidos eram considerados parte de um mundo de desejos dos sodomitas.⁷⁴

Apesar de sua formação como médico, Ferraz de Macedo não oferecia nenhuma explicação médica para as origens da sodomia, tam-

pouco considerava a prática patológica, como os peritos europeus começaram a sustentar já em 1850.⁷⁵ Em vez disso, ele atribuía a ocorrência desse comportamento a uma criação moral imprópria: “Assim, também, um menino a quem as virtudes e conselhos paternos, corroborados pelos seus mestres, edifiquem a alma; um menino a quem a instrução guie e mostre desenganos, nunca se curva às ordenações do negro pecado; nunca se mystifica, se confunde com o turbilhão de sodomitas: nunca o encontramos no Rio de Janeiro confundido com a turba dos bagaxas”.⁷⁶ A moralidade, e não a medicina, é o meio apropriado para evitar essa “aberração da natureza”.

Ao observar que os sodomitas proliferavam em todo o Rio de Janeiro, Ferraz de Macedo notou que eles eram mais freqüentemente encontrados no distrito do Sacramento (onde estava localizado o Largo do Rossio) e em outras partes do centro da cidade. Ele também registrou que muitos proprietários de imóveis cariocas lucravam bastante alugando quartos a qualquer hora do dia ou da noite para servir pessoas que queriam praticar “atos hedonistas”. Soldados, homens de negócios e artistas compunham a maior fração dos sodomitas “ativos”. A prática estava disseminada “na classe militar, ou seja por falta de tempo, ou por falta de meios”. Presumia-se que seu confinamento aos quartéis ou aos navios dificultava o acesso às mulheres. Os médicos ainda argumentavam que a natureza hierárquica das forças armadas sancionava a dominação dos homens alistados. Os oficiais podiam ordenar a uma pessoa de baixa patente que participasse em atividades eróticas homossexuais contra a sua vontade.⁷⁷ A observação de que os militares praticavam atividades homossexuais em razão da não-disponibilidade de mulheres e pela natureza controlada da vida nos quartéis implicava que o desejo sexual estava divorciado de qualquer ligação romântica ou duradoura. O soldado, exposto à companhia feminina, supostamente abandonaria o comportamento sodomita que as circunstâncias lhe haviam imposto.

Ferraz de Macedo estendeu sua teoria para além do exemplo dos militares, argumentando que a sodomia era um resultado de circunstâncias e não de inclinação, também em outros setores da sociedade

brasileira. Ele relatou o fato de que alguns artistas e homens empregados no comércio escolheram as atividades homoeróticas por causa de seu “horror à sífilis” e pelos altos preços cobrados pelas prostitutas. Mesmo se tomarmos literalmente a palavra do médico, e concordarmos com ele que o custo de uma prostituta era excessivo, ele ainda não explica por que o fato de envolver-se em atividades homossexuais protegia os homens da sífilis. Sua lógica reflete a suposição médica em voga na época, a de que as prostitutas, como os principais repositórios das doenças sexualmente transmissíveis, eram as principais reponsáveis pela contaminação da população masculina.⁷⁸ Se dois homens praticavam sexo entre si, ele parece afirmar, não podiam transmitir a sífilis ou outra dessas doenças. A redução, por parte do médico, do desejo sexual do “sodomita ativo” a situações específicas também falha em explicar suas próprias constatações de que sodomitas “mistos” transitavam livremente de um papel sexual para outro. Seriam esses homens, que desfrutavam dos múltiplos prazeres do corpo, sodomitas inatos ou circunstanciais? O fato de que eles eram tanto ativos como passivos sugere que os desejos desses homens eram mais complexos do que aqueles explicados pelo médico. Se um sodomita ativo escolhia outro homem como parceiro sexual porque não havia uma mulher disponível, que outra razão teria para buscar também outras formas de satisfação sexual, senão a de que obtivesse prazer com a experiência? A admissão de Ferraz de Macedo de que ele apenas observara sodomitas passivos pode explicar o confuso paradigma que estabeleceu para descrever o sistema de gêneros dos cariocas.

O médico apresentou uma série de características para identificar os *passivos*. Ao apresentá-los, ele também fundiu prostituição com efeminação, e com isso adotou essa posição sexual como a do sodomita no intercuro: “Assim, se virmos um *rapazito* com andar sereno, grave, com os passos curtos acompanhados de movimentos do tronco e dos membros superiores; com as pernas um pouco abertas e o bico de pé muito voltado para fóra; enfim, se virmos um rapaz arremedar no andar uma dama (cantoneira bem entendido) que tenha estudado ao seu espelho os movimentos semi-lascivos do corpo e que os ponha

em pratica quando passeia, com o fim de excitar e atrahir as vistas e desejos dos transeuntes: podemos suspeitar que é um rapaz infame que passa”.⁷⁹ Em outras partes do texto, Ferraz de Macedo se refere ao prostituto profissional masculino como “o bagaxa”, presumivelmente outra gíria. (*Bagaxa* significa uma mulher que se prostitui. Ao juntar o artigo masculino nesse nome feminino, a expressão transmite a noção de um homem prostituto feminilizado.) Ferraz de Macedo descreve o bagaxa como tendo “uma falla verdadeiramente effeminada, doce, agradável” e um estilo exagerado no vestuário. Aos olhos do médico, o atrativo desses prostitutos de rua era sua imitação do feminino – o andar provocante, a fala doce e aguda e a maneira meticulosa de se vestir. Seu porte e comportamento femininos faziam-nos sedutores e desejáveis. Destituídos de virilidade, tornavam-se os objetos da lascívia masculina. Seu comportamento transgenerificado faz sentido apenas numa construção bipolar da sexualidade. Sua feminilidade inferia sua passividade sexual como meio de vazão para o desejo de outros homens, estivesse ou não sua conduta erótica real em conformidade com as especulações do médico quanto à natureza de sua atividade sexual. Como substitutos para as putas sifilíticas e caras, seus corpos ofereciam prazeres comparáveis àqueles das mulheres inacessíveis.

Ferraz de Macedo mais tarde reconheceu que, assim como as prostitutas, esses homens possuíam suas próprias gírias e sinais para executar uma “cantada”. Eles conseguiam identificar-se perante outros nos espaços urbanos por suas conversas, gestos das mãos e sua “pouca serenidade e circunspeção”.⁸⁰ Embora assumissem uma aparência feminilizada, esses homens ainda desfrutavam de privilégios masculinos. Como as prostitutas, eles podiam freqüentar as ruas, parques e locais de entretenimento sem estarem acompanhados, numa época em que a maioria das mulheres jovens era mantida sob estrita vigilância familiar, para que sua “pureza” ficasse resguardada. Eles podiam ser encontrados em casas de bilhar, bares e cafés, nas praças públicas sentados nos bancos de pedra ou conversando alegremente e fumando em grupos de dois ou três. Mais do que qualquer outra atividade, gostavam de ficar à toa em lugares públicos, especialmente nas ruas mais

movimentadas, em procissões religiosas, em frente de teatros e durante romarias.

Assim como as “francesas”, que se faziam passar por cortesãs refinadas e sofisticadas da França, que ofereciam seus serviços sexuais aos membros da elite do Rio, esses homens possuíam uma elegância e um estilo que imitavam a privilegiada alta sociedade carioca, ou mesmo sugeriam pertencer a ela. Eles faziam questão de estar bem vestidos, especialmente quando iam ao teatro. Usavam paletós feitos sob medida, calças com tecidos extravagantes que acentuavam suas formas, botas finas e polidas, camisas primorosamente bordadas, lenços (geralmente vermelhos ou azuis) e gravatas de seda. Perfumavam seus cabelos e usavam cartolas brancas. Berloques e correntes de ouro pendiam de seus coletes. Levavam bengalas caras, usavam luvas de pelica e fumavam charutos cubanos.⁸¹ As descrições de Ferraz de Macedo favorecem uma conclusão precipitada de que os dândis do Rio de Janeiro eram todos sodomitas e, além disso, prostitutas. Certamente, nem todos os jovens vestidos de maneira sofisticada na capital imperial envolviam-se em atividades homoeróticas, como Ferraz de Macedo poderia levar-nos a acreditar.

Esses almofadinhas tropicais não eram os únicos sodomitas passivos descritos. Os médicos também incluíram nessa categoria os meninos de rua, cujas atividades sexuais lhes permitiam sobreviver da caridade dos mais afortunados. A pobreza e a falta de oportunidade, não a efeminação congênita, eram forças que levavam esses garotos a oferecer favores sexuais em troca de pequenos presentes, uma refeição num hotel ou um lugar para dormir à noite. A elegância excessiva e a falta de masculinidade, ao menos ao médico observador, implicavam uma disposição voluntariosa para o homoerotismo. A pobreza, assim como a inacessibilidade das mulheres e as preocupações com a higiene pessoal resultavam em incursões desafortunadas, porém perdoáveis, nesse mundo “depravado”, como afirmava Ferraz de Macedo.

Quando concluiu sua tese médica em 1872, Ferraz de Macedo estava esperançoso sobre a possibilidade de eliminar, ou ao menos de diminuir, o número de homens que apresentavam esse tipo de com-

portamento: “Quando o terror pânico da existência da syphilis nas prostitutas públicas deixar de invadir a mocidade do Rio de Janeiro; quando o imenso numero das fingidas prostitutas clandestinas deixar de existir, para estas serem obrigadas a declarar-se publicas; quando por conseqüência, baixar o numero das fingidas barregãs e crescer o das cantoneiras; certamente que se terá desiludido a sociedade e dado um passo mais para a civilização; e é inconstestável, ainda, que se terá ferido gravemente a serpe terrível da sodomia!”. A proposta do médico de eliminar essa “peste” que infectara o corpo social do Rio de Janeiro envolvia a regulação policial da prostituição masculina e feminina, bem como a educação das classes mais baixas, as quais, na opinião de Ferraz de Macedo, eram os setores sociais mais envolvidos nesse vício. Pois, como observou o eminente doutor: “raro se encontra entre a chusma dos propugnadores do peccado nefando um homem illustrado e de educação esmerada”.⁸²

A ampla generalização de Ferraz de Macedo sobre a ausência de sodomitas entre os cidadãos bem-nascidos do Rio de Janeiro é, obviamente, contradita por suas próprias descrições detalhadas dos dândis que vadiavam do lado de fora dos teatros ou percorriam os parques da cidade. Na verdade, não se pode saber ao certo se ele está descrevendo prostitutas elegantemente vestidos ou simplesmente sodomitas da classe alta. Se os homens que retratou, fossem ou não prostitutas de rua, não pertenciam às famílias da elite da cidade, eles certamente aspiravam a esse *status* social e vestiam-se de acordo com ele. A posição social de Ferraz de Macedo, como um médico laureado no Brasil imperial, situava-o, também, entre os homens “de educação esmerada”. Sua negação do fato de os sodomitas pertencerem à sociedade “decente” pode refletir seus próprios preconceitos de classe. Sua documentação, entretanto, supera suas definições. Os indicadores sociais que ele registrou – moda, códigos, padrões de sociabilidade e de territorialidade – revelam algo bastante diferente. O tratado de Ferraz de Macedo sobre a prostituição nos fornece novas evidências de que, já em 1870, uma discreta subcultura havia se desenvolvido no Rio de Janeiro, envolvendo muito mais do que relacionamentos sexuais. As li-

gações sexuais e sociais entre homens eram visíveis o bastante para provocar um extenso comentário, ao menos por parte de um médico. Os homens observados por ele haviam criado um universo específico baseado numa identidade comum, vestindo-se de uma determinada maneira, comunicando-se com códigos e gestos similares e encontrando-se nas ruas e nos parques públicos do Rio de Janeiro.

Gravatas vermelhas, ruge e maquiagem pérola

Em 1894, quatro anos depois que o Largo do Rossio foi rebatizado como Praça Tiradentes, e no mesmo ano em que Adolfo Caminha terminou de escrever *Bom-Crioulo*, Francisco José Viveiros de Castro publicou *Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*. Viveiros de Castro, como já foi mencionado, era professor de direito criminal na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal. Sua obra incluiu um capítulo sobre a pederastia, que abordava as atividades homossexuais entre adultos.⁸³ Duas décadas antes, Ferraz de Macedo propusera explicações morais para o fato de os homens praticarem a sodomia. Viveiros de Castro argumentou que a inversão era um problema médico e, ao contrário de Ferraz de Macedo, cujas teorias se baseavam nas suas observações da população do Rio, obteve a maior parte de suas informações em obras de sexólogos europeus. Ele chegou a admitir, no capítulo sobre a pederastia, que grande parte do material apresentado constituía um resumo traduzido de *De l'inversion de l'instinct sexuelle au point de vue medico-legal* [A inversão do instinto sexual do ponto de vista médico-legal] do Dr. Julien Chevalier (1885) e de *Les perversions de l'instinct genital* [As perversões do instinto genital] de Albert Moll (1893). Embora não oferecesse contribuições teóricas originais ao estudo da homossexualidade, sem dúvida o jurista brasileiro estava em dia com as idéias mais recentes importadas da Europa a respeito dos “invertidos”, chegando a utilizar esse termo, que acabara de ser popularizado na França.⁸⁴ Porém, Viveiros de Castro não apresen-

tou ao leitor uma teoria médica clara e exclusiva sobre a homossexualidade, e sim um *pot-pourri* de explicações sobre a natureza e as causas da inversão sexual, citando uma série de médicos, sexólogos e psiquiatras, com opiniões divergentes e contraditórias. Tais opiniões abrangiam desde a idéia de que a inversão sexual era congênita, patológica e hereditária, até a teoria de que se tratava de um comportamento adquirido.

Além de suprir os leitores com um compêndio das construções médicas importadas sobre homens que apreciavam o comportamento homoerótico, Viveiros de Castro também descreveu lugares onde esses homens se reuniam no Rio de Janeiro: “O largo do Rocio foi antigamente celebre por ser o logar onde á noite reuniam-se os pederastas passivos á espera de quem os desejasse. Tinham elles uma *toilette* especial por onde podiam ser facilmente reconhecidos. Usavam paletot muito curto, lenço de sêda pendente do bolso, calças muito justas, desenhando bem as fórmas das coxas e das nadegas. Dirigiam-se aos transeuntes pedindo fogo para accender o cigarro, em voz adocicada, com meneios provocantes e lascivos. Durante o carnaval, vestidos de mulher, invadiam os bailes de mascara do theatro São Pedro”.⁸⁵ Essas descrições oferecidas por Viveiros de Castro, das pessoas que freqüentavam o Largo do Rossio “antigamente”, assemelham-se tanto ao retrato produzido por Ferraz de Macedo, dos homens bem-vestidos e efeminados que perambulavam nas ruas do Rio de Janeiro à procura de parceiros sexuais, no início da década de 1870, quanto às representações dos frescos nas charges da virada de século. Mais uma vez, suas roupas bem-talhadas e porte delicado sugeriam a disponibilidade sexual. Lenços de seda pendurados pareciam constituir um sinal de feminilidade, assim como um código para permitir a aproximação. O carnaval oferecia a oportunidade para desafiar os costumes sociais num espaço público, com a prática aberta do travestismo nos bailes de máscaras, quando as restrições legais a tais atitudes eram temporariamente suspensas.

A mensagem essencial de Viveiros de Castro ao leitor era contraditória. No que dizia respeito à questão de o pederasta ser ou não puni-

do, o jurista claramente argumentava com um certo teor de compaixão. Recorrendo ao médico alemão Albert Moll e ao psiquiatra austríaco Richard von Krafft-Ebing para fortalecer sua posição, Viveiros de Castro insistia: “Mas quando se trata de *uranistas*,* isto é, de indivíduos atingidos de inversão congênita ou *psychica* a punição seria uma verdadeira crueldade, porque elles não podem furtar-se a estas inclinações, elementos integrantes de sua personalidade”.⁸⁶ Por outro lado, o jurista gastou grande parte do capítulo a descrever “três casos notáveis de pederastia nesta cidade, estudados, scientificamente e por observadores competentes”.⁸⁷ Esses indivíduos eram bem diferentes dos “frescos” que invadiam os bailes de carnaval no Largo do Rossio. O primeiro envolvia o caso de um homem que levava uma vida isolada, junto com dois empregados domésticos com quem mantinha relações sexuais. Ele acabou sendo internado num hospital para doentes mentais. O segundo caso inclui uma longa história de um jovem balconista de uma mercearia de secos e molhados que mantinha relações sexuais com o dono da loja. Ao descobrir que o patrão pretendia casar-se com uma moça, o balconista mata o ex-amante brutalmente, num acesso de ciúme. O terceiro caso documenta o estupro e o assassinato de um menino de quatro anos, cometidos por um adulto. Essas histórias, longe de inspirar uma simpatia para com os pederastas cariocas, reforçaram a idéia de que os homens envolvidos em relacionamentos homossexuais eram doentes mentais, assassinos apaixonados, ou molestadores de crianças. A demonstração de compaixão por pederastas degenerados e efeminados, aliada à propagação de estereótipos de maníacos homicidas, continuaria a ser uma fórmula potente nos escritos de outros médicos, juristas e criminologistas que adentrou o século XX. Ainda assim, o trabalho de Viveiros de Castro é significativo, pois representa uma das primeiras tentativas por parte de um profissional brasileiro de ir além de uma análise moral do homo-

* O termo *uranista* ou *uraniano* foi cunhado na década de 1860, por Karl Heinrich Ulrichs, referindo-se à teoria de que um homem que sentisse atração sexual por outro homem era, na verdade, “uma mulher presa no corpo de um homem” (o “terceiro sexo”).

erotismo e investigar as possíveis causas médicas, biológicas ou psíquicas desse comportamento. *Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual* é um tratado intermediário entre as tradicionais condenações religiosas e morais da sodomia e a medicação do pederasta.

Uma década depois, em 1906, outro médico carioca, José Ricardo Pires de Almeida, publicou uma extensa monografia sobre a homossexualidade no Rio de Janeiro, intitulada *Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro): estudo sobre as perversões do instinto genital*.⁸⁸ Embora tanto Viveiros de Castro quanto Adolfo Caminha, dez anos antes, tivessem empregado esporadicamente o termo *homossexualismo* para se referir ao comportamento homoerótico, agora a palavra parecia estar sendo usada mais amplamente pelos profissionais de saúde como sinônimo de uranista. No entanto, “pederasta” permanecia ainda a expressão mais usada para designar as atividades homossexuais entre adultos. Pires de Almeida confirmou as descrições produzidas por Ferraz de Macedo e Viveiros de Castro acerca da topografia sexual homoerótica do Rio de Janeiro: “Até dez anos passados, os uranistas entregavam-se aos prazeres lubricos em hospedarias, em casas de alugar quartos por hora, ou em domicílio próprio, sendo todos esses lugares de *rendez-vous* mais ou menos conhecidos pela Policia, toleradora do exercicio da libertinagem masculina, que tão afrontosamente campeava de frente erguida à luz do sol e ao sombrio da noite”.⁸⁹ A afirmação de Pires de Almeida, de que o erotismo entre indivíduos do mesmo sexo não era reprimido pela polícia, parece indicar que, embora a homossexualidade, assim como a prostituição feminina, não fosse em si ilegal no Código Penal de 1890, as autoridades possuíam ampla liberdade de ação no controle de suas manifestações públicas. Diferentemente das prostitutas, que tinham de conviver com as periódicas campanhas de limpeza promovidas pelos chefes de polícia, os homens transgressivos parecem ter enfrentado um controle menos frequente e previsível de suas ações.⁹⁰

Como fizera Ferraz de Macedo no fim do século XIX, Pires de Almeida viu uma associação estreita entre a homossexualidade e a

prostituição e observou que “A prostituição masculina existe em todos os países e em todas as civilizações; mas, pode-se afirmar que, até cinquenta anos passados, em lugar algum lastrou ella tão ostentosa-mente como no Rio de Janeiro...”.⁹¹ Seguindo um raciocínio semelhante ao de Ferraz de Macedo, Pires de Almeida reafirmou o argumento demográfico e funcionalista de que as relações homossexuais resultariam da falta de mulheres disponíveis. Ele insistia que, até o fim do século XIX, a prostituição masculina diminuía no Rio de Janeiro em razão do número crescente de mulheres que trabalhavam nas ruas. Depois da Abolição, em 1888, segundo ele explicou, o número de prostitutas aumentara, especialmente entre mulheres imigrantes, porque as escravas não estavam mais disponíveis para fins sexuais.⁹²

Embora a obra de Pires de Almeida tivesse entre suas metas documentar o comportamento libertino no Rio de Janeiro da virada do século, os perfis que traçava de indivíduos pederastas, termo que usava para referir-se a qualquer homem, fosse ele ativo ou passivo, centravam-se em personagens dos dias do Império. Contradizendo a afirmação de Ferraz de Macedo, de que não ocorriam comportamentos homossexuais entre a elite carioca, Pires de Almeida observou que existiam “pederastas ativos e passivos” em todas as classes sociais, inclusive nas ordens monásticas, entre altos oficiais do Exército e das Forças Navais, juizes, funcionários públicos, no corpo diplomático e no clero comum. Com esses exemplos, argumentou que a classe dominante não estava imune a essa “perversão moral”.⁹³ Descreveu com detalhes bastante específicos o comportamento escandaloso de um político conhecido do governo imperial e de um general-brigadeiro do Exército imperial. Esses comentários, assim como suas observações a respeito da “tolerância” da polícia durante o Império, podem também ter sido uma crítica republicana velada ao estado decadente da recém-deposta monarquia.

Em seu tratado, Pires de Almeida apresentou breves esboços de vários membros coloridos e exóticos das classes mais baixas no Rio de Janeiro do fim do século XIX. Um destes, que se autodenominava *Traviata*, era conhecido por suas roupas vistosas. Usava geralmente um

paletó mexicano com colarinho de veludo, calças da cor de flor-de-alecrim, gravata vermelha, um lenço branco pendurado no bolso, sapatos rasos polidos que deixavam ver meias de seda e um chapéu de palha envolto numa fita azul. Era um chapeleiro estabelecido, que criava e decorava chapéus femininos para os maiores vendedores de roupa da cidade. Cabelos negros encaracolados e um bigode preto acentuavam seu rosto de bochechas pronunciadas, sempre pintado com rouge e maquiagem pérola. Ele preferia sair tarde da noite para o Largo do Rossio ou para o Passeio Público, outro parque bastante conhecido no Rio. Um cantor consumado de voz contralto, segundo relatos, ele se destacava na interpretação do papel de Violetta em *La Traviata* de Verdi, daí sua alcunha. O médico notou que ele apresentava o andar típico da maioria dos “uranistas”, rebolando as ancas e salientando as nádegas.⁹⁴ Ao usar essa terminologia, assim como ao citar as obras de Moll, Krafft-Ebing, Chevalier e Tardieu, o autor se mostrava familiarizado com as últimas teorias dos principais sexólogos europeus, incluindo a noção de que os uranistas não eram nem homens nem mulheres, mas sim membros de um “terceiro sexo”, cuja alma feminina se encontrava presa no corpo de um homem. No entanto, ele descreveu Traviata como um “pederasta ativo e passivo”, contradizendo assim sua própria construção do carioca homossexual “típico” como um macho efeminado e exclusivamente receptivo. Como fizera Viveiros de Castro na década anterior, Pires de Almeida apresentou e repetiu noções européias sobre a homossexualidade, mas seus próprios relatos impressionistas do homoerotismo no Rio contradiziam com frequência as teorias estrangeiras tão fielmente reproduzidas.

Pires de Almeida descreveu outra figura do século XIX, um vendedor ambulante negro chamado Athanasio, que vendia doces no Largo do Rossio e nas áreas contíguas. Como Traviata, ele praticava sexo anal tanto ativa como passivamente. Sua indumentária, refletindo o *status* social inferior de um negro livre, era menos extravagante do que a dos cariocas brancos da mesma época. Trajava uma calça de algodão cru branco ou amarelo, com as barras presas no tornozelo, uma camisa solta com a gola aberta e as mangas arregaçadas e andava sem-

criação e descrição de uma categoria distinta de homens que apresentavam traços físicos e patológicos únicos.

Uma divergência mais significativa das teorias de Moll foi a afirmação do médico carioca de que existia uma diferença fundamental entre as naturezas dos pederastas “ativos” e “passivos”. Pires de Almeida insistia que era problemática a confluência dessas categorias num único ser homossexual.¹⁰² Como veremos, médicos e outros profissionais brasileiros que estudavam o homoerotismo demonstrariam receio em abandonar o modelo que estabelecia a distinção entre a pessoa “ativa”, que representava o papel masculino nas atividades sexuais, e o homem efeminado, associado ao papel “passivo” no ato sexual.

Independentemente das idéias gerais de Pires de Almeida sobre a decadência do comportamento erótico homossexual, ele, assim como Viveiros de Castro, argumentava contra a idéia de que todos os homossexuais deveriam ser hospitalizados ou encarcerados, e sugeria, pelo contrário, o tratamento clínico dessa “inversão” por meio da “educação moral”. No entanto, admitia sem ressalvas que as pessoas nascidas homossexuais ou que tivessem praticado a homossexualidade durante longos períodos muito provavelmente se tornariam imunes a tais tratamentos morais, e sugeria o monitoramento estreito das práticas educativas das crianças a fim de descobrir a degeneração antes que esta avançasse demasiadamente. A ambigüidade de sua abordagem refletia a confusão geral entre médicos da virada do século acerca da etiologia da homossexualidade e, portanto, a respeito da maneira mais adequada de “tratá-la”.

João do Rio e as ruas encantadoras da capital

Sob vários aspectos, as formas públicas de sociabilidade utilizadas pelos “frescos” e descritas por esses médicos e advogados correspondiam às interações heterossociais normativas entre as classes média e alta durante a época de ouro brasileira.¹⁰³ Antes da primeira década do século XX, a elite carioca freqüentava a Rua do Ouvidor, uma via es-

treita no centro do Rio de quase um quilômetro de extensão, onde proliferavam lojas oferecendo a última moda vinda de Londres e Paris, além de outros produtos de luxo europeus.¹⁰⁴ A inauguração da Avenida Central em 1905, menina dos olhos das renovações urbanas de Pereira Passos, deslocou as interações sociais da moda para o novo e amplo bulevar. Conhecida mais tarde como Avenida Rio Branco, a Central estava ligada à Avenida Beira-Mar e, portanto, ligava a região aos bairros do sul que cercavam a Baía de Guanabara. Nesses três locais, pedestres bem-de-vida exibiam seus atavios importados mais chiques, passeando pelas ruas *à la flâneur*.

A arte da *flânerie*, ou *footing*, como também era chamada, consistia em perambular pela cidade para ver e ser visto. Deter-se para cumprimentar conhecidos, trocar fofocas com amigos ou ver os produtos expostos nas vitrines refletiam um *status* social privilegiado. A riqueza, bem como o exercício de certas profissões, fazia que os homens das classes alta e média-alta pudessem dedicar seu tempo de lazer a essas excursões aparentemente fúteis. Embora as classes mais pobres frequentassem as mesmas ruas, seus movimentos estavam ligados às necessidades do trabalho. O *flâneur*, por outro lado, dispunha de tempo e de recursos para gozar dos aspectos mais refinados da cidade moderna num ritmo mais distraído. Mulheres de classe média ou alta que estivessem devidamente acompanhadas também podiam desfrutar dessa atividade prazerosa, à medida que calçadas largas e pavimentadas tomavam o lugar de vielas estreitas e esburacadas e acessos inadequados.¹⁰⁵

John Orway Percy Bland, viajante britânico que percorreu a América do Sul durante a Primeira Guerra Mundial, descreveu esses passeios tranquilos no centro do Rio de Janeiro:

Quando, depois da hora da siesta, as esposas e filhas das pessoas se vestem em trajés respeitáveis e tomam ar *en famille* na Avenida [Central] ou nos jardins públicos, a ausência geral de todo e qualquer motivo aparente em seus movimentos também lembra um Oriente contemplativo. Tanto homens quanto mulheres perambulam pelas ruas como sonâmbulos; os rostos das mulheres exibem, geralmente, uma expressão impassível.

velmente desinteressada, enfatizada pelo decoro convencional, que nos espaços públicos não faz caso do sexo oposto e finge não ouvir seus gracejos rabelaisianos. Os homens, ou passeiam com vagar, ou aglomeram-se de pé em pequenos grupos, dando-se uns aos outros leves palmadas afetuosas nos ombros e comentando com uma riqueza gestual a cena política local, sem se incomodarem com o fato de estarem obstruindo a calçada. A Avenida, após as quatro da tarde, é um lugar de conversação e não de locomoção; os europeus, assim como outros tolos apressados, em geral tomam um táxi.¹⁰⁶

Embora Bland tenha conseguido capturar o ritmo lento do *footing* brasileiro, o fato de ser apenas um observador provavelmente o impediu de notar outras interações que ocorriam simultaneamente à rejeição desinteressada das mulheres finas perante as atenções dos homens e à preocupação política dos senhores gesticuladores.

A zanzar por esses lugares elegantes, homens solteiros e mulheres “decentes” se permitiam flertar quando devidamente acompanhados ou vigiados. Podiam inteirar-se das últimas fofocas com os amigos, ou então apresentar a alguma candidata promissora um primo solteirão em visita do interior ou de outra cidade. Homens à procura de outros homens para aventuras sexuais nos parques públicos ou nas avenidas da moda no centro da cidade misturavam-se facilmente nas multidões que olhavam as vitrines das lojas, parando em cafés para discutir política ou entrando nas confeitarias para comprar doces. Assim como duas amigas talvez saíssem para fazer compras na Rua do Ouvidor e, ao mesmo tempo, notar os advogados e empresários solteiros e bem-sucedidos que por ali passavam, ou dois estudantes da Escola de Medicina talvez bebericassem seus cafezinhos enquanto observam as belas filhas da burguesia carioca tomando um pouco de ar, dois frescos também podiam utilizar esse espaço público para procurar novos parceiros e novas aventuras. Além disso, já que os homens gozavam de muito mais liberdade para ocupar as ruas do que as mulheres, não seria nada inusitado um moço solteiro vagar entre o Largo do Rossio e a Avenida Central ou então sentar num banco e aguardar pacientemente que outro rapaz se aproximasse, como fez nosso personagem

Um ensaio que escreveu para um jornal em 1907, sobre os parques e jardins urbanos, revela sua compreensão ampla dos vários usos potenciais dos espaços públicos: “Não fosse o jardim a revivência da floresta antiga e não precisasse de bacchantes e de satyros”, escreveu. “E haveis de ver sujeitos nervosos que entram desconfiados, torcendo o bigode, aproximam-se de um, do outro, rodam como milhafres, ciciam propostas de arrepiar, metem-se na sombra com criaturas que a tudo se prestam. As maiores devassidões, lembrando as orgias de Tibério, ao ar livre, a polícia tem encontrado nos jardins.” Embora João do Rio raramente descrevesse dessa forma tão explícita as atividades homoeróticas em seus escritos, esse trecho capta bem a emoção e a tensão dos encontros sexuais ocorridos em espaços públicos. Quando alguém penetrava nesses “guardiões da sensualidade”, como costumava chamá-los, esses espaços pareciam receber a pessoa com o sorriso ansioso de um velho sátiro, e o vigia noturno, compreendendo o que acontecia em seus domínios, sempre comentaria com outro guarda: “Esta cabra vem para alguma!”. Finalmente, João do Rio escreveu, “e a ultima hora, quando os sinos tangem para fechar as portas, enquanto a grossa onda sai aos encontrões, fatigada como se viesse de uma enorme viagem, os retardatários aproveitam a relativa solidão, e o jardim convulsiona-se num supremo espasmo”.¹¹⁰

Para os leitores atuais, a idéia de encontros sexuais anônimos em espaços públicos como jardins, parques, cinemas e banheiros talvez seja completamente estranha às suas experiências de vida. Mas para muitos frescos e fanchonos, que tinham de esconder as suas predileções sexuais de parentes, amigos e patrões, esses encontros eróticos aleatórios constituíam um dos únicos meios de conhecer parceiros em potencial. A maioria dos homens que vivia com suas famílias, pais ou parentes, ou que talvez dividisse um quarto de pensão, não tinha a opção de marcar um encontro dentro de casa. Podiam alugar um quarto num hotel decadente, ou noutra estabelecimento especializado em atender prostitutas e homens que quisessem compartilhar uma cama por algumas horas ou durante toda a noite. Porém, nem todos estavam dispostos a correr o risco que implicava registrar o nome com o pro-

prietário e, possivelmente, tornar-se a vítima da desaprovação, do desprezo ou até de chantagem.¹¹¹ Para alguns, esses espaços públicos alternativos se tornaram necessários para a realização sexual. Para outros, o desafio da caça, o erotismo inerente à sedução, a emoção do encontro fugaz, do perigo sempre presente aumentavam o prazer do parque. O que os escritos de João do Rio tinham de genial era a sua capacidade de descrever esse submundo obscuro e o que, hoje em dia, a gíria conhece por “caçação” ou “pegação”, de tal maneira que o típico leitor burguês da virada do século provavelmente não entendia o subtexto, que, no entanto, era óbvio para aqueles com um conhecimento mais profundo do mundo alternativo que operava nesses espaços públicos.

João do Rio nasceu numa família da classe média carioca em 1881. Destacou-se na literatura aos 23 anos, por meio de uma série de reportagens jornalísticas sobre os cultos afro-brasileiros e outras práticas religiosas não-católicas na capital nacional.¹¹² Sua disposição para percorrer favelas e morros e para conhecer os subúrbios pobres e operários, em busca de relatos sensacionalistas sobre os submundos da capital, também revolucionou o jornalismo carioca, e João é considerado o primeiro repórter moderno do Brasil. Ao longo de sua vida, produziu mais de 2.500 artigos de jornal, contos e ensaios sobre a vida urbana.¹¹³ Aos 29 anos, João do Rio foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, uma honra pela qual teve de lutar pessoalmente, com uma força de vontade singular.

Sua ascensão meteórica aos mais elevados círculos literários não foi tão fácil quanto se poderia julgar pela sua juventude. De fato, a juventude foi um dos vários obstáculos enfrentados por João do Rio na sua busca pela honra literária. Sua ascendência racial foi outro ponto contra: sua mãe era de origem afro-brasileira. Além do mais, a sua atividade principal era a de jornalista e repórter, e não a de romancista ou poeta. Nenhum desses fatores constituía uma barreira automática ao círculo restrito dos letrados brasileiros. Afinal de contas, até Machado de Assis, fundador e primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras, era mulato de origem humilde e outros jornalistas já haviam sido ad-

mitidos entre os imortais antes da eleição de João do Rio. Mesmo assim, o racismo entre membros da elite, somado à crença de que sucesso alcançado com o jornalismo não era tão admirável quanto outros esforços literários e sua pouca idade complicaram seu acesso aos corredores sagrados da alta cultura. Mais importante, porém, foi o fato de sua homossexualidade ser reconhecida pelo público. Segundo um de seus biógrafos, Machado de Assis e o barão do Rio Branco organizaram uma bancada para impedir a eleição de João do Rio à Academia Brasileira de Letras, em duas ocasiões, por causa de sua torpeza moral.¹¹⁴

Não obstante, após se empenhar numa elaborada campanha em seu próprio favor, João do Rio foi admitido à prestigiosa associação na sua terceira indicação. Emílio de Meneses, membro importante dos círculos literários da capital, é o suposto compositor de um dístico que revelava um certo desdém pelo jovem autor por parte do público. Aproveitando-se do duplo sentido da palavra fresco, Meneses escreveu: “Na previsão de próximos calores / A Academia, que idolatra o frio / Não podendo comprar ventiladores / Abriu as portas para o João do Rio”.¹¹⁵

O escritor Lima Barreto foi outro dos adversários literários de João do Rio. Não só considerava João do Rio um depravado moral como também ressentia o fato de seu rival ter entrado para a Academia, enquanto os seus próprios esforços para ser eleito não haviam rendido frutos.¹¹⁶ Lima Barreto parodiou o jovem autor e jornalista em seu romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, de 1909. No romance, João do Rio se torna Raul de Gusmão, um “rapaz talentoso” que é visto entrando num hotel decadente com um fuzileiro naval. No livro, espalha-se o boato de que o rapaz pagou para fazer sexo com o fuzileiro.¹¹⁷ Segundo relatos, João do Rio ficou indignado com a caricatura de sua vida pessoal e assim respondeu a Lima Barreto com alguns desaforos. Nas correspondências em que relata o ocorrido a seus amigos, Lima Barreto se demonstrava tão amargurado e áspero para com João do Rio quanto em sua obra publicada.¹¹⁸

Em várias outras ocasiões ao longo de sua carreira, os inimigos de João do Rio associaram-no a símbolos facilmente reconhecidos pelo

A Pátria, por seu nome de batismo e chamando-o de “invertido”, o autor anônimo do panfleto declarou que “João do Rocio ... fundou aí um jornal que ele chama *Pátria*, mas que deve ser chamado *Mátria*, pois em se tratando de Paulo [Barreto], tudo é feminino”. E o folheto continua, advertindo que “os pobres e perseguidos pescadores brasileiros ... que sabem matar peixe sabem também matar traidores e pederastas passivos”.¹²⁰

João se vestia impecavelmente, com trajes elegantes que incluíam chapéu, monóculo e bengala.¹²¹ Ele encarnava as aspirações culturais da elite brasileira, que imitava meticulosamente todos os últimos estilos europeus, para se manter *à la mode* ou *up to date*, como costumavam dizer em francês ou inglês emprestados. Tornou-se admirador ardente de Oscar Wilde e traduziu sua peça *Salomé* para o português. Em seus ensaios, contos e colunas, João do Rio copiava livremente as últimas idéias e modas vindas daquele continente e as reciclava no Brasil para um público receptivo de classe alta.¹²² Ao mesmo tempo que João do Rio representava à perfeição o papel do janota sofisticado e europeizado, ele mantinha discrição sobre sua vida privada no Brasil.¹²³ A Europa, aparentemente, dispunha de um ambiente mais propício e sem punições aos comportamentos licenciosos, e uma das poucas vezes que João do Rio revelou explicitamente ter vivido emoções amorosas foi numa correspondência pessoal em que descrevia uma viagem à riviera francesa em 1910: “Esta costa azul! Como seria bom ter dinheiro e nunca mais deixá-la, a amar, amar, amar. O amor nesse pessoal rico que nada tem que fazer toma proporções inauditas ... Há para todos os gostos ... e com uma naturalidade!”.¹²⁴ De fato, para os homens brasileiros de gosto erótico homossexual e recursos financeiros substanciais, a Europa, em particular Paris, tornou-se uma espécie de refúgio, longe dos olhos invasivos dos meios familiares que exigiam a dignidade, o casamento e a criação de filhos. Emílio Cardoso Ayres, chargista conhecido e membro de uma tradicional família de Pernambuco, também escolheu a Europa para suas relações afetivas com outros homens e acabou, tragicamente, suicidando-se dentro de um hotel de Marselha em meio a circunstâncias nebulosas em 1916.¹²⁵



— Soberbo, hein!
— Que delicioso seria se todos os homens fossem assim!

FIGURA 5 – Olavo Bilac (à esquerda) e João do Rio (à direita). Charge de Seth [Álvaro Martins], *O Gato* (1911), cortesia da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Talvez a preocupação de João do Rio com a circunspeção pessoal no Brasil possa explicar como um fresco assumido, que se enquadrava em todos os estereótipos vigentes do janota efeminado, conseguiu se elevar aos mais altos patamares da sociedade brasileira. Desde que João do Rio louvasse e reproduzisse as normas valorizadas pelas

classes altas, continuava o queridinho da elite. Em seu trabalho sobre o Rio de Janeiro da virada de século, o historiador Jeffrey Needell também faz essa observação. João do Rio, segundo ele afirma, “escreveu sobre o próprio mundo da elite carioca, não como ele era, mas como a elite *gostaria* que fosse. Nas fantasias assim criadas da *belle époque* carioca, ele contribuiu para que a elite tomasse consciência de si mesma, da maneira mais agradável possível. Mais ainda, ao fazer da cultura e da sociedade de elite o centro de sua atenção lisonjeira, ele contribuiu para legitimá-la”.¹²⁶ Quando questionava alguma opinião popular, como foi o caso de sua posição editorial a favor dos interesses dos pescadores portugueses no Brasil, desfazia-se a fachada de tolerância, e João do Rio se via vulnerável a todos os estereótipos e preconceitos vigentes na sociedade a respeito dos frescos.

Resumindo, o janota aparentemente frívolo podia gozar de fama e riqueza desde que sua vida pessoal permanecesse discreta, suas atividades não fossem nem comentadas nem registradas e suas opiniões públicas não gerassem polêmica. Poderia se dizer o mesmo de outras importantes personagens literárias como Olavo Bilac e Mário de Andrade, cujos encontros sexuais e afetivos com homens permanecem até os dias de hoje envoltos em mistério e protegidos por seu *status* de mitos nacionais. Como veremos, o padrão de tolerância social para com personalidades audaciosas e efeminadas que reproduziam o *status quo* cultural perduraria ao longo do século XX. Costureiros de grife, cabeleireiros da moda e travestis famosos que se têm conformado às idéias normativas do feminino conseguem cavar um nicho protegido entre a elite, desde que aparentem reforçar as representações tradicionais do feminino ou do efeminado.

O retrato do fresco fútil, elegante e afetado, descrito por Viveiros de Castro e Pires de Almeida no fim do século XIX e encarnado por João do Rio, permaneceria no imaginário popular até pelo menos a década de 1920. Uma charge que retrata dois homens impecavelmente vestidos reflete esse estereótipo (Figura 6). A dupla perambula, ao que parece, com algum propósito. Um deles, de bengala na mão, traços delicados, sobranceiras tiradas e traços de maquiagem ao redor dos

olhos, comenta com seu amigo também primorosamente vestido: “Dizem que Diogenes procurava um homem com uma lanterna”. Ao que seu companheiro elegante responde: “Que bobagem! Nós para isso não precisamos de lanterna”.¹²⁷



FIGURA 6 – Charge de Alvarus [Álvaro Cotrim] (1925), cortesia de Celeste Guimarães Zenha.

Assim como várias charges publicadas duas décadas antes, a referência feita nesse desenho à “caça” nas ruas, à rua como arena do desejo sexual, transmite ao leitor uma mensagem bem clara. Os traços delicados dos personagens, além de sua atenção à moda, os feminizam. Mas mesmo no papel de homens efeminados, eles operam num espaço dominado pelo sexo masculino – a rua –, onde têm a liberdade de encontrar e de seduzir um homem. O autor dessa ilustração, assim como os leitores, que supostamente conhecem os códigos e comportamentos dos dois homens, podem facilmente identificá-los como frescos ou putos e, portanto, achar graça no trabalho.

Grande parte da descrição dos aspectos da vida dos sodomitas e pederastas no Rio de Janeiro do fim do século XIX e início do século

XX depende do olhar dos médicos, chargistas e romancistas observadores do Rio antigo, e não da voz “autêntica” dos próprios homens. No entanto, um quadro abrangente da vida homosocial/sexual do Rio de Janeiro pode ser traçado. No fim do Império e nas primeiras décadas da República, existia um mundo social vibrante composto de homens que utilizavam de forma criativa o espaço público, muitas vezes ocupado também por prostitutas e boêmios, para desfrutar seus prazeres e paixões. Alguns passaram a usar roupas e estilos que serviam de indicativos de suas predileções sexuais e projetavam imagens efeminadas a fim de veicular sua disponibilidade para interações sexuais e sociais com outros homens. Embora a *persona* e os traços físicos generalizados de alguns desses homens derivassem das noções comumente aceitas sobre o comportamento e desempenho femininos, sua auto-representação não significava, necessariamente, que adotavam comportamentos sexuais passivos em geral associados aos homens efeminados. Outros retinham uma imagem masculina, mas isso não quer dizer que se conformavam exclusivamente ao papel socialmente atribuído de penetrador nas relações sexuais. Entre alguns, os papéis sexuais eram bastante fluidos, e os usos que faziam do corpo para fins prazerosos não podem ser rigidamente classificados. Distinções raciais e de classe tampouco consistiam, necessariamente, em barreiras às interações sociais e sexuais. As roupas, costumes e códigos desses homens indicam que haviam construído uma identidade social comum ligada ao seu comportamento sexual. Alvo de desprezo pelos profissionais de saúde e pela sociedade de forma geral, ainda assim demonstravam uma resistência surpreendente ao manter múltiplas formas de se socializarem, enquanto desafiavam o comportamento normativo da sociedade brasileira.

Notas

- 1 Needell, *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*, 1993, p.39. Segundo esse autor, a *belle époque* brasileira começou em 1898, com a estabilidade política nacional restaurada no governo do pre-

- sidente Campos Sales, transpôs uma década e meia do século XX e terminou em 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial.
- 2 Directoria Geral de Estatística, *Recenseamento geral da República dos Estados Unidos do Brasil em 31 de Dezembro de 1890*, 1895, p.lxxiii; Directoria Geral de Estatística, *Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 20 de Setembro de 1906*, 1907, p.180-261; Directoria Geral de Estatística, *Recenseamento do Brazil realizado em 1 de Setembro de 1920*: População do Rio de Janeiro, v.2, 1923, p.xxvi.
 - 3 Directoria Geral de Estatística, *Sexo, raça e estado civil*: Nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890, 1898, p.30-1.
 - 4 O projeto como um todo, que também incluiu a modernização do porto da capital, envolveu a colaboração entre Lauro Müller, ministro dos transportes e obras públicas, e o prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos. O engenheiro Paulo de Frontin projetou e coordenou a construção da Avenida Central, o novo bulevar que iria atravessar o centro do Rio, enquanto o especialista em saúde pública, Oswaldo Cruz, dirigia uma campanha para livrar a cidade da peste bubônica, varíola e febre amarela. As reformas urbanas empreendidas por Eugène Haussman em Paris nos anos 1860 exerceram forte influência nessa equipe que coordenou a renovação do Rio (Needell, *Belle époque tropical*, 1993, p.55-73).
 - 5 Rocha, *A era das demolições*: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920, 1995, p.69, 77-8.
 - 6 O termo "Cidade maravilhosa" foi cunhado por Coelho Neto num artigo intitulado "Os sertanejos", publicado em *A Notícia*, 1908, p.3.
 - 7 As fontes a seguir tratam de vários aspectos das transformações urbanas do Rio de Janeiro na virada do século: Abreu, *Evolução urbana do Rio de Janeiro*, 1988; Benchimol, *Pereira Passos, um Haussmann tropical*: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, 1992; Carvalho, *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a república que não foi, 1987; Carvalho, *Habitações populares*, 1995; Damazio, *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*, 1996; Meade, "Civilizing" Rio: Reform and Resistance in a Brazilian City, 1889-1930, 1997; Moura, *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*, 1995; Needell, *Belle époque tropical* e "The Revolta Contra Vacina of 1904: The Revolt against 'Modernization' in Belle-Époque Rio de Janeiro", 1987, p.233-69; Pamplona, *Riots, Republicanism, and Citizenship*: New York City and Rio de Janeiro City during the Consolidation of the Republican Order, 1996; Rocha, *A era das demolições*; Brenna (Ed.) *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*: uma cidade em questão II, 1985; Sevcenko, *A revolta da vacina*: mentes insanas em corpos rebeldes, 1984.
 - 8 A área que circundava a praça era conhecida originalmente como Campo dos Ciganos. No século XVIII, quando os portugueses proibiram os ciganos de residir

Porém per tal condenação não ficarão seus filhos, nem descendentes neste caso inhabiles, nem infames, nem lhes fará prejuizo algum acerca da successão, nem a outros; que per Direito seus bens devam herdar.

3. E as pessoas, que com outras do mesmo sexo commeterem o peccado de mollicie, serão castigadas gravemente com o degredo de galés, e outras penas extraordinarias, segundo o modo e perseverança do peccado.”

Pierangelli, *Códigos penais do Brasil: evolução histórica*, 1980, p.26.

- 15 Mott, “Pagode português: a subcultura gay em Portugal nos tempos inquisitoriais”, 1988, p.121-3.
- 16 Sobre os precedentes franceses, ver Daniel, “Histoire de la législation pénale française concernant l’homosexualité”, s. d.
- 17 Pierangelli, *Códigos penais do Brasil*, p.259-60.
- 18 Para um estudo detalhado da polícia imperial do Rio de Janeiro, ver Holloway, *Policing Rio de Janeiro: Repression and Resistance in a Nineteenth-Century City*, 1993.
- 19 Pierangelli, *Códigos penais do Brasil*, p.301.
- 20 Por exemplo, em 1890, José Antônio de Oliveira foi acusado de molestar garotos que vinham à sua casa para aprender a ler (Arquivo Nacional, 028C 1890 7H.163). Em 1891, o menor de 12 anos José Edmundo acusou Antônio Francisco Vieira Rodrigues de tê-lo penetrado analmente quando trabalhava como criado na casa deste (Arquivo Nacional, 029 1891 MV.18). Em 1906, Ambrósio Roque de Belém, de 19 anos, foi acusado de “atentado ao pudor” contra o menino João Batista da Conceição, de dez anos (Arquivo Nacional, 040 1906 T8.2021).
- 21 Pierangelli, *Códigos penais do Brasil*, p.301.
- 22 Ibidem, p.314.
- 23 Lutz, *Auto-acusação, homossexualismo e transvestismo: contribuição à prática da criminologia psicanalítica*, 1939, p.199. Lutz analisou a estrutura psicológica de um homem jovem que praticava o travestismo e confessou um assassinato que não cometera. Nesse caso, a polícia não processou o travesti porque ele era emocionalmente desequilibrado. “Jurema”, um dos nove homossexuais entrevistados por estudantes do Instituto de Criminologia em 1938 ou 1939, declarou que ele não gostava de se vestir como mulher em público porque, na primeira vez que o fizera, havia sido preso pela polícia. Outro informante, “Gilda de Abreu”, preferia não andar nas ruas porque tirava as sobrancelhas, mantinha os cabelos longos como os de uma mulher e andava de um jeito efeminado. Seu vestido era geralmente notado e provocava escândalos, vaias, palavrões e perseguições da polícia. (Whitaker et al., “Estudo biográfico dos homossexuais [pederastas passi-

Os prazeres nos parques do Rio de Janeiro...

vos] da Capital de São Paulo: aspectos de sua atividade social, costumes, hábitos, 'apelidos', 'gíria'", *Arquivos de Polícia e Identificação*, 1938-1939, p.244-62.

- 24 Pierangelli, *Códigos penais do Brasil*, p.316.
- 25 Madame Satã, o famoso homossexual negro e um tipo malandro do bairro carioca da Lapa, relata como ele e seus amigos homossexuais haviam sido presos em inúmeras ocasiões nos anos 30 por vadiagem. Ver Paezzo, *Memórias de Madame Satã, conforme narração a Sylvan Paezzo*, 1972, p.61-5.
- 26 Coaracy, *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*, p.71-104; Maurício, *Algo do meu velho Rio*, 1966, p.73.
- 27 Os historiadores não chegaram a um acordo sobre o local exato de sua execução, mas não foi no Largo do Rossio.
- 28 Lima, *Arquitetura do espetáculo: teatros e cinemas na formação do espaço público das Praças Tiradentes e Cinelândia. Rio de Janeiro, 1813-1950*, 1997, p.112-25. Para uma história do teatro de revista, ver Ruiz, *O teatro de revista no Brasil: do início à Primeira Guerra Mundial*, 1988.
- 29 "A Maison Moderne", *O Malbo*, 1904, p.10.
- 30 Nóbrega, "Tudo começou com 'seu' Paschoal", *Lampião da Esquina*, 1981, p.15; Veneziano, *O teatro de revista no Brasil: dramaturgia e convenções*, 1991, p.38-42. Ver, também, para uma história do teatro de revista no Rio de Janeiro, Paiva, *Viva o rebolado! Vida e morte do teatro de revista brasileiro*, 1991. Para um estudo do impacto do cinema brasileiro no Rio de Janeiro da virada do século, ver Araújo, *A bela época do cinema brasileiro*, 1976.
- 31 Sobre as francesas, ver Needell, *Belle époque tropical*, p.202-6. Para um estudo da prostituição de polacas e judias no Brasil, ver Kushnir, *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição, as polacas e suas associações de ajuda mútua*, 1997; Lesser, *Welcoming the Undesirable: Brazil and the Jewish Question*, 1995; e Menezes, *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio, 1890-1930*, 1992. Um exame da prostituição no Rio de Janeiro do século XIX é realizado por Soares em *Rameiras, ilhoas, polacas... a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*, 1992.
- 32 Para um levantamento dos cafés no Rio de Janeiro durante a *belle époque*, ver Gomes, *Antigos cafés do Rio de Janeiro*, 1989.
- 33 Coaracy, *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*, p.97.
- 34 Bretas, *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*, 1997, p.198-204.
- 35 Caulfield, "The Birth of Manguê: Race, Nation, and the Politics of Prostitution in Rio de Janeiro, 1850-1942", 1997, p.88-92.

Além do carnaval

- 36 Edmundo, *O Rio de Janeiro do meu tempo*, 1938, v.1, p.151-2.
- 37 Gomes, *Antigos cafês do Rio de Janeiro*, p.108.
- 38 Arquivo Nacional, 039 1905 T 7.492.
- 39 O registro do tribunal pouco revela sobre a alegada ofensa à honra cometida pelo vendedor de rua contra o afrontado barbeiro, por ter supostamente tomado sua mulher. O questionamento público da masculinidade de José, por Baudílio, sem dúvida foi visto como um meio legítimo de defender sua honra. Contudo, essa justificativa para os ditos imorais de Baudílio pode ter sido um recurso de defesa de último momento para desculpar sua conduta.
- 40 Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*, 1986, p.38.
- 41 *Diccionário da lingua portugueza recopiado dos vocabulários impressos até agora e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado por Antônio de Moraes Silva Natural do Rio de Janeiro oferecido ao muito alto e muito poderosos Principe Regente N. Senhor*. Tomo Segundo F-Z, 1813.
- 42 Viveiros de Castro, *Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*, 1934, p.222. Essa obra, originalmente editada em 1894, foi republicada em 1934 como uma edição ampliada, baseada nos manuscritos deixados pelo autor.
- 43 Bock [J. Brito] *Dicionário moderno* (Rio de Janeiro: Ed. Rebello Braga, 1903), p.39, reimpresso em Preti, *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica*, 1983, p.270.
- 44 “Fresca Theoria (Requerimento)”, *O Malho*, 1904, p.31.
- 45 K. Lixto [Calixto Cordeiro], *O Malho*, 1903, p.14.
- 46 Pereira, *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro, 1898-1916*, 1997. Agradeço a Cristiana Schettini Pereira por ter gentilmente compartilhado comigo sua dissertação de mestrado.
- 47 *Rio Nu*, 1º abril 1903, citado em Pereira, *Um gênero alegre*, p.39.
- 48 *Ibidem*, p.39-40.
- 49 *Ibidem*, p.229.
- 50 Capadócio Maluco, *O menino do Gouveia*, Contos Rápidos n.6 (Editora Cupido & Comp: Ilha de Vênus [1914]), p.3.
- 51 *Ibidem*, p.7.
- 52 *Fanchono* era um sinônimo popular de sodomita no século XVI. Mott, *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da inquisição*, 1989, p.14; Dynes, “Portugayese”, 1995, p.261. Com o passar do tempo, o termo foi mudando de

- 91 Pires de Almeida, *Homossexualismo*, p.49-50.
- 92 Ibidem, p.50-7.
- 93 Ibidem, p.77.
- 94 Ibidem, p.78-81.
- 95 Ibidem, p.80.
- 96 Mott, "Relações raciais entre homossexuais no Brasil colonial", 1985, p.89-102.
- 97 Pires de Almeida, *Homossexualismo*, p.78-82.
- 98 Segundo Pires de Almeida, as comédias do dramaturgo brasileiro Martins Pena, escritas na década de 1840, contêm referências ao uso de gravatas vermelhas por homens efeminados (ibidem, p.82). Não consegui, no entanto, encontrar nenhuma referência do tipo na obra de Pena, embora o autor empregasse o travestismo na montagem de suas peças.
- 99 Chauncey, *Gay New York: Gender, Urban Culture, and the Making of the Gay Male World, 1890-1940*, 1994, p.54.
- 100 Pires de Almeida, *Homossexualismo*, p.184-91. Ver o Capítulo 3 do presente livro, "Controle e cura: reações médico-legais", para mais informações quanto à influência de Lombroso sobre as teorias médicas brasileiras a respeito da homossexualidade.
- 101 Ibidem, p.81-2.
- 102 Ibidem, p.165.
- 103 Em grande parte, os profissionais de saúde e de direito que documentavam os "frescos" e janotas cariocas empreendiam um processo seletivo pelo qual as descrições da homossexualidade passavam pelo filtro de seus próprios preconceitos de classe. Embora Ferraz de Macedo, Viveiros de Castro e Pires de Almeida descrevam detalhadamente alguns membros das classes populares do Rio de Janeiro que praticavam o homoerotismo, no fim das contas se pode inferir muito menos sobre o comportamento homossexual entre a grande maioria dos cidadãos pobres e trabalhadores da capital do que entre as classes privilegiadas durante a *belle époque* brasileira. As condições sociais que prevaleciam para a esmagadora maioria da população carioca podem ser avistadas em Hahner, *Poverty and Progress: The Urban Poor in Brazil, 1870-1920*, 1986; Esteves, *Meninas perdidas*, 1989; Soihet, *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*, 1989; e Damazio, *Retrato social do Rio de Janeiro*.
- 104 Define, "A Rua do Ouvidor", 1905, p.37-9; Needell, *Belle époque tropical*, 1993, p.191-6. Ver, também, Macedo, *Memórias da Rua do Ouvidor*, 1988; e Gomes, *Uma rua chamada Ouvidor*, 1980.

Além do carnaval

- 105 Araújo, *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*, 1995, p.326-8; Fantásio (pseudônimo) "O namoro no Rio de Janeiro", 1906, p.43-5.
- 106 Bland, *Men, Manners and Morals in South*, 1920, p.51.
- 107 Recolhi informações sobre João do Rio das seguintes fontes: Amado, *Mocidade no Rio e primeira viagem à Europa*, 1958, p.44-65; Antelo, *João do Rio: o dândi e a especulação*, 1989; Faria, *A presença de Oscar Wilde na belle époque literária brasileira*, 1988; Gomes, *João do Rio: velas do vício, ruas de graça*, 1996; Magalhães Júnior, *A vida vertiginosa de João do Rio*, 1978; Manta, *A arte e a neurose de João do Rio*, 1977; Needell, *Belle époque tropical*, p.241-60; Rodrigues, *João do Rio: uma biografia*, 1996; e Secco, *Morte e prazer em João do Rio*, 1978.
- 108 João do Rio [Paulo Barreto], *A alma encantadora das ruas* (1908); 1995, p.5.
- 109 Jean-Claude Bernardet despertou meu interesse sobre João do Rio por meio de uma leitura similar das andanças noturnas do autor.
- 110 João do Rio, "A fisionomia dos jardins", 1907, p.2.
- 111 João do Rio fez um quadro do perigo de batidas policiais nas pensões e hotéis baratos numa outra matéria intitulada "Sono calmo", que apareceu na coletânea *A alma encantadora das ruas*, p.119-24.
- 112 Os artigos foram publicados sob o título *As religiões do Rio*, 1904.
- 113 Rodrigues, *João do Rio: catálogo bibliográfico, 1899-1921*, 1994.
- 114 Rodrigues, *João do Rio*, 1996, p.59.
- 115 Magalhães, *A vida vertiginosa de João do Rio*, p.126.
- 116 Monteiro Lobato, um dos defensores de Lima Barreto, respondeu ao desalento do autor perante o fracasso de suas tentativas de ser eleito à mais conceituada associação literária do Rio, em razão de suas bebedeiras boêmias, com um ataque a João do Rio: "Não podes entrar para a academia por causa da 'desordem de sua vida urbana'; no entanto, ela admite a frescura dum [João] do [Rio]". (in: Needell, *Belle époque tropical*, p.59).
- 117 Barreto, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, 1989, p.100.
- 118 Barreto, *Um longo sonho do futuro: diários, cartas, entrevistas, e confissões dispersas*, 1993, p.214.
- 119 Ver Magalhães Júnior, *Olavo Bilac e sua época*, 1974, p.84-91; e Jorge, *Vida e poesia de Olavo Bilac*, s. d., p.97-136, 150-62, 306-12.
- 120 Rodrigues, *João do Rio*, p.243, 245.
- 121 Ibidem, p.38.

Transformações importantes ocorreram no Brasil entre 1920 e 1945. Nessas duas décadas e meia, o Rio de Janeiro e São Paulo – os centros econômicos, políticos e culturais do Brasil – tornaram-se campos de batalha para idéias conflitantes em torno da identidade nacional e visões divergentes quanto ao futuro político e econômico do país. Os acontecimentos que tiveram lugar nesse período e as construções ideológicas e sociais controvertidas sobre nação, raça, identidade, cultura e gênero moldaram tanto uma subcultura homossexual urbana nascente quanto um discurso médico-legal sobre ela. Neste capítulo e no próximo examinarei a relação entre a crescente visibilidade da homossexualidade masculina nos dois centros urbanos mais importantes do Brasil e o aumento dos trabalhos escritos sobre esse tema por médicos, criminologistas e juristas. O presente capítulo explora os espaços físicos urbanos apropriados por homossexuais e descreve as interações sociais no interior dessa subcultura. O Capítulo 3 analisa a reação dos profissionais da saúde, dos antropólogos criminais e do Estado ante esse mundo cada vez mais visível.

Mudanças na sociedade e na cultura brasileiras

A urbanização e a industrialização após a Primeira Guerra tiveram um impacto tremendo sobre os homens, as mulheres, a família e as relações de gênero no Brasil. A migração, a imigração e a urbanização aglomeraram centenas de milhares de pessoas (em sua maioria homens) nos maiores centros urbanos do país. A população do Rio de Janeiro cresceu em mais de 157% entre 1900 e 1940, passando de 691.565 habitantes para 1.764.141.⁹ O aumento da população em São Paulo foi ainda maior. Em 1900, a cidade contava com 239.820 habitantes. Em 1920, esse número havia crescido em 141%, para 579.033 moradores, e nas duas décadas seguintes a população registrou um aumento de mais 131%, saltando para a marca de 1.326.261 habitantes.¹⁰

Antes da guerra, a maioria das mulheres que trabalhava fora de casa, em setores não-agrícolas, estava empregada no serviço domésti-

co. Porém, entre 1920 e 1940, o número de mulheres de baixa renda trabalhando nesse setor caiu para aproximadamente 35% do total de mulheres ativas. Outras mulheres das classes menos favorecidas encontraram empregos nas fábricas, especialmente na produção têxtil, e no setor de serviços, como atendentes de lojas, escriturárias e telefonistas. Outro fator significativo, nesse período, foi que um número cada vez maior de mulheres de classe média deixou a reclusão da esfera doméstica e juntou-se às mulheres pobres como assalariadas e provedoras de suas próprias necessidades de renda, ou de sua família. Essa mudança no perfil das mulheres assalariadas deveu-se, em parte, à inflação exorbitante e seu efeito no orçamento doméstico, a um mercado consumidor em expansão com base na produção industrial e a um aumento na demanda de mulheres para preencher as vagas nos setores de serviços.¹¹ Como resultado dessas mudanças, aumentou ainda o número de mulheres de classe média que se tornaram funcionárias públicas, professoras primárias, enfermeiras e profissionais liberais, desconcertando a idéia de que a função social primeira da mulher era ser esposa, mãe e guardiã de um lar estável. Enquanto, no passado, somente as mulheres de baixa renda tinham de equacionar sua vida entre a família e a necessidade de suprir ou complementar o orçamento doméstico, agora também as mulheres de classe média estavam enfrentando as contradições entre as necessidades econômicas e a realização profissional, de um lado, e as normas sociais tradicionais que haviam restringido sua participação na força de trabalho, de outro.

Os filmes importados de Hollywood e as revistas femininas glamourizavam a mulher moderna, independente, e além disso promoviam valores culturais que acabavam incentivando a mulher a assumir um perfil mais público. A nova mulher tinha também uma nova aparência. Contudo, “as mudanças na moda resultaram num mal-estar generalizado a respeito da aparente ‘masculinização’ das mulheres e ‘feminilização’ dos homens”.¹² O novo estilo de cabelos *à la garçonnette* para as mulheres provocou, em charges e artigos de revistas, o comentário de que não se podia mais distinguir o sexo de uma pessoa por meio dos parâmetros tradicionais. Durante a *belle époque*, a existência

dos dândis pode ter indicado uma desmasculinização de certos homens. Agora, as diferenças entre os sexos pareciam estar duplamente enevoadas.

Essa série de transformações desafiou por completo o sistema de gêneros, especialmente como ele estava estruturado para as mulheres de classe média. Ao mesmo tempo, os valores morais, religiosos e sociais arcaicos pressionavam as mulheres para que se conformassem aos seus papéis tradicionais. Segundo a historiadora Susan K. Besse,

A mudança rápida gerava tantas mensagens conflitantes que, frequentemente, homens e mulheres manifestavam ansiedade sobre o modo de adaptar seus valores a novas realidades e de definir comportamento adequado à luz das novas necessidades e oportunidades. As mulheres que deixavam de adquirir um verniz de modernidade eram submetidas ao ridículo e ao ostracismo social, enquanto as que levavam a sério as mensagens que transmitiam a possibilidade e a desejabilidade da emancipação social, econômica e sexual das mulheres ou eram encaradas como imorais ou estereotipadas como mulheres briguintas, feias e velhas. Esperava-se que as mulheres cultivassem uma aparência exterior de sofisticação moderna e ao mesmo tempo conservassem as “eternas” qualidades femininas de recato e simplicidade. Deveriam ser, ao mesmo tempo, símbolos de modernidade e baluartes de estabilidade contra os efeitos desestabilizadores do desenvolvimento industrial capitalista, protegendo a família das influências “corruptoras”.¹³

A tensão entre a organização tradicional das instituições e da sociedade brasileiras e as mudanças geradas pela urbanização, modernização e industrialização manifestaram-se também em outros campos. As décadas de 1920 e 1930 testemunharam uma crescente intervenção dos médicos, juristas e criminologistas brasileiros em questões sociais que abrangiam desde a função “higiência” da mulher na família até a relação entre raça e crime. Os problemas sociais e morais, argumentavam esses profissionais, não eram assuntos para serem tratados pela polícia ou Igreja, mas pertenciam ao domínio da ciência e da medicina. Com esse argumento, pressionaram para adquirir maior influência no estabelecimento de políticas governamentais e na formação da opinião

pública. Uma medida de seu sucesso foi o modo como as teorias eugenistas importadas da Europa e dos Estados Unidos nos anos 20 e 30 foram adaptadas às condições brasileiras. Apesar de contestadas por alguns médicos e outros profissionais, essas teorias dominaram o pensamento da Liga Brasileira para a Higiene Mental e influenciaram os mais importantes criminologistas e antropólogos da época.¹⁴

Nesses mesmos anos, o Brasil viveu um renascimento cultural que abarcou desde a emergência do movimento modernista até novos debates sobre raça e nação. Dois acontecimentos separados por uma década simbolizaram essas mudanças. Em 1922, durante a Semana de Arte Moderna em São Paulo, organizada para celebrar o centenário da Independência, um grupo de jovens artistas e intelectuais lançou um manifesto desafiando a nação a voltar-se para si própria e descobrir as “autênticas” raízes culturais do Brasil. Entre os princípios inovadores do movimento estava a idéia da antropofagia, ou a canibalização da cultura européia e sua reinvenção no contexto brasileiro. Ao questionar a orientação eurocêntrica do consumo cultural pelas classes média e alta, o movimento promovia um retorno aos temas brasileiros na arte, na arquitetura, na literatura e na música. Novas abordagens sobre a natureza da identidade nacional brasileira teriam lugar após a publicação, em 1933, do clássico estudo histórico e sociológico de Gilberto Freyre, *Casa grande e senzala*. Freyre afirmava que o Brasil moderno havia sido forjado por meio da mistura e síntese das raças e culturas africanas, índias e européias.¹⁵ Essa celebração do aspecto positivo da miscigenação na formação da nação brasileira encontrou resistência por parte dos eugenistas, médicos, antropólogos criminologistas e setores da elite que defendiam a superioridade das influências européias.¹⁶ Tanto o movimento modernista quanto a ênfase de Freyre na riqueza da herança cultural e social brasileiras forneceram uma base ideológica para o surgimento de sentimentos nacionalistas que contrabalançaram as posições eurocêntricas, e muitas vezes racistas, de muitos profissionais das classes média e alta.

Essas mudanças, isto é, a modernização, a urbanização e a crescente medicalização dos assuntos sociais, ocorreram todas em meio à

instabilidade política que se instaurou, sem interrupção, durante as décadas de 1920 e 1930. Em 1917 e 1919, os anarquistas e socialistas lideraram duas greves gerais em São Paulo. A inquietação dos trabalhadores tornava evidente que a industrialização e a urbanização não ocorreriam sem a instabilidade social. Durante os anos 20, jovens oficiais do exército organizaram uma série de revoltas malogradas contra o governo e articularam um programa vago de oposição à oligarquia dominante e em favor de reformas no processo eleitoral. A formação, em 1927, de uma coalizão eleitoral conhecida como Bloco Operário e Camponês, liderada pelo recém-formado, e já proscrito, Partido Comunista, fez crescer a ansiedade da elite diante de uma classe trabalhadora insurreta.¹⁷

Em 1930, a economia brasileira mergulhou no caos, depois que o preço do café despencou com o início da Grande Depressão. Naquele mesmo ano, Getúlio Vargas, o candidato presidencial derrotado e antigo governador do Rio Grande do Sul, liderou uma revolta militar que o levou à presidência e pôs fim à hegemonia política de 35 anos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Os conflitos políticos internos que se seguiram – a rebelião do Estado de São Paulo contra o governo central em 1932, a malograda insurreição comunista de 1935, o golpe fascista abortado em 1938 – aumentaram as preocupações com a estabilidade da ordem política e social. O resultado político desse tumultuado período foi a instauração, em novembro de 1937, do autoritário Estado Novo, liderado pelo presidente Vargas. Em pouco tempo, o novo regime afastou toda a oposição de esquerda e de extrema direita, concentrou os poderes na figura do presidente e ampliou o papel centralizador do Estado na economia e nos assuntos sociais, permanecendo no poder até o fim da Segunda Guerra.

Como os homens que mantinham laços românticos e sexuais com outros homens se relacionavam com esse turbilhão de mudanças? Como construía noções de gênero e identidade? Em suma, como ficara a vida dos homossexuais que freqüentavam os cafés, os cinemas e as ruas do centro do Rio de Janeiro e de São Paulo?

Observando os homossexuais

Logo após Getúlio Vargas ter tomado o poder nacional na Revolução de 30, Baptista Luzardo, o novo chefe de polícia do Rio de Janeiro, nomeou Leonídio Ribeiro, então membro da Faculdade de Medicina, como diretor do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal.¹⁸ Segundo as memórias de Ribeiro, “Fui obrigado, porém, a ceder ao seu apelo e diante dos argumentos de que a Revolução precisava da colaboração dos técnicos apolíticos, para realizar a obra de renovação dos métodos de administração pública, no Brasil”.¹⁹ A tarefa de Ribeiro era planejar um sistema que permitisse ao novo governo emitir uma carteira de identidade nacional. Seu papel como um médico “apolítico” fornecia-lhe a aura de um “cidadão acima de qualquer suspeita”, necessária para realizar essa incumbência. Imediatamente após assumir o cargo, Ribeiro deu início a uma torrente de atividades. Organizou o Congresso Nacional de Identificação e publicou uma revista sobre o tema. Trouxe peritos internacionais para o Brasil e organizou sessões de treinamento com os comandantes e comissários de polícia do Rio, de São Paulo e de Belo Horizonte. Além disso, montou o Laboratório de Antropologia Criminal, para realizar experimentos científicos em torno da identificação civil e criminal.²⁰

Os esforços de Ribeiro foram reconhecidos internacionalmente. Em 1933, a Academia Real de Medicina Italiana outorgou-lhe o Prêmio Lombroso por um relatório de três volumes sobre sua pesquisa no Brasil. O prêmio foi recebido por ele com todas as honras numa cerimônia realizada em Turim, em 1935. A obra laureada de Ribeiro incluía os resultados de uma pesquisa científica desenvolvida no Instituto de Identificação sobre quatro tópicos diferentes: a patologia da impressão digital, os tipos sangüíneos dos índios guaranis, os biótipos criminais afro-brasileiros e as relações entre a homossexualidade masculina e o mal-funcionamento endócrino. Ribeiro recapitulou os pontos principais de seu estudo em uma dezena de artigos publicados entre 1935 e 1938.²¹ Mais tarde ele compilou todo esse material em *Homossexualismo e endocrinologia*, que apareceu no Brasil em 1938 e

foi traduzido para o italiano e publicado em Roma, em 1939, e em Milão, em 1940.²² Em toda a sua longa e ilustre carreira como membro da elite intelectual brasileira, até sua morte em 1976, Ribeiro manteve-se convicto quanto à validade dos resultados de sua pesquisa.²³

Para realizar seu estudo em 1932, Ribeiro solicitou o apoio do Dr. Dulcídio Gonçalves, um oficial da polícia do Rio de Janeiro, que trouxe um “precioso contingente” de 195 homossexuais “profissionais” ao laboratório de Antropologia Criminal para serem fotografados e medidos, com o objetivo de determinar se havia alguma relação entre sua sexualidade e sua aparência física.²⁴ Não se sabe exatamente o que Ribeiro queria dizer com homossexuais “profissionais”. Alguns dos homens que observou podiam estar recebendo algum dinheiro extra enquanto mantinham outro emprego durante o dia, como era o caso de “Henrique”.²⁵ Outros podiam, de fato, estar ganhando a vida com a prostituição. Muitos dos homens recolhidos pela polícia no centro do Rio estavam provavelmente socializando-se com amigos ou procurando possíveis parceiros sexuais com nenhuma intenção de proveito financeiro, mas sua interação com outros homens numa área da cidade onde o erotismo entre homens era comum lançou-os automaticamente na categoria de homossexuais “profissionais”.²⁶ Talvez a noção de “profissional” de Ribeiro se referisse ao fato de que esses homens dedicavam muito do seu tempo livre para procurar parceiros sexuais, ou que suas vidas gravitavam em torno de seus desejos eróticos.

As próprias estatísticas de Ribeiro confirmam o fato de que a maioria desses homens presos tinha emprego remunerado. Uma discriminação de suas profissões revela uma variedade de ocupações (Tabela 1). O grande número de empregados em serviços domésticos (43%) parece confirmar as observações oculares feitas em 1930 de que muitos homossexuais efeminados trabalhavam em bordéis e pensões como camareiros e faxineiros. Embora seja provável que alguns desses trabalhadores domésticos oferecessem serviços sexuais paralelamente a suas tarefas domésticas, muitos outros (34%) trabalhavam em fábricas, no comércio e como costureiros. É impossível saber exa-

tamente o que a equipe de Ribeiro queria dizer com a categoria “outros profissionais”. Se o termo se referia a ocupações de “colarinho branco” ou de classe média, tais como o funcionalismo público, ele ainda representa apenas 22,5% do total do número de presos, indicando que mais de 75% dos jovens do sexo masculino apanhados pela polícia carioca pertenciam às classes operárias e de baixa renda.

Tabela 1 – Profissões de homossexuais estudados por Ribeiro, Rio de Janeiro, 1932

Profissão	Número	Porcentagem
Ocupações domésticas	84	43,07
Comércio/vendas	34	17,43
Costureiros	17	8,71
Operários	16	8,20
Outras ocupações	44	22,56
TOTAL	195	100,00

Fonte: Ribeiro, 1938, p.108.

Não podemos admitir que os objetos de estudo de Ribeiro constituíssem necessariamente uma amostra representativa da subcultura homossexual masculina do Rio de Janeiro. Sua informação, embora ofereça um quadro genérico desse mundo, ainda é distorcida. Tendo em vista a própria afirmação do criminologista de que os alvos de sua pesquisa eram homossexuais “profissionais”, é possível que a polícia apenas visasse homens vestidos de modo extravagante ou obviamente efeminados, que andassem pelas ruas do Rio de Janeiro nas conhecidas áreas de interação homossexual. A representação exagerada desses homens nos registros criminais indica que eles eram os mais suscetíveis de serem presos. A prisão deles, por sua vez, estava de acordo com os estereótipos sociais que equiparavam a homossexualidade com a efeminação. É provável também que poucos homens de classe média ou alta fizessem parte da amostra final da pesquisa de Ribeiro. Aqueles que porventura fossem apanhados pelas patrulhas policiais

provavelmente tinham dinheiro, conexões ou a posição social necessária para evitar o encarceramento. Levando tudo isso em conta, e considerando que o grupo de homens estudados pertencia, em sua maioria, às classes operárias, às classes baixa e média-baixa, podem-se observar ainda padrões interessantes.

A composição racial dos presos, embora espelhando os números do Censo para o Rio de Janeiro em termos gerais, mostra uma diversidade maior do que a que ocorre na população como um todo (Tabela 2).²⁷ As estatísticas de Ribeiro mostram que mais de 60% dos homossexuais detidos eram brancos e que apenas 4,6% eram identificados como negros. A equipe de Ribeiro classificou mais de um terço como mestiços, ou seja, pessoas de origens raciais mistas.

Tabela 2 – Conformação racial dos homossexuais estudados por Ribeiro, Rio de Janeiro, 1932

Raça	Número	Porcentagem	Porcentagem segundo Censo de 1940
Branços	119	61,05	73,11
Mestiços	67	34,35	16,52
Negros	9	4,60	10,07
TOTAL	195	100,00	100,00

Fonte: Ribeiro, 1938, p.107; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Recenseamento geral do Brasil (1º de setembro de 1940), parte 16, *Distrito Federal* (Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951), p.6.

Codificar a identidade racial no Brasil sempre foi tarefa complicada, por diversas razões. Historicamente, tem havido uma propensão cultural de as pessoas se “branquearem”, isto é, dissociar-se dos membros da população de pele mais escura e, com isso, obter um maior *status* social.²⁸ Além disso, a própria metodologia do Censo era problemática. Não sabemos quais critérios Ribeiro e seus assistentes usaram para determinar as categorias raciais. Se eles se basearam na

interpretação dos próprios presos quanto à sua identidade racial, as estatísticas provavelmente refletiram o mesmo viés embranquecedor contido nos números do censo.²⁹

Ademais, nos anos 30, muitos intelectuais brasileiros ainda defendiam ser do interesse do país ter uma população mais branca. Em vista das teorias do próprio Ribeiro sobre as relações entre raça e comportamento criminoso, é possível que seu laboratório tivesse praticado uma distorção “desembranquecedora”, consciente ou não, que implicava classificar os homens como mestiços quando eles próprios podem ter-se identificado como brancos. O fato de associar o desvio com a raça, ou de sugerir que as pessoas de pele escura tivessem maior propensão à homossexualidade do que as pessoas de ascendência européia, coincidia com as teorias eugenistas em voga, as quais enfatizavam a natureza degenerada de certas raças. A representação minimizada de homens brancos no grupo, quando comparada ao total da população, pode também ter resultado do fato de que homens de classe média e alta tinham mais facilidade para evitar as prisões. Por outro lado, o número mais baixo de homens negros pode refletir um menor grau de acesso desses homens às áreas centrais do Rio, onde os homossexuais se socializavam e, nesse caso, eram presos.

Dos 195 homens estudados, 183 admitiam que eram homossexuais, enquanto 12 negavam o fato. Mais de 98% (193) eram solteiros, e apenas 2% eram casados. A distribuição etária desses presos mostra a composição jovem dos grupos que cruzavam as ruas do Rio nos anos 30 (Tabela 3). Por outro lado, o fato de que quase 40% dos homens tivessem 20 anos ou menos pode simplesmente indicar que os frequentadores jovens das ruas do centro eram mais vulneráveis à prisão. Isso também pode explicar por que os presos, na maioria, eram solteiros. Segundo o Censo de 1920 no Rio de Janeiro, 18% dos homens entre 16 e 29 anos eram casados. O número cresceu para quase 24% em 1940.³⁰ Pode-se supor que os homens casados cuja preferência sexual dirigia-se para outros homens fossem mais discretos e evitassem ser presos pelo seu “vício” no centro da cidade, ou que usassem sua condi-

ção de homens casados para se diferenciar dos outros quando a polícia reuniu o grupo que se tornou objeto dessa investigação.

Tabela 3 – Distribuição etária dos homossexuais estudados por Ribeiro, Rio de Janeiro, 1932

Idade	Número	Porcentagem
20 ou menos	74	37,94
21 a 30	99	50,76
31 a 40	20	10,25
Acima de 40	2	1,02
TOTAL	195	100,00

Fonte: Ribeiro, 1938, p.107.

Efeminados e homens “verdadeiros”

Os estudos estatísticos de Ribeiro não detalharam as histórias de vida dos 195 indivíduos presos. Contudo, as poucas biografias que ele registrou, de indivíduos como Henrique, indicam que esses homens ainda pareciam conformar-se às normas de gênero hegemônicas que operavam na virada do século. Essas normas dividiam as atividades sexuais em parâmetros de gênero tradicionais. Ou o indivíduo era um homem “verdadeiro”, que assumia o papel do penetrador durante o sexo, ou era o penetrado, o receptor “passivo”, feminino. Contudo, como veremos adiante, a prática sexual de muitos homens era muito mais complexa do que esse modelo prescrito. Alguns homens praticavam tanto o sexo “ativo” quanto o “passivo”, e portanto minavam o paradigma reinante, com sua lógica bipolar implícita que estruturava as relações sexuais. Outros homens “verdadeiros” não se fixavam na subcultura homossexual, e por isso deixaram pouca informação sobre suas próprias noções de desejo e identidade sexual. Pode-se dizer mais sobre os homens efeminados que assumiram um perfil mais visível nesse submundo urbano.

Ribeiro descreveu a vida de um desses homens, M. S., conhecido pelo cognome feminino de “Marina”.^{*} Segundo Ribeiro, já na tenra idade Marina expressara preferências e atitudes associadas com meninas, tais como brincar com bonecas e gostar de tarefas domésticas. Quando foi mandado para uma escola interna com 12 anos, ele já sentia fortes atrações por outros garotos. Sua primeira experiência sexual foi com um inspetor escolar, que o submeteu à penetração anal. Poucos anos depois, Marina deixou sua família no Norte do Brasil, mudou-se para o Rio de Janeiro e conseguiu emprego no teatro de revista como dançarino e membro do coro. No Rio, conheceu um homem de *status* social superior ao seu, e os dois iniciaram um relacionamento de seis anos, no qual Marina assumiu o papel tradicional da mulher. Ele cuidava da casa, possuía um guarda-roupa repleto de trajes femininos e assumiu o que Ribeiro considerava uma *persona* feminina: “o prazer de servir, a dedicação, o espírito de sacrifício e passividade, o sentimento de dependência”.³¹ O relacionamento se defez, no entanto, quando o “parceiro ativo” de Marina, como Ribeiro o descrevia, decidiu casar-se com uma mulher. Marina embarcou numa depressão tão profunda por causa de seu amor perdido, que seu antigo parceiro teve de garantir que manteria com ele uma duradoura amizade, por meio de telefonemas freqüentes e de longos passeios sentimentais. Ele chegou a passar na frente da casa de Marina, a seu pedido, num carro com a noiva.

Ao retratar a personalidade feminina de Marina, Ribeiro o descreve como uma “mulher presa no corpo de um homem”. Esse era precisamente o modo como alguns homens entendiam suas atrações por outros homens no rígido sistema de gêneros desse período. Nascidos com genitais masculinos mas sexualmente atraídos por outros homens, alguns pensavam que sua essência, alma, espírito, ou pensamento eram, na verdade, femininos, e estavam encarcerados erroneamente

* Mantive os pronomes coerentes com o sexo da pessoa, a não ser que o indivíduo use especificamente os marcadores do sexo oposto para referir-se a si próprio. Também indiquei, entre aspas, o apelido/cognome das pessoas ou a *persona* assumida na primeira vez em que são mencionados.

num corpo masculino.³² Nem sua provável formação católica, ou o meio social em que foi criado no Brasil rural, nem o aconselhamento médico ofereceram a Marina um modelo alternativo para construir sua identidade sexual e social. Seu desejo de servir, de assumir o papel tradicional da mulher num relacionamento, parecia-lhe a única opção disponível.

Outros homens desse período reproduziram essa visão bastante difundida, mas não exclusiva, de que os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo só podiam se desenvolver quando papéis rigidamente definidos de homens masculinos “ativos” e homens femininos “passivos” fossem desempenhados. Uma vez que as vozes desses homens eram filtradas pela óptica de médicos que consideravam a homossexualidade um desvio, devemos examinar com cautela esses relatórios médicos e sociológicos. No entanto, eles fornecem pistas valiosas para conhecermos a vida desses homens e o modo como construía sua identidade de gênero.

Em 1938, um grupo de alunos do Instituto de Criminologia estudou os “costumes, hábitos, apelidos, gíria” de homossexuais em São Paulo. Entre o material coletado por esses pesquisadores de campo havia uma autobiografia de cinco páginas escrita por Z. B. G, conhecido como “Zazá”.³³ Segundo essa história, Zazá (assim como Marina) veio do campo para a cidade grande em 1928, em busca de trabalho. E, como Marina, foi inicialmente seduzido por um homem mais velho e assumiu o papel passivo nas relações sexuais. Alternando-se entre o Rio e São Paulo, ele trabalhava como prostituto e oferecia favores sexuais para “pederastas ativos”. Ao usar essa expressão, Zazá, obviamente, está repetindo um termo introduzido no Brasil pelo discurso médico do século XIX. Nos anos 30, o termo “pederasta” era amplamente empregado como uma das diversas expressões para designar homens que praticavam sexo com outros homens. Embora não se saiba se Zazá de fato usou o termo, ou se este foi assim “traduzido” pelos estudantes que publicaram o relatório, ao menos indica que homens feminilizados não eram os únicos participantes da subcultura descrita por Zazá. Segundo o narrador dessa história, os homens que assu-

miam o papel “ativo” em relações homoeróticas buscavam outros homens e não mulheres, e pagavam para ter sexo com eles. Isso contradiz tanto as construções médico-legais quanto populares sobre o que constituía o comportamento homossexual normativo.

Em 1935, Zazá apaixonou-se pela primeira vez. Ele relata romanticamente o caso: “Comecei a amar um rapaz moreno, de olhos negros, gracioso! E a minha paixão foi crescendo! Eu ia morrendo de amor! Que coisa sublime o amor! Mais que amor, mais que loucura, eu tinha por ele! Quantos ciúmes! Até da sua sombra! Se eu brigava e me separava dele, era por umas horas apenas, porque eu não resistia à separação e logo corria a implorar-lhe que não me deixasse! Eu morreria se ele abandonasse a mim!”.

Como uma prostituta dependente de seu cafetão, Zazá mantém financeiramente seu amante e também tem relações sexuais com outros homens – os quais, do contrário, recusaria – para que não falte o pão ao seu “homem”. Porém, assim como Marina, perde seu homem “verdadeiro”; uma mulher “verdadeira” leva o parceiro de Zazá. O sofrimento de Zazá é tamanho que ele precisa partir de São Paulo, mudando-se para Santos, a fim de esquecer seu amor. Lá, encontra a segunda paixão de sua vida: “Dizia um amigo meu que uma paixão mata outra. E assim sucedeu comigo ... Uma noite, estando eu em um bar, deparei com um rapaz que me olhava atentamente, como se eu fosse uma pessoa de quem ele já tivesse gostado. Depois, chegou-se a mim, delicadamente, ofereceu-me seus préstimos e, em seguida, seu amor”. O caso faz Zazá reviver: “Com a continuação dos tempos comecei a apaixonar-me por ele. Namorávamos como se fosse eu uma garota-donze-la. Acordava-me sempre ao toque da buzina do seu caminhão, pois nesse tempo ainda não morávamos juntos”.

Mais uma vez o relacionamento termina quando o homem de Zazá o deixa por uma mulher. Então, Zazá encontra um terceiro homem e passa a morar com ele. Mas, depois de algum tempo, seu segundo amor reaparece e começa a segui-lo, dizendo estar arrependido do rompimento. Ele também confessa que não consegue se acostumar com uma mulher. Quando Zazá diz ao homem que deixou de

amá-lo, este o ameaça com uma faca. “Precisamente nesse momento o meu então atual ‘amigo’ vai passando. E eles se atacam. Felizmente não houve ferimentos. E foi só assim que ele deixou de perseguir-me”.

A disputa transforma nosso narrador: “Esse dia foi para mim um dia memorável! Por sentir que amava, mas que era amado também. E amado por dois. Pois eu amava só o terceiro e era amado por ele e pelo segundo que, ainda dando provas de amor, humilhava-se ao ponto de querer matar-me. Senti-me mulher!... Não sei, enfim, explicar... Mas parece que o amor entre os homens é mais violento do que o que existe entre o homem e uma mulher, isto é, o passivo e o ativo, quando se gostam, gostam-se mais que um homem e uma mulher”. Zazá não apenas se identificava com a construção ativo/passivo, feminino/masculino, como também sentia que quando dois homens se envolviam nesse tipo de relação a intensidade e a paixão eram, na verdade, superiores à norma tradicional heterossexual.

Após esse dramático acontecimento, um rito de passagem de uma “garota de programa” para uma mulher “total”, Zazá finalmente encontra a felicidade doméstica. “O meu terceiro amor fez questão de levar uma vida comigo, como se fosse eu uma mulher verdadeira: comprou utensílios de cozinha, ferro-de-passar roupa etc. Enfim, eu cozinhava e lavava como se fosse uma boa e devotada esposa”. Zazá até mesmo desistiu da prostituição, porque seu “marido” não queria dividir seu corpo com outros. Entretanto, essa relação também chega ao fim, e Zazá lamenta seu destino: “Estou com 24 anos e acho que estou envelhecendo antes do tempo, devido às muitas prisões injustas, amores loucos e desenfreados que eu tive para poder cumprir o meu destino e sentir o que as mulheres sentem, isto é, o prazer de gozar com o membro do homem, o membro que ainda adoro como adoro a minha liberdade!”.

A história confessional de Zazá lembra os romances de bancas de jornal ou os filmes “b” de Hollywood desse período. A história é simples e a trama, previsível. Um menino pobre e inocente vem do interior para a cidade grande, é seduzido por um homem mais velho que lhe oferece presentes e lhe promete o mundo. Com sua virgindade e virtu-

de arruinadas, ele se torna um homem perdido (ou uma mulher perdida). A cena da sedução parece ter sido retirada de um romance farsesco: “numa noite ele agarrou-me beijando com frenesi a minha boca virgem fez com que eu tivesse a impressão de que se desmoronava tudo em mim. Ao seu calor, ao sentir os seus lábios quentes que colaram aos meus, entreguei-me de corpo e alma e ele fez de minhas carnes ainda jovens o que entendeu que devia fazer ... Eu poderia resistir por mais tempo, sem fazer esta loucura ... Mas o beijo em minha boca ... Senti que era incapaz de defender-me de suas garras...”. As memórias de sua primeira paixão persistem mesmo quando Zazá volta à sua cidade natal, São Carlos, e não pode ter relações sexuais pois está rodeada por sua família. “Não esqueci, porém, aquele gozo emocionante, o gozo de um homem saciar-se de minhas carnes e eu saciar-me daquele membro que já tinha manchado a minha moral de rapazinho”.

De volta à cidade grande, com sua pureza e inocência perdidas, Zazá, a heroína decaída, assume agora um novo destino, o da vampe, da mulher fatal e prostituta das ruas. “Tornei-me vaidoso, chegando ao ponto de julgar-me mulher. Já depilava as sobrancelhas, empoava-me, passava batom nos lábios e saía à rua à cata de homens, que logo me seguiam. E não era um; eram muitos.” A transformação é completa. Do menino inocente ele se torna uma mulher maquiada, com uma multidão de homens “verdadeiros” aos seus pés, desejosos de sua forma feminina.

E então vem um amante garboso, e depois outro, e finalmente uma luta de facas entre o número dois e o número três. Zazá, agora uma princesa medieval, assiste aos dois cavaleiros exibindo suas lanças (ou facas, ou falos) numa batalha pelo afeto de sua amada. A disputa pela mão de Zazá eleva-o ao *status* de esposa quando o número três, o vitorioso, arrebatou Zazá para o seu castelo doméstico, onde se torna a rainha do lar: “Foi a minha mais bela ‘amigação’. Na qual eu encontrei mais felicidade, na qual eu fui mais mulher, pois lavava, arrumava, passava e gozava o máximo possível daquela felicidade, porque eu previa que tanta coisa boa ao mesmo tempo não seria natural que durasse eternamente”.

O final, também, é previsível. Não é o final feliz da maioria dos filmes holywoodianos, mas o trágico, operístico, da mulher só e abandonada, velha antes do tempo, pagando por seus pecados. Pagando também pelos pecados de seus ancestrais, pois Zazá relembra ou inventa um passado aristocrático, amplificando a carga dramática do desenlace: “que foram barões e baronesas, ao passo que eu sou simplesmente um passivo sem remédio e sem esperanças de deixar de ser repudiado; eu sou o Zazá das noites quentes ou frias desta Paulicéia querida”.

Como muitas obras literárias, esta conclui com um tributo e uma auto-isenção: “Peço perdão ao senhor psiquiatra pelos meus inúmeros erros pelo meu mau português, que usei neste estúpido e rápido resumo do meu inglório passado. E desejo que seja feliz em seus estudos e se forme sem repetir ano nenhum”. A narrativa de Zazá termina, apropriadamente, com a famosa frase-desfecho de todos os filmes de Hollywood dos anos 30: “The End”.

É muito fácil menosprezar essa história como a imitação pobre de um romance barato, cujo desenlace é uma tragédia autodepreciativa e coerente com as restrições sociais estruturadas pelas normas heterossexuais. A narrativa é tão melodramática e parece tão propositalmente moldada para atrair o seu público, no caso os olhos inquisidores dos estudantes de criminologia, que podemos questionar a capitulação da vida de Zazá, assim como devemos ver com ceticismo as observações de Ribeiro e de outros médicos a respeito dos “pederastas” brasileiros. Certamente, é possível que essa história exagerada seja uma criação de Zazá segundo o modo como concebe sua própria pessoa, e que somente fazendo de si uma heroína pode fazer que acontecimentos disparatados formem um relato coerente de sua vida. Há, com certeza, um tom confessional na crônica de Zazá, como se ele esperasse que os estudantes, ao ouvir a história, fossem entendê-lo e talvez aceitá-lo pelo fato de ter sofrido tanto. Essa história, seja ela um relato autobiográfico preciso ou uma interpretação ficcional de um passado utópico, ao menos indica que Zazá e outros homens como ele conseguiam encontrar meios para se ajustar aos seus próprios desejos sexuais e moldar suas vidas de acordo com eles. A auto-aversão internalizada por

um “pederasta” desajustado, cuja felicidade parece efêmera, combina-se com um espírito combativo imbuído de ingenuidade, bravura e perseverança. Zazá, como outros homens efeminados, assumia sua identidade como “mulher” com uma ampla dose de autoconfiança. Embora sua narrativa seja entremeada por referências indicando que ele às vezes sentia a pederastia deplorável, o tom geral da autobiografia é apaixonado e otimista. A história de Zazá enfatiza o fato de que o herói (heroína) viveu corretamente seu destino, ao experimentar os prazeres físicos, emocionais e espirituais de uma mulher.

Essa narrativa também indica que os papéis sexuais entre homens que mantinham relações sexuais com outros homens eram muito mais complexos do que a compreensão de Zazá acerca de sua própria identidade, e que as transgressões da construção bipolar passivo/ativo ou fresco/homem eram tão problemáticas para Zazá quanto era a homossexualidade em si para os observadores médicos que documentaram sua vida. Zazá expressa sua própria confusão e ansiedade numa passagem de sua narrativa. Um dia, ele decide procurar o homem que o havia iniciado sexualmente, ou, como ele afirma, “que tinha feito em minha carne a vacina de pederastia, da desgraça e da deshonra”. É surpreendente que, quando esse homem fica excitado, ele pede a Zazá que o penetre. Zazá fica horrorizado com o fato de que um “homem verdadeiro”, que o havia seduzido, também aprecie o sexo “passivo”. “Ele cinicamente pegou no meu membro, fez com que ele se endurecesse e exigiu, depois, que eu colocasse no seu ânus. Eu, então, gozei nele e fiquei boquiaberto ao perceber que havia me entregado a um homem que não era completamente macho e que era, sim, um passivo como eu. Compreendam-se estes homens, pensei eu”. O primeiro parceiro sexual de Zazá, o homem que permanecera em suas fantasias quando voltou a viver com sua família em São Carlos, não mais cabia nas categorias sociais claras como um parceiro sexual, nem exclusivamente “ativo” nem “passivo”. Ele não era mais o macho “verdadeiro” dos desejos de Zazá. Essa relação desafiou as concepções básicas sobre a suposta essência natural do homem “passivo”, feminino, que Zazá havia adotado como um componente integral de sua própria

“Obra pioneira, *Além do carnaval* examina a realidade social e cultural da homossexualidade masculina no Brasil ao longo do século XX. James Green questiona a visão estereotipada de que a expressão desinibida e licenciosa do comportamento homossexual durante o carnaval comprova a asserção de que a sociedade brasileira tolera a homossexualidade e a bissexualidade na vida cotidiana. Sustentado por ampla pesquisa e sólida erudição, esta obra traz uma contribuição inestimável a uma área negligenciada da história social brasileira.”

Robert M. Levine, professor de História e diretor do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Miami.

ISBN 85-7139-317-6



9 788571 393172